



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH
MESTRADO ACADÊMICO

CARLA KIANE DA SILVA MARTINS

**EDUCAÇÃO NO CAMPO: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS DOCENTES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

MANAUS

2023

CARLA KIANE DA SILVA MARTINS

**EDUCAÇÃO NO CAMPO: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS DOCENTES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Linha de Pesquisa: Capital imaterial: produção e circulação de saberes, como exigência para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Edilza Laray de Jesus.

MANAUS

2023

CARLA KIANE DA SILVA MARTINS

**EDUCAÇÃO NO CAMPO: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS DOCENTES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Linha de Pesquisa: Capital imaterial: produção e circulação de saberes, como exigência para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Edilza Laray de Jesus.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Edilza Laray de Jesus (Presidente/Orientadora - PPGICH/UEA)

Prof^a Dra Isabela Camini (Examinadora externa – MST/BRASIL)

Prof^o Dr. Raimundo Sidney dos Santos Campos (Examinador externo – ENS/UEA)

Ficha Catalográfica
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas

M386e Martins, Carla Kiane da Silva

Educação no campo: uma análise dos desafios encontrados pelos docentes da educação básica durante a pandemia da Covid-19 / Carla Kiane da Silva Martins. Manaus : [s.n], 2023.
154 fls.: color.; 31 cm.

Dissertação – PGSS - Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas (Mestrado) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2023.

Inclui referências.

Orientador: Jesus, Edilza Laray de

1. Pandemia. 2. Professores. 3. Educação no Campo.
4. Amazônia. I. Jesus, Edilza Laray de (Orient.). II. Título.

Bibliotecária responsável: Sášhala Maciel CRB11/673-AM

DEDICATÓRIA

*Aos meus familiares e amigos que me ajudaram de forma
incansável a concluir mais esta etapa em minha vida.*

*Aos guias e orixás pelas graças já recebidas e por manterem meus
caminhos abertos e protegidos.*

*Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos,
esperamos que permaneça: nossa confiança no povo.
Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em
que seja menos difícil de amar (1975, p. 218).*

Paulo Freire – Pedagogia do Oprimido

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos Orixás em primeiro lugar por terem guiado meu caminho e por sempre cuidarem de mim e daqueles que estão ao meu redor.

Aos meus pais pelo amor e carinho que nunca faltaram mesmo nos momentos mais difíceis. À minha mãe Irineide que sempre me guiou pelo exemplo de mulher e mãe. Ao meu pai Jorge Carlos, que nunca me deixou faltar amor e carinho.

Ao meu esposo Andrés Raul, pela compreensão e pelo amor ofertado em momentos complicados, pelas noites em claro passadas e por acreditar no meu potencial, mesmo quando pensava não existir mais.

Aos meus sogros Núbia Peixoto e Didio Raúl Alvarenga por me acolherem durante o processo da minha pesquisa, pelo apoio e motivação constantemente oferecidos, a vocês o meu muito obrigado.

À Carla Aires Martins, por compartilhar seus conhecimentos e ajuda durante a construção do projeto de pesquisa submetido durante o processo de seleção, muito obrigada minha xará pela parceria desde minha primeira graduação, em 2011.

Aos meus amigos e companheiros de estudo, em especial a Júlia do Nascimento, Michel Albuquerque, Carla do Carmo Silva, Lia Monteiro, Jeferson Bastos, Dessana Paiva e Lauriane Teixeira que suavizaram os momentos difíceis da pesquisa e do mestrado, sendo de suma importância para a conclusão desta etapa acadêmica; a vocês meus sinceros e profundos agradecimentos.

À minha orientadora Prof. Dra. Edilza Laray de Jesus pelos conselhos, apoio, incentivo dados desde o tempo em que iniciei o processo da pesquisa deste trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas por conceder bolsa de estudo, permitindo que me dedicasse exclusivamente ao mestrado e a realização da pesquisa de campo em tempo integral.

Aos professores do Curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas por todos os ensinamentos no processo de minha pós-graduação.

RESUMO

Desde a confirmação do primeiro caso de covid-19 no Brasil no início de 2021 estamos buscando meios para nos adaptarmos à nova realidade imposta pelo vírus. Permanecer em casa tornou-se seguro e um dos maiores privilégios restritos à maior parte dos brasileiros. Todas as dimensões da vida sofreram alterações. O trabalho de ensinar foi essencialmente redimensionado. Essa dissertação teve como objetivo principal pesquisar e analisar os desafios encontrados pelos professores, alunos e seus familiares e pela coordenação pedagógica da zona rural do município do Careiro durante o período de quarentena da Covid-19 em 2020 e 2021. E como objetivos secundários: contextualizar pandemias que assolaram a humanidade ao longo da história, além de trazer produções acadêmicas que tenham como palavras-chaves covid-19, Amazonas e Educação do Campo. Foram utilizados como recursos metodológicos para levantamento de dados a pesquisa bibliográfica e a aplicação de uma entrevista semiestruturada seguindo todos os protocolos de segurança recomendados pela Organização Mundial de Saúde para a contenção da transmissão do novo Coronavírus. A pesquisa dialoga com Miguel Arroyo, Mônica Molina, Roseli Caldart e autores que atuam na Educação do Campo no contexto amazônico como Heloísa Borges e Salomão Hage, além de escritos do infectologista Stefan Cunha Ujvari, Lilia Schwarcz, David Killingray e demais autores que atuam pesquisando e escrevendo sobre pandemias, epidemias e endemias ao longo da história. Os principais desafios que apareceram como resultado da pesquisa foram os de cunho emocional, psicológico, tecnológico, geográfico, econômico, formação/educacional e de comunicação. Contudo, mesmo vivenciando um período extremamente desafiador, pais, professores e demais funcionários da escola se dedicaram ao máximo para que os impactos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos fossem os mínimos possíveis.

Palavras-chave: Pandemia. Professores. Educação no Campo. Amazônia.

RESUMEN

Desde la confirmación del primer caso de covid-19 en Brasil a principios de 2020, hemos estado buscando formas de adaptarnos a la nueva realidad impuesta por el virus. Quedarse en casa se ha vuelto seguro y uno de los mayores privilegios restringidos a la mayoría de los brasileños. Todas las dimensiones de la vida han cambiado. El trabajo de enseñar fue esencialmente redimensionado. Esta disertación tuvo como objetivo principal investigar y analizar los desafíos encontrados por docentes, estudiantes y sus familias y por la coordinación pedagógica del área rural del municipio de Careiro durante el período de cuarentena de Covid-19 in 2020 y 2021. Y como objetivos secundarios: contextualizar las pandemias que han azotado a la humanidad a lo largo de la historia, además de traer producciones académicas que tengan como palabras clave covid-19, Amazonas y Educación Rural. Se utilizó como recursos metodológicos para la recolección de datos la búsqueda bibliográfica y la aplicación de una entrevista semiestructurada, siguiendo todos los protocolos de seguridad recomendados por la Organización Mundial de la Salud para contener la transmisión del nuevo Coronavirus. La investigación dialoga con Miguel Arroyo, Mônica Molina, Roseli Caldart y autores que actúan en Educación Rural en el contexto amazónico, como Heloísa Borges y Salomão Hage, además de escritos del infectólogo Stefan Cunha Ujvari, Lilia Schwarcz, David Killingray y otros autores que siguieron investigando y escribiendo sobre pandemias, epidemias y endemias a lo largo de la historia. Los principales retos a los que se enfrenta de carácter emocional, psicológico, tecnológico, geográfico, económico, formativo/educativo y de comunicación aparecen como resultado de la investigación. Sin embargo, a pesar de que estaban pasando por un período extremadamente desafiante, los padres, maestros y otros empleados de la escuela hicieron todo lo posible para garantizar que los impactos en el proceso de enseñanza y aprendizaje de los estudiantes fueran lo mínimo posible.

Palabras-clave: Pandemia. Maestros Educación en el Campo. Amazonía.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Colapso de Covid-19 em Manaus em 2020.....	27
Figura 2 – Jair Bolsonaro imita pessoa com falta de ar durante live no canal de Youtube no dia 06 de maio de 2021.....	28
Figura 3 – Crise de oxigênio em Manaus em janeiro de 2021.....	30
Figura 4 – Pacientes sendo transferidos para outros Estados.....	31
Figura 5 – Sede do Município do Careiro.....	47
Figura 6 – Imagem aérea do Distrito do Araçá no período da vazante do rio.....	52
Figura 7 – Escola Municipal José Salvador Braga.....	53
Figura 8 - Convergência e não-convergência de várias fontes de evidências.....	60
Figura 9 - Aluna da Rede Estadual participando do Projeto Aula em Casa.....	75
Figura 10 - Enfermaria do Hospital da Escola Benjamin Constant no Rio de Janeiro.....	84
Figura 11 - Infectados com varíola durante a Primeira Guerra.....	87
Figura 12 – Criança sendo vacinada contra varíola.....	89
Figura 13 - Perguntas norteadoras para o grupo 1.....	98
Figura 14 – Perguntas norteadoras para o grupo 2.....	110
Figura 15 – Perguntas norteadoras para o grupo 3.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem das Escolas que retornaram às atividades presenciais em 2020.....	33
Gráfico 2 – Divisão da Rede Escolar no Brasil.....	34
Gráfico 3 – Quantitativo de escolas no Estado do Amazonas.....	41

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Porto da Ceasa e Porto do Careiro no período da enchente dos rios amazônicos.....	49
Imagem 2 - Distrito do Araçá.....	51
Imagem 3 - Escola Municipal José Salvador Braga.....	54
Imagem 4 - Construção do novo prédio escolar.....	54
Imagem 5 - Terreno da Escola sendo afetada pela subida do rio.....	55
Imagem 6 - Transportes Escolares da Instituição.....	56
Imagem 7 - Projetos presentes na Escola.....	57
Imagem 8 - Professores entregando apostilas escolares em 2020 e 2021.....	103
Imagem 9 - Professores realizando entrega das atividades escolares.....	106
Imagem 10 - Atividades sendo entregues por demais funcionários da escola.....	113
Imagem 11 - Tapagens no Rio Mamori.....	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa do Estado do Amazonas.....	44
Mapa 2 – Mapa de Localização do Distrito do Araçá.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo das Escolas do Campo nos municípios do Estado do Amazonas.....	45
Quadro 2 - Marco Lógico Metodológico contendo a Estruturação da Pesquisa.....	61
Quadro 3 - Cronograma da Pesquisa de Campo.....	68
Quadro 4 - Orçamento da pesquisa de campo.....	68
Quadro 5 - Produção bibliográfica levantada.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ranking de morte por Covid-19 no Mundo.....	24
Tabela 2 – Quantitativo de Escolas em Área Urbana.....	35
Tabela 3 – Quantitativo de Escolas em Área Rural.....	35
Tabela 4 – Rede Educacional do Estado do Amazonas em 2020.....	41
Tabela 5 - Organização do Ensino Fundamental segundo a Resolução N°3/2005...	64
Tabela 6 - Organização docente do 1º e 6º Ano do Ensino Fundamental.....	98
Tabela 7 - Desafios encontrados pelos professores entrevistados.....	08
Tabela 8 - Informações colhidas durante as entrevistas.....	109
Tabela 9 - Informações coletadas durante as entrevistas ao terceiro grupo.....	118

SUMÁRIO

MEMORIAL	14
INTRODUÇÃO.....	24
CAPÍTULO I - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	26
1.1 LOCAL DA PESQUISA.....	52
1.2 MÉTODO E FORMA DE ABORDAGEM	63
1.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	68
1.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	70
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO E PANDEMIA DA COVID-19: HISTORICIDADE E ADAPTAÇÕES.....	74
2.1 EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	77
2.2 PANDEMIAS E ENDEMIAS PASSADAS À LUZ DA COVID-19: CONCEITOS E HISTORICIDADE.....	81
2.2.1 <i>A peste de Atenas</i>	83
2.2.2 <i>A Peste Bubônica</i>	85
2.2.4 <i>A Grande Gripe</i>	87
2.2.4 <i>Varíola</i>	90
2.2.5 <i>AIDS</i>	95
CAPÍTULO III - O PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19 EM TERRITÓRIOS RURAIS: A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ESCOLA	100
3.1 EDUCAÇÃO E PANDEMIA: RECORTE BIBLIOGRÁFICO ATUAL.....	100
3.2 COMUNIDADE E ESCOLA: EM BUSCA DE SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES.....	125
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	125
ANEXOS.....	127
ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	127
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)....	128
ANEXO C – DECRETO Nº 42.061, DE 16 DE MARÇO DE 2020 DO GOVERNO DO AMAZONAS.....	131
ANEXO D – PORTARIA Nº 343, DE 16 DE MARÇO DE 2020 DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.....	00
ANEXO E - DECRETO Nº 003, DE 18 DE MARÇO DE 2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DO CAREIRO.....	137
ANEXO F – DECRETO Nº 42.087, DE 19 DE MARÇO DE 2020 DO GOVERNO DO AMAZONAS.....	140
ANEXO G – COMPÊNDIO DE NORMAS – CORONA VÍRUS.....	141

MEMORIAL

Este memorial é um recorte de minha trajetória pessoal e profissional. Trago alguns momentos de minha existência e os motivos que me levaram a escolher a temática dessa pesquisa, assim como os objetivos e os sujeitos que participaram do estudo.

A educação sempre esteve presente em minha vida, entretanto, por um longo tempo acreditei não ter aptidão para exercer a docência. Em 1991, minha mãe Irineide da Silva fora convidada para trabalhar em uma escola que estava sendo implantada pelo Governo do Estado do Amazonas em uma pequena localidade chamada até então de Vila do Araçá localizada as margens da Br-319, pertencente ao município do Careiro. Recém demitida do emprego que conseguira em uma fábrica do Distrito Industrial, minha mãe, que há 04 anos havia desembarcado em Manaus vindo de São Luiz do Maranhão com minha irmã de 07 anos, aceitou o convite. Na Vila do Araçá, depois de alguns meses atuando como docente na pequena escola, minha mãe conheceu meu pai Jorge Carlos Martins, professor recém-formado em matemática, que havia chegado na comunidade para trabalhar, sendo natural do município de Nova Olinda do Norte. Nasci três anos depois que eles se conheceram, na cidade de Manaus, distante 40 quilômetros da Vila do Araçá.

Ambos migraram por fatores econômicos, em busca de empregos e, conseqüentemente, melhorias na condição de vida. Minha mãe migrou para Manaus, alojando-se na casa de seu irmão mais velho, então funcionário da Petrobrás, motivo pelo qual mudou-se do Rio de Janeiro para Manaus. Meu pai mudou-se do seu município para tentar uma vaga como professor na nova escola estadual, assim como eles, muitos professores migraram de outras localidades para o Araçá. Meu pai, sempre que pode, se desloca para o município vizinho para o reencontro com seus familiares; minha mãe também. Contudo, à distância torna tudo mais caro e difícil, e mesmo após décadas de sua mudança, minha mãe relata a saudade que sente de casa e de seus familiares. Infelizmente a realidade vivida por meus pais não é exceção em nosso país, que de tão desigual obriga os filhos a saírem do conforto e segurança de seus lares precocemente em busca de oportunidades melhores, se lançando ao desconhecido e quiçá perigoso; acontecendo comigo a mesma situação, me mudei para Manaus aos 17 anos, pois buscava a tão sonhada formação no ensino superior,

sendo obrigada a sair de casa em busca da realização de sonhos sonhados coletivamente.

Devido a migração de vários professores para a comunidade, fora construído um local que servia como abrigo temporário para eles, outros, alojavam-se em casas cedidas gentilmente pelos poucos moradores que ali residiam. Após meses de namoro, meus pais decidiram morar juntos, devido ao alto custo da compra de uma casa, decidiram construir uma casa e dividi-la ao meio, a ilustre moradora do lado era minha tia Profa. Izanira Hayden Golçalves, a então gestora da nova escola que seria implementada e amiga íntima de minha mãe até seu falecimento em junho de 2014. Ainda hoje, minha tia Iza, como carinhosamente era chamada, é lembrada pelos moradores da comunidade com grande respeito e saudosismo por toda dedicação dada para que a Escola Estadual Senador Fábio Lucena fosse implementada na vila, transformando a vida de milhares de pessoas ao longo dos anos e se tornasse o que é hoje.

Nossa casa ficava ao lado da escola em que meus pais trabalhavam e quando não tinha com quem ficar, acompanhava minha mãe em suas aulas, e nesse processo eu estava sendo formada, pois desde os 12 anos era escolhida para passar conteúdos na lousa, quando um professor se ausentava por alguns minutos. Cresci na comunidade acompanhando de perto as dificuldades de se morar e de lecionar no interior do Amazonas e, apesar de estar há aproximadamente 50 minutos de Manaus, os percalços vividos naquele lugar ainda se configuram com as vivenciadas em lugares muito distantes de centros urbanos.

Aos 17 anos ingressei no curso de Turismo, ofertado pela Universidade do Estado do Amazonas. Passei a morar em Manaus, na casa do meu tio Emir Silva (irmão de minha mãe), com a condição de que ao término do curso, faria Pedagogia devido ao desejo de minha mãe, pois, segundo ela, “professor não passa fome”. Durante a graduação, tive contato com a disciplina eletiva “Educação e Turismo”, lecionada pela professora Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins, professora essa que mais adiante fora crucial para que eu conseguisse concluir a graduação, sendo muito mais do que apenas minha orientadora durante a produção do Trabalho de Conclusão do Curso. Com a disciplina eletiva percebi o poder da educação, percebi que os esforços de meus pais não eram em vão e pude finalmente compreender as inúmeras vezes que minha mãe falava emocionada sobre o reencontro com um ex-

aluno agradecendo-lhe pelo incentivo e ajuda na escola e fora dela. Como citei acima, nossa casa ficava ao lado da escola estadual e que por muitos anos fora a única a ofertar o Ensino Médio na região, acarretando muitas horas o deslocamento dos alunos entre suas residências e a escola.

Devido a precariedade das estradas e o atraso no fornecimento de combustível, era comum que um transporte escolar fizesse a rota de dois ou três veículos, ou seja, quem morava próximo da comunidade chegava bem mais cedo na escola e os que moravam mais distantes acabavam se atrasando para as aulas. Nesses momentos, as casas dos professores se transformavam em abrigos para os alunos. Cresci com estudantes transitando em nossa casa, as vezes tomando café da manhã, outras almoçando e muitas vezes pernoitando quando o transporte quebrava.

Mesmo morando e estudando em Manaus, sempre me esforcei para estar em casa nos feriados e fins de semanas, mas a frequência das idas e vindas fora diminuindo conforme a graduação ia finalizando. Em 2015 tornei-me bacharela em Turismo, trabalhava na recepção e no setor de reservas em um hotel, mas devido a problemas pessoais tive que retornar para a casa de minha mãe. Comecei então a ser solicitada para substituir professores na escola estadual e na escola municipal, e a cada substituição o desejo pela docência ia crescendo. O curso de Licenciatura em Pedagogia era um desejo de minha mãe que se transformou em realidade sendo meu sonho.

Em 2017 iniciei minha trajetória na pedagogia por meio da modalidade a distância, tendo aulas somente uma vez na semana. Entre idas e vindas pelo Encontro das Águas¹, fui redescobindo o amor pela educação, tendo em casa grandes professores com mais de 20 anos de experiência me ensinando que desistir não era palavra presente no vocabulário da docência, mesmo com tantas dificuldades presentes no cotidiano. Foi então que conheci a professora Christiane da Silva, mãe de gêmeos autistas nível moderado/severo e professora “desde sempre”², apaixonada pela leitura e pela educação infantil, nos apresentou a parte teórica da Educação ressaltando a importância e a necessidade da Educação Especial Inclusiva no ensino.

¹ Fenômeno natural que acontece em Manaus entre o Rio Negro e o Rio Solimões onde ambos não se misturam, podendo ser visto a quilômetros de distância. Tornou-se um dos principais pontos turísticos de Manaus, sendo tombado em 2010 como patrimônio cultural e natural pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Nacional – IPHAN.

² Professora Christiane havia iniciado a carreira na adolescência, antes mesmo de iniciar o magistério, curso profissionalizante que era realizado junto ao Ensino Médio.

Entre o curso de Turismo e o de Pedagogia conheci meu esposo, pessoa extremamente importante para que hoje eu estivesse cursando o mestrado, acreditando e me incentivando quando eu mesma já havia desistido.

Por influência da minha mãe que estava atuando em uma série da Educação Infantil e da minha irmã mais velha, também professora com anos de experiência como alfabetizadora, resolvi fazer meus estágios supervisionados na Escola Municipal José Salvador Braga, localizada na comunidade, iniciando assim uma relação de amor e admiração com o corpo docente e discente da instituição; além de enormes aprendizados para minha atuação profissional e pessoal. Assumi minhas raízes educacionais, decidindo então viver *da e para* a docência a partir de então.

Em 2019, já morando em Manaus novamente, deparei-me com uma publicação em uma rede social sobre uma nova doença que matava em poucos dias aquele que estivesse infectado, comentei preocupada com o meu marido: “já pensou se isso chega aqui em Manaus?”. E chegou. No dia 13 de março de 2020, fora confirmado o primeiro caso de Covid-19 em Manaus, deixando todo mundo em alerta. Na época, atuava como estagiária em um Centro Municipal de Educação Infantil, próximo de casa.

Após retornar do trabalho, em uma sexta-feira, no dia 20 de março, meu esposo queixou-se de dores no corpo, algo parecido com um mal-estar, retirando-se para repousar logo em seguida. No dia seguinte, em um sábado ensolarado, meu esposo amanheceu tossindo, com dor de cabeça e dores mais fortes pelo corpo, achamos que era apenas um resfriado enquanto falávamos sobre os cuidados que teríamos e o que deveríamos comprar para nos isolar dentro de casa devido a rápida propagação do vírus pelo país, deixando todos em alerta. Ao anoitecer, os sintomas foram se agravando e com eles a febre de 40 graus não passava, entre banhos e antitérmicos, resolvi arrumar nossas bolsas para irmos até o Pronto Socorro ao amanhecer.

No dia 22 de março, meu esposo fora internado devido a uma Síndrome Respiratória Aguda Grave, enquanto aguardávamos da Fundação de Vigilância em Saúde para a realização do teste para Covid-19, internei junto com ele como acompanhante³. Passamos 10 terríveis dias internados, positivamos para covid, mas somente ele apresentou sintomas graves, segundo os médicos, tal agravamento dos

³A recomendação para a suspensão de acompanhantes na rede hospitalar ainda não tinha sido acatada no Estado do Amazonas.

sintomas eram causados pela asma, que até então era inexistente em nossas vidas, sendo presente na vida dele apenas quando criança. No dia 31 de março recebemos a notícia tão sonhada e aguardada por todos, tivemos alta. Alta muito comemorada, pois éramos os primeiros pacientes diagnosticados com o novo coronavírus a ter alta daquela rede hospitalar.

Após o retorno para casa tivemos o privilégio de nos isolarmos. O medo de vivenciar tudo aquilo novamente nos acompanhava e nos acompanha até hoje. As aulas presenciais da graduação foram suspensas e transmitidas via plataforma Zoom Meetings⁴. A empresa onde meu marido trabalhava adotou o teletrabalho, ou seja, todos os funcionários começaram a trabalhar de casa e o Centro Municipal de Educação Infantil onde eu estagiava havia suspenso as atividades por tempo indeterminado conforme recomendações da Prefeitura.

Durante as aulas via Zoom, percebia o descontentamento dos meus colegas com a metodologia adotada pela instituição; além de não possuírem estrutura adequada para as aulas virtuais. Nossa professora seguia relatando suas dificuldades, tentando nos motivar a não desistir e nos auxiliando a encontrar alternativas tanto para continuar estudando quanto para a continuação da docência. Em meio a tudo isso ainda tínhamos que aguentar ataques de pessoas e de autoridades do nosso país, chamando nossa classe de preguiçosos e que não queríamos retornar as aulas presenciais. Incentivada pela minha professora, resolvi escrever um artigo sobre as dificuldades que os professores estavam enfrentando durante a pandemia, entrevistando uma amiga que atuava na educação especial em uma escola do município de Manacapuru. Escrito esse que originou o projeto da minha dissertação de mestrado.

Minha vontade era escrever sobre as dificuldades dos professores que atuavam na minha comunidade, mas criei pânico de sair de casa. Finalizei meu curso de pedagogia no final de 2020, não participei da colação de grau e nem da festa da formatura. Meu pânico aumentava conforme o vírus se propagava e eu perdia colegas de profissão. Em outubro de 2020, conversado com minha mãe por telefone sobre tudo o que eles estavam vivendo para dar continuidade às aulas, lembro de perguntar se ela não tinha medo, obtive a seguinte resposta: “vou fazer o que minha filha? Essas

⁴ Trata-se de um aplicativo que possibilita a realização de reuniões virtuais com até 100 participantes, podendo ser gravadas e acessadas por aparelhos celulares e/ou computadores. Há duas versões: a paga e a gratuita.

crianças não podem ficar sem estudar, é a única chance de elas serem alguém na vida, de terem um emprego e poderem comer”. Era uma segunda-feira, por volta das 16h, mamãe tinha acabado de chegar da estrada onde estivera desde as 8h da manhã entregando atividades nas casas dos alunos com os demais professores e o gestor.

Em janeiro de 2020, devido ao alto número de casos confirmados e suspeitos de covid, os hospitais de Manaus colapsaram, pois não havia oxigênio e estrutura para atender aos crescentes casos de covid. Atividades que estavam voltando a serem presenciais paralisam novamente, o medo e o caos se instalaram novamente na cidade enquanto perdíamos pessoas queridas. Felizmente, ao final daquele triste mês, a notícia da chegada dos primeiros lotes de vacinas contra covid-19 significava esperança de dias melhores.

Enquanto vivíamos esse caos, aumentava o meu desejo de informar/divulgar as dificuldades que os professores da minha comunidade estavam vivendo, como os alunos e seus responsáveis estavam lidando com essa nova realidade escolar e como estavam superando os obstáculos para manter o ensino só aumentava. Entre cursos profissionalizantes, especializações e forte insistência do meu esposo, finalmente criei coragem e decidi me inscrever na seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Estado do Amazonas. Sendo aprovada e contemplada com a bolsa de estudo fornecida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Ingressar no mestrado tendo a minha comunidade como local de estudo e poder aprender com quem tanto admiro como protagonistas de minha pesquisa fora um momento de extrema emoção. Lembro da reação de minha mãe: “mas tu vais estudar a gente? Aqui no municípm⁵? Que orgulho minha filha!”. E mesmo finalizando o curso, ela segue exaltando o fato de serem protagonistas de uma pesquisa da Universidade do Amazonas.

Crescer na comunidade e vivenciar tudo que ali vivi, contribuiu diretamente para a educadora que me tornei, Pimenta (1999) relata que “os saberes da experiência levam em consideração todo o processo de formação do professor e tudo o que resulta dos processos reflexivos e experienciados com outros profissionais”. Sigo sendo o resultado do contato de cada professor que tive desde o ingresso na escola com 05

⁵ Termo popularmente chamado para a comunidade, pois devido à localização próxima de Manaus, acaba se tornando a sede de deslocamento e de compras para os moradores das demais comunidades ao longo do rio.

anos, cada funcionário que de forma gentil, me acolhia por alguns minutos quando conseguia escapar dos olhos atentos de meus pais. Sem a criação da escola na comunidade, eu nem sequer teria nascido e assim como na vida de milhões de brasileiros, a escola foi fundamental para que eu me tornasse a mulher, professora e pesquisadora que me tornei hoje.

Comecei a frequentar a escola anos antes de iniciar a vida escolar, acompanhando meus pais em suas aulas. Observava atentamente os ensinamentos de História e Geografia que minha mãe compartilhava. Ver meu pai falar aqueles números sem fim com letras que de tão estranhos, me intrigava. Impressionava-me como meus pais e os amigos professores sabiam tanto e como aquelas pessoas (alunos) ouviam suas explicações atentos, rompendo o silêncio para a realização de perguntas ou contribuir com algo. Conforme fui crescendo, fui descobrindo a escola. Primeiro o acesso livre ao corredor, depois o acesso a outras salas de aulas, quando percebi, conhecia tudo e todos naquele lugar. A escola se tornou um lugar aconchegante, de brincadeiras e curiosidades, na medida que ia crescendo, ela ia ocupando mais espaço na minha vida. Hoje sinto-me muito honrada em poder realizar minha pesquisa de mestrado, em um lugar tão familiar que continua sendo chamado de casa.

INTRODUÇÃO

Devido à recente situação pandêmica, muitas são as dúvidas e as adaptações a serem criadas para a continuação das atividades em geral, incluindo o setor educacional. Essa pesquisa justifica-se pela motivação em investigar como a educação brasileira presente em território rural do estado está se adaptando ao período pandêmico, ressaltando o impacto sofrido na jornada de trabalho dos profissionais de educação e de todos aqueles que atuam direta ou indiretamente na área educacional. Há necessidade de se conhecer a realidade vivenciada pelos alunos e seus respectivos familiares a configuração educacional imposta pelo isolamento social e os impactos ocasionados ao sistema educacional do município onde a pesquisa será realizada.

Mediante o exposto chegou-se a seguinte problemática da pesquisa: Como a pandemia da Covid-19 influenciou o ensino na Educação no Campo no contexto Amazônico? Elaborou-se então as seguintes questões norteadoras visando melhor delineamento e orientação para a construção da pesquisa:

- Quais recursos pedagógicos foram utilizados e como foram implementados pela coordenação pedagógica?
- Como foi o processo de adaptação dos professores e dos pais dos alunos durante o período de quarentena em 2020 e 2021?
- Como foi o processo avaliativo durante o período pandêmico em 2020 e 2021?

O presente estudo teve como objetivo geral conhecer os principais desafios encontrados pelos professores de uma Escola Municipal durante a pandemia da Covid-19, localizada na rodovia BR-319, distante 52 quilômetros da capital Manaus. Os objetivos específicos foram assim definidos: pesquisar as metodologias educacionais definidas pela coordenação pedagógica para a continuação do ensino durante o período de quarentena, registrar o processo de adaptação dos professores e dos pais/responsáveis dos alunos frente à nova realidade educacional e; investigar como ocorreu o processo avaliativo ocorreu durante o período pandêmico de 2020 e 2021.

A dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro, intitulado “Caminhos Metodológicos da Pesquisa”, tem o intuito de apresentar aos leitores os caminhos

percorridos ao longo da construção desta pesquisa, apresentando de forma mais detalhada o local onde a pesquisa foi realizada com suas características e meios de deslocamento. Neste capítulo é abordado também a historicidade da Covid-19 no Brasil, os colapsos na saúde ocorridos em Manaus, perpassando pela onda de negacionismo às fakes News, até o anúncio da Organização Mundial da Saúde decretando o fim da Emergência de Saúde Pública de importância internacional referente à Covid-19.

O segundo capítulo disserta sobre “Educação e Pandemia da Covid-19: Historicidade e Adaptações”, onde foram descritos os recursos utilizados com mais frequência pelas instituições de ensino para a continuação das aulas durante o período de quarentena da covid no país. Compõe o capítulo escritos que tratam sobre a historicidade e os contextos que interligam a Educação e a Tecnologia, o surgimento de tal relação e como é importante conhecê-las na sociedade conectada em que vivemos. Ao final do capítulo, é abordado de forma breve as pandemias, epidemias e endemias que assolaram a humanidade no passado.

O terceiro e último capítulo intitulado “O período pandêmico da Covid-19 em territórios rurais: a Educação para além da Escola” é composto pelos resultados da pesquisa de campo que visam responder aos objetivos da referida pesquisa. Nesse capítulo são apresentados os escritos levantados nas plataformas Google Acadêmico, Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e Portal de Periódicos da CAPES que trazem as seguintes palavras-chaves: Covid-19, Amazonas e Educação do/no Campo. Por fim, o capítulo apresenta os desafios enfrentados pelos docentes, pela equipe pedagógica e pelos pais e/ou responsáveis dos alunos que vivenciaram o momento pandêmico no setor educacional.

Como resultado deste estudo, espera-se contribuir para discussões a respeito da educação no contexto pandêmico, promovendo reflexões sobre as metodologias utilizadas, impactos na forma de lecionar e aprender frente a esse novo normal. Almeja-se também com os dados obtidos, atrair a atenção dos governantes para discussões a respeito de políticas públicas que garantem o direito à educação, independente do contexto pandêmico ou não.

CAPÍTULO I - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O primeiro caso oficial do vírus SARS-CoV-2⁶ causador da Covid-19 foi notificado em dezembro de 2019, sendo vinculado a origem da infecção o mercado de frutos do mar localizado na cidade de Wuhan, região central China⁷. Os infectados com o novo coronavírus apresentavam sintomas semelhantes ao da pneumonia, entretanto, a alta taxa de transmissibilidades e de mortes que o covid-19 estava causando, deixou o mundo inteiro em alerta. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o surto de covid-19 constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), configurando o mais alto nível de alerta da OMS e do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), gerando assim uma aliança mundial para interromper ou diminuir a disseminação do vírus pelo mundo, surgindo assim, os protocolos e medidas de segurança que conhecemos atualmente. Infelizmente tais medidas não foram suficientes para frear a contaminação pelo novo coronavírus e em 11 de março de 2020, o covid-19 foi classificado como uma pandemia⁸.

A pandemia da Covid-19 obrigou a população a desenvolver novas formas de socialização e meios de sobrevivência, configurando uma nova realidade a ser vivida, com inúmeros desafios e consequências. Após a classificação para pandemia e com o número de mortes aumentando, muitas cidades pelo mundo aderiram as recomendações de lockdown⁹ visando a diminuição do colapso do sistema de saúde e a proteção dos trabalhadores que não poderiam aderir ao isolamento social. A medida drástica causou impactos negativos em todos os setores da sociedade e a crise causada pelo novo coronavírus foi gigantesca e ainda não superada mesmo

⁶Segundo o Instituto Butantan trata-se do vírus da família dos coronavírus, vírus esses que se assemelham e já infectaram diversas vezes os humanos ao longo da história. Os SARS-CoVs causam as síndromes respiratórias agudas graves.

⁷Segundo o Ministério da Saúde.

⁸Termo adotado para se referir a distribuição geográfica de uma doença e não a sua gravidade. O covid-19 é classificado como pandemia pois há surtos em diversos países e regiões do mundo, segundo site oficial da OPAS.

⁹Conhecido como lockdown. De acordo com o portal oficial da Fiocruz, lockdown é quando “o trânsito de pessoas nas ruas é completamente restrito, exceto trabalhadores de áreas essenciais, tais como saúde, segurança, farmácias e supermercados. É adotado para conter de forma mais rápida e eficaz a disseminação do vírus”

após três anos de pandemia e com a criação de vacinas que amenizam os sintomas, contribuindo para a queda de mortalidade do vírus.

Conforme reportagem da CNN Brasil até o dia 1º de novembro de 2021, 5 milhões de pessoas haviam falecido em decorrência do novo coronavírus e suas variantes. Abaixo é possível observar a disseminação da covid-19 pelo mundo em 2022. Após 3 anos da divulgação do primeiro caso confirmado de covid-19, a população mundial segue temerosa com o avanço da pandemia e as variantes que do vírus se formam. Devido a pesquisas avançadas na formulação de vacinas contra vírus respiratórios já existentes, foi possível no dia 08 de dezembro de 2020, a aplicação da primeira dose em uma idosa no Reino Unido, segundo dados do Ministério da Saúde. Segue abaixo a tabela com o ranking de mortes pela doença no mundo.

Tabela 1 - Ranking de morte por Covid- 19 no Mundo

Ranking por mortes	País	Mortes	Total de Casos
1º	Estados Unidos	1.123.836	103.802.702
2º	Brasil	699.279	37.076.053
3º	Índia	530.779	44.690.738
4º	Rússia	388.478	22.075.585
5º	México	333.188	6.093.835
6º	Peru	219.539	4.487.553
7º	Reino Unido	220.721	24.658.705
8º	Itália	188.322	25.603.510
9º	Indonésia	160.941	6.738.225
10º	França	166.176	39.866.718
11º	Irã	144.933	7.572.311
12º	Alemanha	168.935	38.249.060
13º	Colômbia	142.339	6.359.093
14º	Argentina	130.472	10.044.957
15º	Polônia	119.010	6.444.960

Dados obtidos em: 10 de março de 2023.

Fonte: Universidade Johns Hopkins (Baltimore, EUA).
Organização: MARTINS, Carla (2023).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, até o dia 28 de fevereiro de 2023 foram registrados em torno de 6 milhões e 860 mil mortes pelo mundo de covid-19, sendo 758.390.564 casos confirmados, entretanto, o número registrado de mortes

pode ser 3 vezes maior – ou seja, em torno de 20 milhões de mortes - devido as subnotificações¹⁰ e casos que não foram realizados os testes clínicos para comprovação da doença.

O novo corona vírus fora confirmado no Brasil no dia 26 de fevereiro de 2020, após um homem de 61 anos dar entrada no Hospital Israelita Albert Einstein em São Paulo, com sintomas gripais e recém chegado da Itália. Questionado sobre a confirmação do primeiro caso, o então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta destaca que:

Já era esperada a circulação do vírus. Contudo, diferente dos demais países com transmissão, o Brasil ainda não está no inverno, período em que há maior risco de contágio. É mais um tipo de gripe que a humanidade vai ter que atravessar. Das gripes históricas com letalidade maior, o coronavírus se comporta à menor e tem transmissibilidade similar a determinadas gripes que a humanidade já superou. Nosso sistema já passou por epidemias respiratórias graves. Iremos atravessar mais essa analisando com pesquisadores e epidemiologistas brasileiros, qual é o comportamento desse vírus em um país tropical (BRASIL, 2020).

O primeiro caso de covid no Amazonas foi confirmado no dia 13 de março de 2020, uma mulher de 39 anos com histórico recente para Londres. De acordo com o então secretário de saúde Rodrigo Tobias, todas as medidas de vigilância e de preparação da rede de assistência, na capital e no interior, já tinham sido adotadas. Complementa afirmando que:

De forma muito responsável, criteriosa e transparente, o Governo do Estado do Amazonas, por meio de sua Secretaria de Estado de Saúde juntamente, com a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS-AM), Secretaria Municipal de Saúde (Sems-Manaus), vem declarar a confirmação do primeiro caso, sendo detectado de forma precoce, e nesse sentido não merece o pavor da população (SES-AM, 2020).

Contudo, no dia 16 de março, o Governo do Estado emite o Decreto N.º 42.061 decretando emergência na saúde pública do Estado mediante a explosão de casos suspeitos e a necessidade de medidas visando a contenção do contágio e circulação do vírus no Estado. No dia 17 de março de 2020, o Ministério da Saúde do Brasil emitiu a Portaria nº 343 recomendando a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a pandemia devido ao surgimento e aumento dos

¹⁰ Ato ou efeito de subnotificar ou de notificar menos do que seria esperado ou devido.

casos de coronavírus no país. Por meio desse documento o ensino remoto¹¹ passou a ser adotado em diversas instituições do país, mesmo sem possuir estrutura básica e necessária para isso.

No dia 19 de março de 2020, o governador do Estado do Amazonas Wilson Lima decretou medidas suspendendo as aulas de todas as unidades de ensino na capital e em todos os municípios do Estado, assim como a suspensão do transporte fluvial de passageiros em embarcações com exceção dos casos de emergência e urgência; além da suspensão de atividades das academias de ginástica e similares por meio do Decreto Nº 42.087, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas. Em maio de 2020, fora publicado pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas um compêndio¹² contendo leis, decretos e demais atos oficiais relacionados as ações tomadas pelo Governo do Estado do Amazonas referentes ao combate a pandemia¹³.

A covid-19 no Estado do Amazonas vitimou fatalmente 14.426¹⁴ amazonenses de acordo com dados oficiais da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, sem considerar as subnotificações e casos suspeitos que não foram investigados ou testados. De acordo com Jesem Orellana epidemiologista da Fundação Oswaldo Cruz:

Na primeira onda de Covid-19 (março a agosto de 2020), Manaus ficou marcada pela forte disseminação do Sars-Cov-2. A rede médico-assistencial saturou, resultando em explosivo número de mortes e subseqüente colapso do sistema funerário, marcado por enterros desumanos, em valas coletivas, de parte das mais de 2.500 vítimas com a Covid-19 confirmada como causa de morte ou até mesmo de pessoas que não morreram especificamente pela doença, mas que tiveram suas vidas abreviadas devido ao contexto caótico, sobretudo em abril e maio de 2020 (FEVEREIRO, 2022).

Devido aos altos casos confirmados, taxas de mortalidade crescendo e o caos instaurado na cidade, os enterros das vítimas eram realizados com medidas restritivas sendo limitado a participação de 03 pessoas e o sepultamento sendo realizado de forma rápida de acordo com recomendações da Prefeitura de Manaus e do Governo

¹¹De acordo com o Nova Escola, o Ensino em que alunos e professores não estão no mesmo espaço físico e desenvolvem atividades pedagógicas não presenciais, foi instituído em caráter emergencial para que os estudantes mantivessem o vínculo com a instituição de ensino mesmo à distância.

¹²Segundo o Dicionário Michaelis o termo significa tratado resumido sobre uma ciência, teoria, disciplina etc. Livro em geral utilizado em escolas, que reúne resumos de uma ciência, teoria etc. Coisa ou pessoa que reúne em si características de uma época.

¹³Documento disponível no site do Diário Oficial Eletrônico: www.imprensaoficial.am.gov.br

¹⁴Dados atualizado no dia 07/03/2023.

do Estado. Com o aumento no número de mortes na capital, o sistema funerário de Manaus também colapsou, segundo a Secretária Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP), a média era de 82 cerimônias fúnebres por dia (fig. 1a), causando assim grandes filas de carros funerários na frente do maior cemitério de Manaus, impulsionando também a presença de caminhões frigoríficos no estacionamento do cemitério (fig. 1b) para armazenar a grande quantidade de vítimas enquanto seus familiares faziam o reconhecimento e agentes da prefeitura providenciavam os transmisses fúnebres ali mesmo. Enquanto perdíamos amigos e familiares, brigávamos com a prefeitura e com o governo do Estado reivindicando que nossos entes queridos fossem tratados com dignidade e respeito. Não havia estrutura alguma, somente dor, desespero e raiva.

Figura 1 - Colapso de Covid-19 em Manaus em 2020



Fonte: Chico Batata – G1 Amazonas, 2020.



Fonte: G1 Amazonas, 2020.

O colapso na capital manauara deixou em alerta o restante do país para o que poderiam vir a enfrentar brevemente, as recomendações da Organização Mundial da Saúde passaram a ser consideradas por grande parte da população, que evitavam ao máximo aglomerações e/ou contato com pessoas com sintomas gripais. Em contramão, o então presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro desmerecia a gravidade da situação que a covid poderia causar no país.

No dia 08 de abril de 2021¹⁵, o país registrou 4 mil e 249 mortes de brasileiros em decorrência de complicações pela covid-19 em 24 horas. Mediante o descaso do Governo Federal para com a crise sanitária no país, no mesmo dia foi instaurado uma

¹⁵ Segundo o Ministério da Saúde por meio de dados obtidos pelas Secretárias Estaduais.

Comissão Parlamentar de Inquérito denominada como CPI da Pandemia motivada pelo:

O resultado ruim no enfrentamento à pandemia e os pífios resultados econômicos motivaram o Senado Federal a aprovar a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem como objetivo de apurar ações e omissões do governo federal no combate à covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados, bem como a fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate da covid-19 e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do que dispõe o art. 146, III, do Regimento Interno do Senado Federal. Importante informar que houve várias tentativas, algumas frustradas, outras não, do governo federal de dificultar o acesso da população à informação durante a pandemia (RELATÓRIO FINAL DA CPI DA PANDEMIA, 2021).

Figura 2 - Jair Bolsonaro imita pessoa com falta de ar durante live no canal de Youtube no dia 06 de maio de 2021



Fonte: Site O Globo, 2022.

Meses antes, em janeiro de 2021, mais precisamente no dia 14, Manaus vivia o segundo colapso na saúde pública e privada em decorrência da falta de oxigênio, resultando na morte de inúmeras pessoas por asfixia. Iniciou-se uma grande operação por parte de familiares, funcionários dos hospitais e demais manauaras em busca de cilindros de oxigênios, formando grandes filas nas distribuidoras e megaoperações de artistas nacionais no envio de oxigênio para Manaus. O Relatório Final da CPI da Pandemia (2021, p. 1102) destaca que:

A crise em Manaus mostrou fatos graves de desrespeito à condição humana. Houve omissão, embaraços ao acesso à informação, falta de planejamento e

desabastecimento de oxigênio, descaso e, principalmente, tentou-se resolver o problema com a solução errada. O ponto mais crítico de toda essa situação é que, pelo que foi apurado, as autoridades federais poderiam ter agido para evitar essa tragédia, mas permaneceram inertes. O governo, em vez de centrar esforços na avaliação e no monitoramento dos equipamentos e insumos necessários ao enfrentamento da pandemia, optou por discutir em suas reuniões de crise o fortalecimento da atenção primária no Amazonas. A comitiva federal, coordenada pela Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro, preferiu orientar a disseminação, nas unidades básicas de saúde de Manaus, do protocolo clínico com medicamentos para tratamento precoce como forma de diminuir o número de internações e óbitos.

O Relatório ressalta a preocupação por parte do Ministério da Saúde com os aumentos nos números de casos confirmados em dezembro de 2020, mostrando previamente a possível piora e agravamento dessas pessoas semanas depois do diagnóstico positivo para covid. Ainda assim, a pasta da saúde – comandada pelo então Ministro da Saúde Eduardo Pazuello¹⁶ – enviou uma equipe, encabeçada pela Secretária Mayra Pinheiro, ao Amazonas apenas no dia 3 de janeiro de 2021, em semana que houve nova duplicação de internações (2021, p. 1103).

De acordo com o descrito no “Plano Manaus”, em 4 de janeiro de 2021, concluiu-se, entre outros pontos, que se estaria na iminência de um possível colapso do sistema de saúde; haveria dificuldades na aquisição de materiais de consumo hospitalar, medicamentos e equipamentos, bem como a necessidade de rápida estruturação de leitos de UTI, diante da alta ocupação dos leitos; e se estimava um substancial aumento de casos no período de 11 a 15 de janeiro, em decorrência das festividades de Natal e Réveillon. Vale mencionar que as dificuldades do Estado do Amazonas já eram do conhecimento do governo federal há algum tempo. De acordo com o já mencionado neste Relatório, auditoria feita pelo DENASUS apontou que, em setembro de 2020, um engenheiro clínico da Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas concluiu que o volume de oxigênio contratado pelo governo amazonense seria insuficiente para suprir a demanda e o percentual ideal de aquisição deveria ser de mais que o dobro do contratado. Apesar dos alertas da empresa White Martins, datados de 2020, sobre a possibilidade de desabastecimento. Nada foi feito. (RELATÓRIO FINAL DA CPI, 2021, p. 1103).

Ainda segundo o relatório, além do descaso do Governo Federal com o desabastecimento de oxigênio, Manaus tornou-se um laboratório humano onde houve testes de tratamentos que não possuíam embasamentos científicos para serem aplicados em seres humanos, muito menos permissão para a realização de tais pesquisas nos amazonenses infectados com covid ou que porventura apresentassem sintomas parecidos. O kit-covid amplamente distribuído nas redes básicas de saúde

¹⁶ Eleito em 2022 como Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro.

do Estado, não havia autorização e nem comprovação científica de eficácia no combate ao covid, porém fora amplamente aceito pela população brasileira sob influência da promoção e divulgação sobre a eficácia por parte do Governo Federal e demais líderes do executivo municipal e estadual que o apoiavam.

Figura 3 - Crise de oxigênio em Manaus em janeiro de 2021



Fonte: Bruno Kelly – Reuters. 2021.



Fonte: Sandro Pereira, FotoArena – Estádio Conteúdo, 2021.



Fonte: Azul Linhas Aéreas. 2021.



Fonte: Michael Dantas – AFP. 2021.

Mediante a situação dramática da cidade, pacientes começaram a serem enviados para outros Estados que possuíam leitos de UTI's disponíveis, de acordo com o Ministério da Saúde, 235 pacientes que corriam risco de morte foram transferidos. Fora adotado toque de recolher como medida de contenção do contágio, enquanto assistíamos pela televisão as filas dos carros fúnebres em frente ao cemitério e carros frigoríficos estacionados nas unidades hospitalares da capital.

Figura 4 - Pacientes sendo transferidos para outros Estados



Fonte: Michael Dantas – SECOM, 2021.

Em meio ao novo caos sanitário instaurado na cidade, o restante do país acompanhava apreensivo o que poderia acontecer em suas cidades, Manaus tornou-se assim, um triste exemplo de como não combater a pandemia da covid-19. Enquanto isso, países da Europa estavam promovendo grandes operações para a cobertura vacinal de seus habitantes. No dia 08 de dezembro de 2020 dava-se início a vacinação contra a covid-19 no Reino Unido, trazendo esperança para dias sombrios. Contudo no Brasil, vivia-se uma grande onda de negacionismo liderado pelo então presidente Jair Bolsonaro questionando fortemente a eficácia das vacinas produzidas para o combate da covid, influenciando assim milhares de brasileiros a não aceitarem o imunizante, promovendo ainda mais caos e disseminação de mentiras, prejudicando assim o início da cobertura vacinal no país e conseqüentemente, contribuindo para a baixa adesão à campanha vacinal.

No dia 17 de janeiro de 2021, a enfermeira Monica Calazans recebia a primeira dose contra a covid-19 em São Paulo, após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovar o uso emergencial dos imunizantes CoronaVac e AstraZeneca. O evento fora muito comemorado e aguardado, porém, devido à resistência do Governo Federal em agilizar o processo de imunização em grande escala, a vacinação para a grande parte da população teve início em março de 2021, sendo o Estado do Amazonas um dos primeiros estados a receber as doses dos imunizantes.

Desde a aplicação da primeira dose da vacina contra covid, os altos números de óbitos em nosso país caíram drasticamente. Em 2023, a maioria da população brasileira vive a vida normalmente, sem o uso de máscaras e frequentando grandes aglomerações. Festividades como o carnaval que estavam suspensos por 2 anos,

foram retomados com atenção por parte dos órgãos governamentais e de saúde. No Amazonas, de acordo com a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas Dr.^a Rosemary Costa Pinto¹⁷ (FVS) após o carnaval de 2023 e a presença de uma nova subvariante da ômicron¹⁸ motivaram a alta de casos de covid no Estado. Observa-se nos boletins epidemiológicos disponibilizados diariamente no site da FVS que no dia 25 de fevereiro foram confirmados 497 casos de covid no Estado, com o registro de 01 morte em 24 horas e 103 internados. Em entrevista para o portal G1 Amazonas, a diretora da FVS Tatyana Amorim relata que “o Amazonas fechou a semana do feriado de Carnaval com 04 mortes e mais de 2.000 casos de covid, sendo 03 óbitos ocorridos na capital e 01 confirmado após investigação clínica no interior do estado”.

Orellana salienta que:

O aumento de casos se deve ao cenário desfavorável de pico do período chuvoso, massivo retorno escolar, subnotificação de casos resultante de uma vigilância epidemiológica e laboratorial ineficaz e a proximidade do carnaval, com toda a aglomeração que naturalmente a festa provoca (AMAZÔNIA REAL, 2023).

A diretora destaca que a baixa taxa de mortalidade está diretamente ligada a eficácia dos imunizantes disponíveis na rede básica de saúde, ressaltando a importância de a população atualizar seu cartão de vacina com as primeiras doses e as doses de reforço. A convocação torna-se necessária, visto que ainda há uma grande parte de amazonenses que estão com o ciclo de vacinação atrasada ou que não tomaram nenhuma dose, algo que infelizmente acontece em todas as regiões do Brasil, mesmo diante dos dados da eficácia das vacinas, as notícias falsas que põe em dúvida a eficácia seguem sendo propagadas e creditadas por grande parte dos brasileiros. Atualmente, há 05 tipos de imunizantes aprovados pela ANVISA no Brasil, ofertadas gratuitamente pelo Sistema Nacional de Saúde (SUS), são elas: Comirnaty (Pfizer/Wyeth), Comirnaty bivalente (Pfizer), Coronavac (Butantan), Janssen Vaccine (Janssen-Cilag) e Oxford/Covishield (Fiocruz e Astrazeneca).

¹⁷ Homenagem a epidemiologista Rosemary Costa Pinto realizada em julho de 2021, que faleceu em janeiro de 2021 após ser infectada pelo vírus da covid-19. De acordo com o governador Wilson Lima “a Dra. Rosemary foi fundamental no enfrentamento à Covid-19 quando nós não tínhamos conhecimento sobre esse vírus. Ela era presidente da FVS, dedicando a própria vida ao enfrentamento da pandemia”.

¹⁸ Atual variante predominante no mundo.

As notícias falsas ou popularmente chamadas de *fake news*¹⁹, se propagaram velozmente entre os brasileiros por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e demais ferramentas de comunicação que se tornaram cruciais durante o período de isolamento social. O compartilhamento de notícias falsas a respeito da covid-19 ocorreu em diversos lugares do mundo, sendo nomeado tal acontecimento como “infodemia” pela OMS. De acordo com Galhardi et al (2021, p. 1850):

Esse processo se tornou especialmente perigoso no decurso da maior pandemia dos últimos 100 anos. Desde que a COVID-19 se instalou no Brasil, em março de 2020, a produção em escala de notícias falsas sobre o novo coronavírus tornou difícil para a população em geral encontrar notícias oficiais e verdadeiras acerca do assunto. Inclusive, o volume exponencial de fake news a respeito do vírus Sars-CoV-2 levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a cunhar o termo “infodemia²⁰”, para designar uma verdadeira epidemia de desinformação, deliberada ou incidental, que contribuiu significativamente para aumentar os riscos de contágio, estimular o afrouxamento do isolamento social e promover desconfiança em relação às vacinas.

Henriques apud Galhardi et al. (2020, p. 4202) ressaltam que:

A saúde é um bom meio de cultura para boatos e rápida circulação de notícias. Segundo o pesquisador, a velocidade da disseminação de notícias falsas ocorre porque uma parcela da população não recebe informação adequada sobre os problemas de saúde que a afetam, pela falta de credibilidade nas autoridades sanitárias, e pela ansiedade que causam as notícias sobre doenças e epidemias.

O termo *fake news* foi usado nos Estados Unidos, durante as eleições de 2016 por um candidato a presidência, com o objetivo de desqualificar informações que favorecessem seus adversários políticos. O referido termo popularizou-se desde então, sendo denominado segundo o Dicionário de Cambridge como a produção e propagação massiva de notícias falsas, com objetivo de distorcer fatos intencionalmente, de modo a atrair audiência, enganar, desinformar, induzir a erros, manipular a opinião pública, desprestigiar ou exaltar uma instituição ou uma pessoa, diante de um assunto específico, para obter vantagens econômicas e políticas (Galhardi et al. 2020, p. 4203).

Em outro estudo sobre a influência das fake news na hesitação vacinal no Brasil, Galhardi et al (2021, p. 1850) corroboram afirmando que:

²⁰ A infodemia acontece quando informações e orientações que contrariam o conhecimento científico são amplamente difundidas, afetando a resposta a uma crise sanitária.

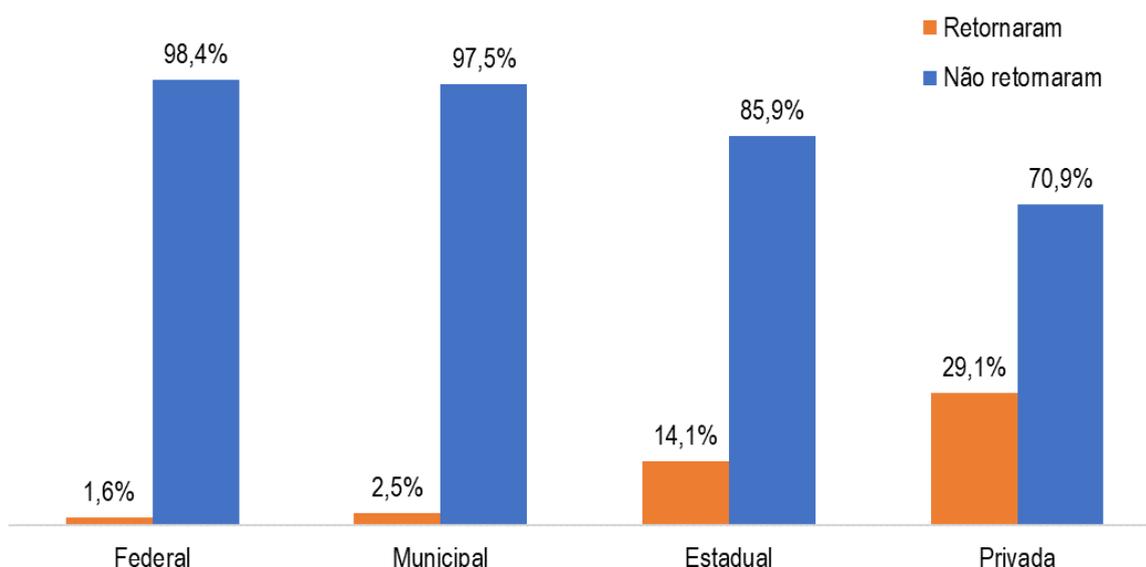
As fake news sobre pandemia, vacinas e saúde pública encontram terreno fértil para se proliferar no Brasil, diante de uma população hiper conectada, cuja maioria não sabe reconhecer as diferenças lógicas entre notícias falsas ou verdadeiras. O simples exercício de verificar a fonte da informação parece um obstáculo intransponível para extensas parcelas da população. Principalmente quando se trata de curas milagrosas, acontecimentos fantasiosos e teorias conspiratórias a respeito de vacinas, o vácuo provocado pela precariedade da educação e pela ausência do Estado abre espaço para que sujeitos e instituições mal-intencionados plantem dúvidas no consciente coletivo da população e a leve ao erro de questionar consensos científicos incontroversos.

Perante a forte influência e do poder devastador que as fake news possuem sobre as pessoas, há atualmente investigações que visam a punição daqueles que produzem e propagam notícias criminosas, há também projetos de leis formulados visando penalizarem também as mídias sociais que permitem o compartilhamento em massa de fake news pelo país. Felizmente, após tanta dor, desinformação e sofrimento, no dia 05 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da Emergência de Saúde Pública da pandemia da Covid-19 em todo o mundo, recomendando, entretanto, que os cuidados continuem e que a vacinação siga sendo adotada por todos, visto que a Covid-19 passa agora a ser classificada como endemia.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2020, “ocorreu a maior ruptura educacional da história, obrigando em torno de 1,6 bilhão de estudantes a deixarem as salas de aula em mais de 190 países, representando mais de 90% da população estudantil de todo o mundo” (UNESCO, 2020). Conforme dados obtidos no Censo Escolar da Educação Básica²¹ realizado em maio de 2021 referente ao ano letivo de 2020, as taxas percentuais de escolas que não retornaram as atividades presenciais foram altas, obrigando as coordenações pedagógicas a buscarem metodologias educacionais visando a continuação do ensino.

²¹Pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008.

Gráfico 1 – Porcentagem das Escolas que retornaram às atividades presenciais em 2020

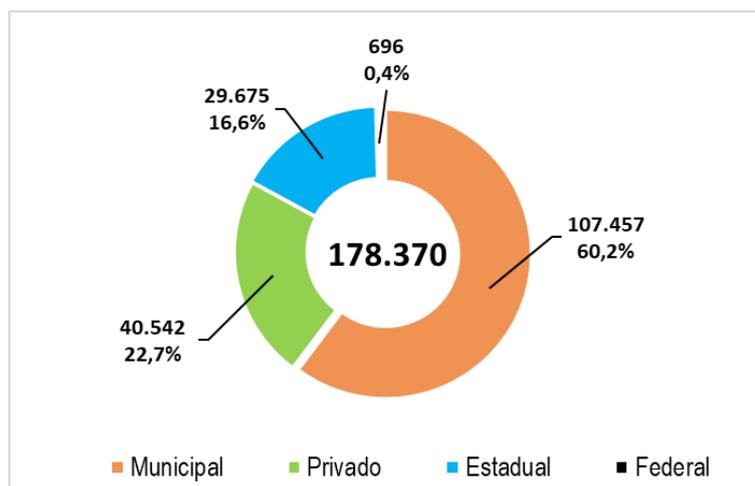


Fonte: Censo Escolar (2021).
Organização: MARTINS, Carla (2022).

Conforme o gráfico acima, o quantitativo de escolas que não retornaram as atividades presenciais foi mais que o dobro comparado as que retornaram, associasse tal acontecimento ao receio do contágio pela covid-19, pois observou-se que nas localidades onde as aulas presenciais havia retornados, o aumento de casos e internações aumentara, obrigando os governantes a adotarem medidas restritivas. Observa-se, contudo, que a rede privada foi a que mais apresentou escolas retornando as atividades em 2020, podendo tal fato estar atrelado a inúmeros fatores, tais como a necessidade de continuar o sistema de lucro e a continuidade do ensino por meio de estrutura adequada e recomendada pela OMS.

Segundo o Censo Escolar 2021, o Brasil possuía no ano de 2020 um total de 178.370 escolas de educação básica, sendo 60,2% desse quantitativo pertencente a rede municipal, seguido da rede privada com 22,7%. A rede estadual ocupou o terceiro lugar com 16,6% das instituições e a rede federal permaneceu na última posição com 0,4% das escolas no país.

Gráfico 2 – Divisão da Rede Escolar no Brasil



Fonte: Censo Escolar (2021).
Organização: MARTINS, Carla (2022).

Essa alta taxa de escolas presentes nos municípios ocorre devido ao processo de municipalização do ensino, tendo início nos anos 90, cabendo aos municípios a responsabilidade de oferecer o ensino a todos, respeitando a igualdade de oportunidades e de oferecer formação básica da cidadania.

Com a finalidade de estimular os Municípios a atuarem prioritariamente no ensino fundamental, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), foi criado pela Emenda Constitucional 14/96. Este Fundo, extinto após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), distribuía os seus recursos proporcionalmente ao número de alunos do ensino fundamental regular, matriculados nas redes municipais e estaduais [...] A criação do FUNDEF e a distribuição de seus recursos por número de alunos decorreu dentro do processo de municipalização do ensino fundamental sem precedentes no Brasil e particularmente no estado de São Paulo (CASSAB, 2010, p. 09).

De acordo com informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é possível observar o quantitativo exato das escolas divididas por rede educacional, áreas em que estão inseridas e regiões do país.

Tabela 2 – Quantitativo de Escolas em Área Urbana

Região	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total Urbano
Norte	71	2.349	4.430	1.711	8.561
Nordeste	194	5.151	17.248	10.132	32.725
Centro-Oeste	53	2.281	3.861	2.556	8.751
Sudeste	182	10.059	23.419	19.694	53.354
Sul	104	4.642	10.871	5.805	21.422
Total	604	24.482	59.829	39.898	124.813

Fonte: Censo Escolar (2021).
Organização: MARTINS, Carla (2022).

Tabela 3 – Quantitativo de Escolas em Área Rural

Região	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total Rural
Norte	10	1.522	11.900	42	13.474
Nordeste	31	1.273	26.289	366	27.959
Centro-Oeste	15	411	1.108	21	1.555
Sudeste	22	855	5.376	176	6.429
Sul	14	1.132	2.955	39	4.140
Total	92	5.193	47.628	644	53.557

Fonte: Censo Escolar (2021).
Organização: MARTINS, Carla (2022).

Nas tabelas acima é possível observar que o quantitativo de escolas na área urbana equivale a 2 vezes mais que o número de escolas presentes nas áreas rurais, refletindo o processo de municipalização em ambas as áreas. Ou seja, independente da área ou região do país é dever e obrigação perante a lei, as Prefeituras Municipais ofertarem o acesso de todos a educação, bem estrutura para que o acesso ocorra.

Louzada (2020, p. 204) salienta que:

Até 1960 o Brasil era considerado um país majoritariamente rural, isso porque 55,3% da população brasileira vivia em área rural, e somente 44,7% em área urbana, todavia o cenário mudou, e o Brasil passou a ser considerado um país urbano, com a industrialização das cidades, que atraiu muitos trabalhadores rurais, e na década seguinte, os papéis já se inverteram, a população urbana já alcançava a marca de 55,9%, quanto a população rural ficou em 44,1% já no final da década de 80.

A educação em territórios rurais enfrenta inúmeros obstáculos desde o período do Brasil Império, conforme salienta Calazans, o ensino regular em áreas rurais teve seu surgimento no fim do 2º Império e implantou-se amplamente na primeira metade deste século”. O desenvolvimento através da história reflete, de certo modo, as necessidades que foram surgindo em decorrência da própria evolução das estruturas sócio agrárias do país. Com o advento da monocultura cafeeira e o fim da escravidão,

a agricultura passou a carecer de pessoal mais especializado para o setor (CALAZANS, 1993, p. 32).

Leite (1999, p. 15) corrobora comentando que a educação rural no Brasil, “por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária”. Ou seja, anos atrás era comum falar-se que os moradores de cidades afastadas dos centros urbanos não necessitavam de escolas ou acesso à Educação. Para Arroyo:

Um dos maiores problemas apresentados pelo ensino no meio rural, consiste no fato de que a escola rural não tem sido pensada como uma necessidade de sua população, não sendo lembrada, portanto, quando setores específicos como a agricultura ou a pecuária enfrentam em dificuldades “mas quando a cidade e sua economia entram em crise e não conseguem absorver a mão-de-obra ou precisam rebaixar os custos da reprodução de sua força de trabalho, ou quando o poder central precisa se sustentar ou se legitimar em bases rurais” (1982, p. 2).

Leite (1999, p. 14) ressalta em suas pesquisas que:

Surgiram movimentos de resistência que tinham ligações profundas com as Ligas Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outras organizações que tiveram êxito com a promulgação da Lei 4.214/63 do Estatuto do Trabalhador Rural e para a criação de grupos de alfabetização de adultos e de educação popular. Por outro lado, ações foram criadas para conter as lutas dos trabalhadores rurais e o expansionismo dos movimentos agrários. Com a Ditadura Militar o professor da zona rural foi substituído pelo técnico extensionista. Contrariando este projeto põem-se em prática a Educação Libertadora com Paulo Freire e sua educação popular.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi criado oficialmente em janeiro de 1984 dando um novo impulso para as lutas sociais no campo não só relacionadas à reforma agrária, mas também com relação aos direitos sociais como saúde, moradia, crédito e educação. A Educação do Campo ganha espaço nas agendas das políticas educacionais brasileiras no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em Brasília em 1997, seguido pela realização das I e II Conferência Nacional de Educação do Campo realizadas em 1998 e 2004, em Luziânia-Goiás (HAGE, 2005). Em 1988, com a formulação da Constituição Brasileira, foram elaboradas e aprovadas políticas educacionais como a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96, o Plano Nacional da Educação de 2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (LEITE, 1999, p 14). Após tal

acontecimento viu-se a necessidade de ampliar os conceitos que constituíam a Educação Rural, iniciando uma longa discussão a respeito do assunto.

De acordo com Machado (apud ANTONIO; LUCINI, 2007, p. 18325):

Nos âmbitos técnicos e pedagógicos, a educação rural tinha como objetivo reduzir faltas e desistência de alunos, aderindo modelos pedagógicos que se adequassem à realidade rural, o calendário escolar baseado nas épocas de plantio e de colheita, com o intuito de respeitar as necessidades das famílias.

Desta forma, desejava-se “assemelhar a população culturalmente e diminuir o índice de analfabetismo. Contudo, a educação rural ofertada não estava dando conta de atender as necessidades da população rural, pois, faltavam escolas” (MACHADO, 2017, p. 18327). Desta forma, muitas pessoas necessitavam deslocar-se de um lugar para o outro, enfrentando muitas vezes grandes distâncias para terminarem seus estudos.

Borges e Souza (2020, p. 81) corroboram ressaltando que:

Educação do Campo é um paradigma em construção, que rompe com a concepção de educação rural, e cujo ideário pedagógico tem-se concretizado a partir das lutas dos grupos sociais do campo organizados em Movimentos Sociais e Sindicais. Trata-se de um projeto de emancipação social que considera o campo como espaço de produção de vida, e portanto, valoriza a história, a cultura, o saber popular, o trabalho, a agricultura familiar camponesa, as necessidades e a realidade dos que vivem no campo, na busca de assegurar a garantia dos direitos historicamente negado. A Educação do Campo não cabe na escola, mas tem na escola sua principal luta e não pode ser compreendida à margem das discussões sobre políticas públicas, que tem se revelado um grande desafio para os Movimentos Sociais camponeses, cuja dimensão pedagógica e educativa tem contribuído na formação dos sujeitos sociais do campo por meio das lutas pela terra e pela reforma agrária, articulada a um projeto de campo e de formação humana.

Mediante o exposto, tem-se os principais motivos pelo desejo de se mudar a nomenclatura da Educação Rural para a Educação do Campo, pois acreditava-se que os objetivos educacionais existentes no segmento Rural não suprissem as necessidades dos alunos no atual momento em que se encontravam. Desta forma, a Educação do Campo é pensada para além dos muros das instituições de ensino, abrangendo tudo o que engloba a vida daqueles que vivem na zona rural, incluindo não somente as suas vivências; como também meios que o auxiliem na função exercida no trabalho e além dele. Caldart (2012, p. 259) explica que:

A educação do campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política da educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Os objetivos e sujeitos a remeterem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao debate (de classes) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas, de educação e de formação humana.

São muitas as particularidades presentes na Educação do Campo, como a busca pelo direito da educação de qualidade, por políticas públicas visando uma vida digna e o direito de permanecer na terra onde nasceram, temas esses motivadores que permeiam a modalidade educacional. De acordo com Caldart (2008, p. 74):

O campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito a uma boa parte da população do país [...]. Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação. [...] a antinomia estabelecida, a visão hierárquica entre campo e cidade foi produzida historicamente e sua superação faz parte de uma nova ordem social.

Ghedin (2007, p. 32) conversa com Leite ressaltando a forte participação do Movimento dos Sem Terra (MST) para a evolução dessa modalidade educacional.

Desde 1984, O MST vem se preocupando em como e o que fazer com as crianças assentadas para garantir-lhes a educação adequada à realidade nos assentamentos. A partir dessas indagações, surgiram as primeiras discussões a respeito de uma Educação do Campo: [...] a Educação do Campo nasceu também como crítica à Educação centrada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas de vida acontecendo em sua necessária complexidade.

A educação no campo luta por uma educação de qualidade para que não seja necessário a migração para a zona urbana em busca de outros saberes, de outras oportunidades de emprego, sem ter que abandonar a vida e a família em rumo do desconhecido presente nas cidades. Desde o Brasil Império, o trabalho camponês é visto com olhos negativos, de julgamento e preconceito, tendo o pensamento fixo de que tais atividades são direcionadas às pessoas como castigos, desmerecimento e exclusão. A luta para a quebra de tal paradigma é constante e extremamente necessária, para que aqueles advindos do campo não sofram com tais conceitos pré-concebidos. Molina (2006, p. 12) enfatiza que:

A desvalorização dos conhecimentos práticos/teóricos que trazem os sujeitos do campo, construídos a partir de experiências, relações sociais, de tradições históricas e principalmente, de visões de mundo, tem sido ação recorrente das escolas e das várias instituições que atuam nestes territórios. Como romper com o silenciamento destes saberes e legitimar outros processos de produção do conhecimento, trazendo-os para dentro da escola do campo, para dentro das universidades?

Ainda é necessário a promoção de muita discussão e reflexão em torno da educação do campo e os processos que a englobam desde sua construção. Contudo, Arroyo, Caldart e Molina (2011, p. 9-10) corroboram afirmando que:

É curioso constatar que desde o início da década de 1980 foi se afirmando na sociedade brasileira o reconhecimento da educação como direito humano. “Educação, direito de todo cidadão, dever do Estado” foi o grito ouvido nas praças e ruas de as cidades. O movimento docente e o movimento pedagógico progressista foram protagonistas desse avanço da consciência da educação como direito. Entretanto, esse grito não chegou ao campo. Os homens e as mulheres, as crianças, os adolescentes ou jovens do campo não estavam excluídos desse grito, porém não foram incluídos nele com sua especificidade. Conseqüentemente, ficaram à margem. O direito à educação foi vinculado a uma concepção abstrata de cidadania, e não fomos capazes de chegar à concretude humana e social em que os direitos se tornam realidade.

Desta forma, pode-se salientar que a Educação Rural é pensada para o trabalho, visando beneficiar o agronegócio e o latifúndio, não havendo incentivo ao pensamento crítico, prevalecendo a educação bancária, sem considerar aspectos da cultura local, adotando metodologias presentes nos modelos educacionais dos centros urbanos. No que tange a Educação Campo, pode-se ressaltar que é tida como direito dos sujeitos do campo, independentemente da localização geográfica ou do contexto em que se vive. A educação é pensada e baseada na dialogicidade de Paulo Freire, visando a prática de uma educação crítica e política, sendo oposta aos aspectos da Educação Rural, priorizando o sujeito do campo de como histórico e de transformação do seu entorno.

A educação do campo no contexto amazônico apresenta desafios atípicos quando comparados com as demais regiões do país, lecionar nas áreas fora do perímetro urbano torna-se um grande desafio a ser vencido diariamente pelos profissionais da educação, assim como seus alunos. Campos (2016, p. 6-7) ressalta que “a realidade amazônica pela sua dinâmica social e territorial é complexa e diversificada, na qual a vinculação com o campo não se dá apenas pelo fato de morar

no lugar, mas de pertencimento”. Ou seja, para o indivíduo amazônico residente no campo, a terra não se trata apenas do local onde reside, como também pertencente a sua essência, é o local de onde tiram seus sustentos, nascem, constituem família e conseqüentemente encerram o ciclo de suas vidas. Campos complementa dizendo que “o campo é o lugar da floresta e espaço das águas, é um espaço pluriativo e ligado a múltiplas culturas e lugares. É campo de luta, mas antes, é campo de gente e de sonhos” (2016, p. 7).

Pimenta (apud CORRÊA e HAGE, 2015, p. 56) salienta que:

As populações na Amazônia ocupam vilarejos, cidades de pequeno e médio porte como também algumas metrópoles. Os sujeitos dessa região são ou descendem de indígenas, quilombolas, caboclos, ribeirinhos e povos das florestas, sem-terra, assentados, pescadores, camponeses, posseiros, migrantes oriundos, especialmente, da região Nordeste e do Centro-Sul do país, entre outras populações.

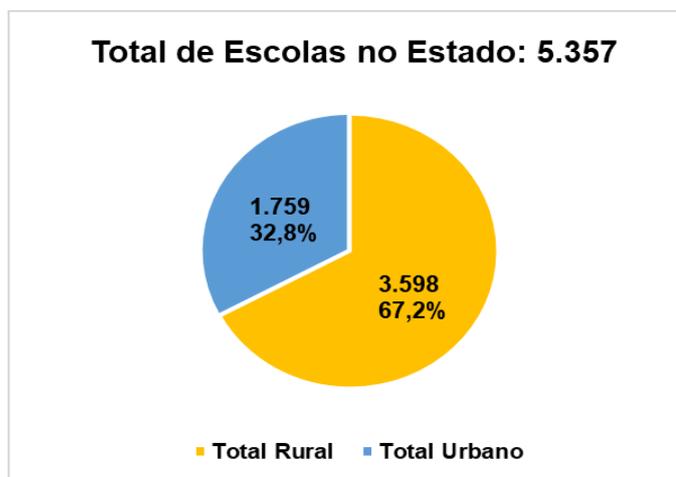
Os povos camponeses presentes no contexto amazônico possuem características próprias que constituem identidade e singularidade, além de se organizarem conforme o ciclo dos rios, uma vez que no estado do Amazonas os rios se tornam as principais vias de locomoção da população. Tocantins (1964, p. 64) ressalta que “os rios são como veias de sangue da planície, caminho natural dos descobridores, a fonte perene do progresso assegura a presença humana, embelezam a paisagem, fazem girar a civilização, comandam a vida no anfiteatro amazônico”. Uchôa (apud BORGES, 2018, p. 99) afirma que “existe uma cultura do campo e da cidade, no entanto, uma não é mais relevante que a outra, logo, o que precisa ser compreendido é que todas as culturas necessitam ser respeitadas e valorizadas pelos sujeitos sociais”.

O Estado do Amazonas é habitado por uma população estimada em 4.269.995 pessoas, distribuídas por 1.559.167,878 km² de área territorial com densidade demográfica de 2,23 habitantes por km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2021). A população divide-se entre os 62 municípios existentes no Estado, sendo a maior concentração de moradores na capital Manaus, com estimativa de 2.255.903 pessoas segundo o IBGE/2021. De acordo com a Proposta Pedagógica da Educação do Campo, das Águas e da Floresta:

A população residente na zona rural do Estado (728.495 hab. – IBGE/2010) é dispersa nas comunidades ribeirinhas, e se distancia entre si pela densidade da floresta e por inúmeros rios que cortam ou banham os diferentes municípios; seus habitantes são caracterizados pela ocupação que exercem no meio onde vivem, como pescadores, agricultores, mateiros, castanheiros, jucultores e outros, ou várias destas atividades ao mesmo tempo. A diferença entre a população urbana e rural, nos seus 62 municípios, está no baixo desenvolvimento humano e social. Porém, a busca por melhorias e maior qualidade de vida vem sendo alvo de protestos e discussão, principalmente no que se refere ao processo educacional (SEDUC, 2021, p. 10).

No Estado do Amazonas, segundo o INEP, há 5.357 escolas presentes em áreas urbanas e em áreas rurais, é possível observar no gráfico abaixo a alta porcentagem de escolas presentes em áreas de territórios rurais.

Gráfico 3 – Quantitativo de escolas no Estado do Amazonas



Fonte: Censo Escolar (2021).
Organização: MARTINS, Carla (2022).

O quantitativo de instituições educacionais presentes em territórios rurais no estado é de 3.598 de acordo com o Censo Escolar 2021. Abaixo segue a tabela com a quantidade de escolas por município, apresentando a divisão por rede educacional.

Tabela 4 – Rede Educacional do Estado do Amazonas em 2020

Município	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Alvarães	-	2	53	-	55
Amaturá	-	4	19	-	23
Anamá	-	4	19	-	23
Anori	-	1	11	-	12
Apuí	-	1	6	-	7
Atalaia do Norte	-	3	64	-	67

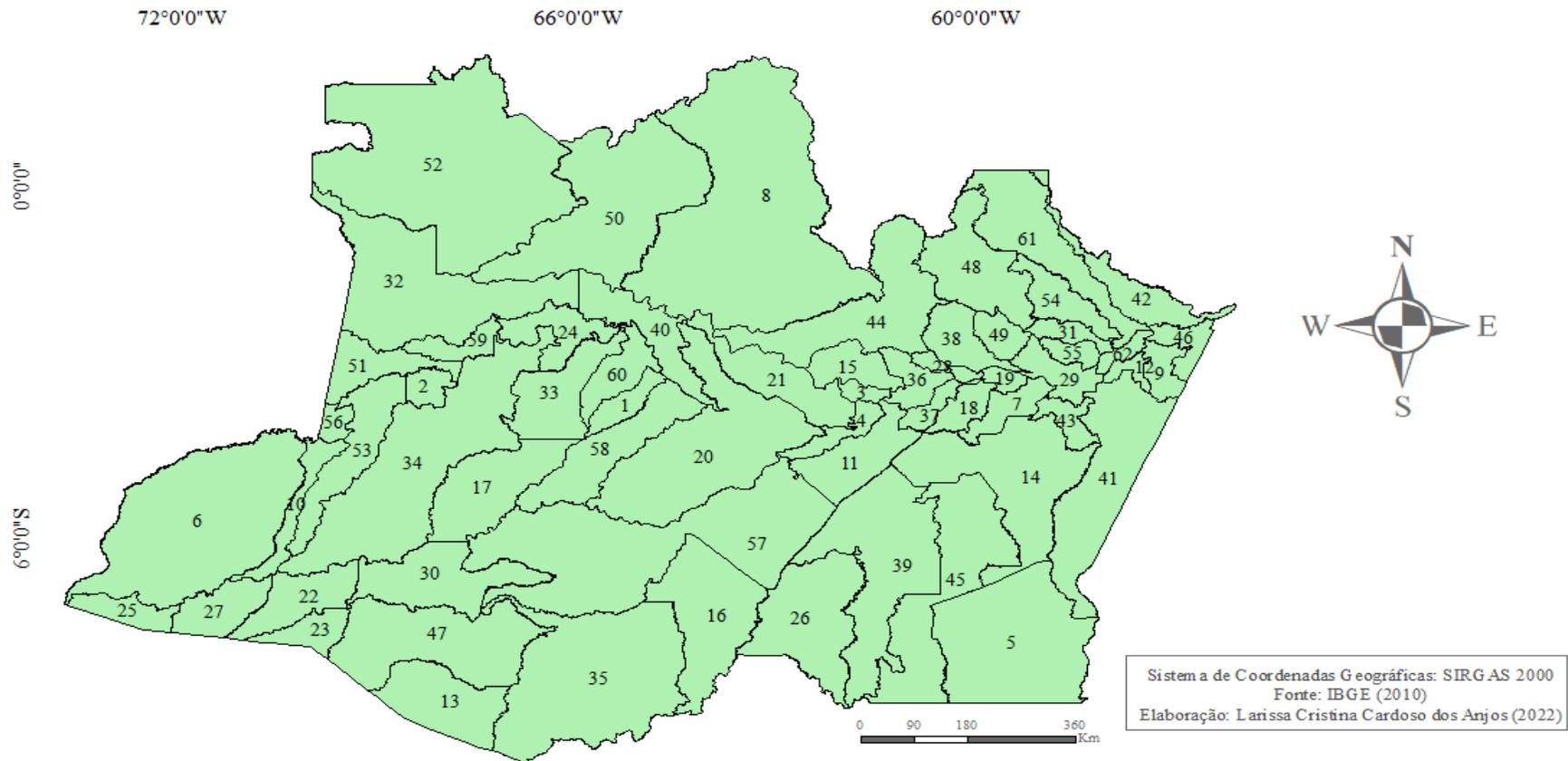
Autazes	-	3	42	-	45
Barcelos	-	1	42	-	43
Barreirinha	-	7	88	-	95
Benjamin Constant	-	2	54	-	56
Beruri	-	1	59	-	60
Boa Vista do Ramos	-	1	39	-	40
Boca do Acre	-	3	85	-	88
Borba	-	7	136	-	143
Caapiranga	-	2	36	-	38
Canutama	-	1	36	-	37
Carauari	-	2	39	-	41
Careiro	-	3	38	-	41
Careiro da Várzea	-	6	43	-	49
Coari	-	2	97	-	99
Codajás	-	1	50	-	51
Eirunepé	-	-	26	-	26
Envira	-	-	34	-	34
Fonte Boa	-	2	47	-	49
Guajará	-	1	35	-	36
Humaitá	1	4	63	-	68
Ipixuna	-	2	28	-	30
Iranduba	1	4	48	-	53
Itacoatiara	1	4	99	-	104
Itamarati	-	2	31	-	33
Itapiranga	-	2	13	-	15
Japurá	-	4	41	-	45
Juruá	-	2	26	-	28
Jutaí	-	3	79	-	82
Lábrea	-	2	123	-	125
Manacapuru	-	6	110	1	117
Manaquiri	-	2	35	-	37
Manaus	-	2	84	1	87
Manicoré	-	4	136	-	140
Maraã	-	2	91	-	93
Maués	-	2	155	-	157
Nhamundá	-	4	51	-	55
Nova Olinda do Norte	-	1	53	-	54
Novo Airão	-	2	17	-	19
Novo Aripuanã	-	2	38	-	40
Parintins	-	4	118	-	122
Pauini	-	2	75	-	77
Presidente Figueiredo	-	2	17	-	19

Rio Preto da Eva	-	1	12	1	14
Santa Isabel do Rio Negro	-	3	39	-	42
Santo Antônio do Içá	-	4	36	-	40
São Gabriel da Cachoeira	-	10	210	-	220
São Paulo de Olivença	-	5	68	-	73
São Sebastião do Uatumã	-	2	18	-	20
Silves	-	2	8	-	10
Tabatinga	-	5	34	-	39
Tapauá	-	1	73	-	74
Tefé	-	4	67	-	71
Tonantins	-	2	49	-	51
Uarini	-	3	33	-	36
Urucará	-	1	27	-	28
Urucurituba	-	3	19	-	22
Total	3	170	3.422	3	3.598

Fonte: Censo Escolar (2021).
Organização: MARTINS, Carla (2022).

Segue abaixo, o mapa do Estado do Amazonas e seus 62 municípios com o intuito de facilitar a localização dos municípios de acordo com as informações presentes na tabela 4 (acima) e no quadro 1 (logo abaixo do mapa).

Mapa 01 – Mapa do Estado do Amazonas



- | | | | | | | |
|---------------------|------------------------|-----------------------|-----------------|--------------------------|-------------------------------|-----------------|
| 1. Alvarães | 10. Benjamin Constant | 19. Careiro da Várzea | 28. Iranduba | 37. Manaquiri | 46. Parintins | 55. Silves |
| 2. Amaturá | 11. Beruri | 20. Coari | 29. Itacoatiara | 38. Manaus | 47. Pauini | 56. Tabatinga |
| 3. Anamá | 12. Boa Vista do Ramos | 21. Codajás | 30. Itamarati | 39. Manicoré | 48. Presidente Figueiredo | 57. Tapauá |
| 4. Anori | 13. Boca do Acre | 22. Eirunepé | 31. Itapiranga | 40. Maraã | 49. Rio Preto da Eva | 58. Tefé |
| 5. Apuí | 14. Borba | 23. Envira | 32. Japurá | 41. Maués | 50. Santa Isabel do Rio Negro | 59. Tonantins |
| 6. Atalaia do Norte | 15. Caapiranga | 24. Fonte Boa | 33. Juruá | 42. Nhamundá | 51. Santo Antônio do Itá | 60. Uarini |
| 7. Autazes | 16. Canutama | 25. Guajará | 34. Jutai | 43. Nova Olinda do Norte | 52. São Gabriel da Cachoeira | 61. Urucará |
| 8. Barcelos | 17. Carauari | 26. Humaitá | 35. Lábrea | 44. Novo Airão | 53. São Paulo de Olivença | 62. Urucurituba |
| 9. Barreirinha | 18. Careiro | 27. Ipixuna | 36. Manacapuru | 45. Novo Aripuanã | | |

Elaboração: ANJOS, Larissa (2022).

Quadro 1 - Quantitativo das Escolas do Campo nos municípios do Estado do Amazonas

Município	Quantidade	Escola	Criação
Anamã	2	Escola Estadual Duque de Caxias	07.02.1983 (Dec. Nº 6998)
		Escola Estadual Maria Nogueira Marques	
Atalaia do Norte	2	Escola Estadual Marechal Castello Branco	07.02.1983 (Dec. Nº 6998)
		Escola Estadual Tenente Rufino	
Barreirinha	5	Escola Estadual Antonio Belchior Cabral	04.03.1985 (Dec. Nº 8485)
		Escola Estadual Jacy Dutra	08.06.2000 (Dec. Nº 20.965)
		Escola Estadual Júlio Cesar da Costa	11.03.1991 (Dec. Nº 13.769)
		Escola Estadual Nilo Pereira	
		Escola Estadual Prof. Octaviano Cardoso	
Boca do Acre	1	Escola Estadual Lucas Pena	24.03.1980 (Dec. Nº 4870)
Borba	2	Escola Estadual João Ferreira da Fonseca	22.08.1990 (Dec. Nº 13.279)
		Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário	
Caapiranga	1	Escola Estadual Justina Pires Nogueira	22.12.2016 (Dec. Nº 37.500)
Careiro	2	Escola Estadual Pedro dos Santos	17.08.1984 (Dec. Nº 8087)
		Escola Estadual Senador Fábio Lucena	22.01.1991 (Dec. Nº 13.696)
Careiro da Várzea	5	Escola Estadual Alberto Santos Migueis	16.01.1991 (Dec. Nº 13.692)
		Escola Estadual Antônio Ferreira Guedes	
		Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves	
		Escola Estadual Tibúrcio Alves Mogeiro	
		Escola Estadual Vital de Andrade Brandão	17.08.1984 (Dec. Nº 8088)
Iranduba	4	EETI Maria Izabel Ferreira Xavier Desterro e Silva	27.05.2013 (Dec. Nº 33.587)
		Escola Estadual Elias Nóvoa Alvarez	09.06.2014 (Dec. Nº 34.886)
		Escola Estadual Senador João Bosco Ramos De Lima	21.06.1983 (Dec. Nº 7267)
		Escola Estadual Thomas Eugene Lovejoy *UC	07.06.2010 (Dec. Nº 30.030)
Itacoatiara	3	Escola Estadual Aníliá Nogueira Da Silva	23.01.1991 (Dec. Nº 13.702)
		Escola Estadual Professor Ronaldo Marques Da Silva	10.08.2009 (Dec. Nº 28.913)
		Escola Estadual Sergio Mendonça De Aquino	28.12.1989 (Dec. Nº 12.669)
Itapiranga	1	Escola Estadual Yamamay *UC	17.03.2010 (Dec. Nº 29.734)
Japurá	2	Escola Estadual Castello Branco	24.03.1980 (Dec. Nº 4870)
		Escola Estadual Duque De Caxias	07.02.1983 (Dec. Nº 6998)

Juruá	1	Escola Estadual Professora Altina Gomes De Oliveira	05.02.2014 (Dec. Nº 34.445)
Manacapuru	5	Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra	11.03.1991 (Dec. Nº 13.769)
		Escola Estadual Januário Santana	
		Escola Estadual Mario Silva Dalmeida*	22.12.1984 (Dec. Mun. Nº 242)*
		Escola Estadual Nossa Senhora Do Rosário	30.07.2008 (Dec. Nº 27.784)
		Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho	30.11.2009 (Dec. Nº 29.416)
Manaus	1	Escola Estadual Samsung Amazonas *UC	05.01.2012 (Dec. Nº 32.056)
Manicoré	1	Escola Estadual Santo Antonio Do Matupy	10.08.2009 (Dec. Nº 28.918)
Nhamundá	1	Escola Estadual São Sebastiao Do Corocoró	11.03.1991 (Dec. Nº 13.769)
Novo Aripuanã	1	Escola Estadual JW Marriot Jr *UC	10.08.2009 (Dec. Nº 28.911)
Parintins	2	Escola Estadual Caetano Mendonca	10.08.2009 (Dec. Nº 28.905)
		Escola Estadual De Caburi	09.04.2002 (Dec. Nº 22.568)
Pauini	1	Escola Estadual Cruzeiro Do Céu	29.08.2001 (Dec. Nº 22.085)
Presidente Figueiredo	1	Escola Estadual De Balbina	19.07.2010 (Dec. Nº 30.230)
Santo Antonio do Iça	1	Escola Estadual Presidente Vargas	07.02.1983 (Dec. Nº 6998)
São Paulo de Olivença	1	Escola Estadual Vereador Lauro De Almeida Castelo Branco	29.05.2000 (Dec. Nº 20.948)
São Sebastião do Uatumã	1	Escola Estadual Deputado Armando Mendes	21.06.2001 (Dec. Nº 21.955)
Silves	1	Escola Estadual 5 De Setembro	07.02.1983 (Dec. Nº 6998)
Tefé	2	Escola Estadual Amélia Lima	11.03.1991 (Dec. Nº 13.769)
		Escola Estadual Nossa Senhora Das Graças	02.08.1994 (Dec. Nº 16.149)
Uarini	1	Escola Estadual Professora Cíntia Regia Gomes Do Livramento *UC	20.07.2010 (Dec. Nº 30.232)
Urucurituba	2	Escola E. Esperança (Antiga Gilberto Mestrinho)	10.11.1983 (Dec. Nº 7592)
		Escola Estadual Licínio José De Araújo	16.08.1961 (Dec. Nº 72)
*A Escola Possui Decreto De Criação Municipal, E Está Amparada Pela Resolução De Reconhecimento Nº 181/2018 – CEE/AM Para Funcionamento da Educação Básica Ensino Fundamental, Ensino Médio E Educação De Jovens E Adultos.			
*UC: Escolas presentes em Unidade de Conservação.			

Fonte: PPECAF (2021).
Organização: MARTINS, Carla (2022).

No Estado do Amazonas conforme a Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC) no ano de 2021 havia cinquenta e duas (52) escolas estaduais e uma (01)

escola municipal classificadas como Escolas do Campo²² em vinte e sete (27) municípios do estado, distribuídas nas sedes dos municípios e nas comunidades ribeirinhas. De acordo com a Seduc, há um trabalho visando a ampliação dos números das escolas do campo no Estado, tendo como principal objetivo garantir o acesso à educação por aqueles que residem em territórios rurais, considerando a realidade vivida e as especificidades existentes. É possível observar no quadro abaixo, os municípios que possuem escolas do campo de acordo com a Proposta Pedagógica da Educação do Campo, das Águas e da Floresta, documento formulado pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto (SEDUC) a fim de atender o público das escolas do campo no contexto amazonense, publicado em 2021.

1.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa será realizada em um Escola Municipal presente no Distrito do Araçá²³, pertencente ao município do Careiro, distante 124 quilômetros da capital Manaus.

Figura 5 – Sede do Município do Careiro



Fonte: AmazonasTur, 2022.

²²Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, definindo em seu Art. 1º, inciso II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

²³ Comumente chamado pela população como Vila do Araçá ou apenas Araçá.

O município do Careiro²⁴ foi denominado como Distrito do Careiro por meio do Decreto Lei nº 176, de 01 de dezembro de 1943, sendo elevado à categoria de município pela lei estadual nº 99, de 19 de dezembro de 1955, desmembrando-se assim, da capital Manaus. Segundo o Relatório Analítico do Território Rural Manaus e Entorno – Amazonas, em 1977 a sede do município foi transferida para a área de terra firme, local atual da sede. O município situa-se 7ª região do Rio Negro Solimões, dista da Capital do Estado 102 km em linha reta. Sua área é de 6.096,212 km², tendo a população estimada em 38.820 pessoas segundo o IBGE (2021) com densidade de 5,37 habitantes por km².

Castro (2019, p. 50) ressalta que:

O território municipal está dividido atualmente (2019) em cinco distritos: Araçá, Anvéres, Janauacá, Mamori e Purupuru. Porém nessa secretaria não há nenhum mapa que mostre os limites destes distritos. O que se pode apurar é que essa divisão distrital atual apresenta uma divergência entre os dados contido nesta secretaria municipal, que classifica o Careiro dividido em 5 distritos, e os dados do IBGE que reconhece oficialmente no Careiro a existência de apenas 2 distritos: Janauacá e Purupuru. Os quais também não possuem nenhum mapa no banco de dados nem do IBGE e nem na prefeitura que apresente tais limites. Segundo informações repassadas pelos representantes do IBGE no Careiro, isso acontece pelo fato da prefeitura ainda não ter oficializado essa divisão em cinco distritos junto a este órgão, pois, segundo esses representantes não há nenhum documento oficial fornecido pela prefeitura que apresente os limites e áreas de abrangência desses distritos. O que poderia de alguma maneira facilitar a atuação do governo municipal e demais órgão governamentais no interior do município.

No que tange aspectos econômicos, sua produção agropecuária é baseada no cultivo de mandioca, batata doce, cana-de-açúcar, cacau, malva, milho e abacaxi. Entre as culturas permanentes destacam-se o abacate, banana, laranja e limão. A pecuária é representada principalmente por bovinos e suínos, com produção de carne e de leite destinada ao consumo local, a pesca é praticada de forma artesanal e/ou esportiva (Relatório Analítico, 2011, p. 18). O acesso para o município pode ser realizado por via aquática saindo do Porto de Manaus em embarcações de pequeno, médio e grande porte, variando entre R\$ 50,00 a R\$ 300,00 reais a passagem individual, por aproximadamente 5 horas de viagem no período de enchente dos rios amazônicos. Comumente as viagens costumam cessar no período de vazante do rio, devido ao baixo nível de profundidade das águas, correndo risco de a embarcação encalhar ou dobrando a duração da viagem. Atualmente, o acesso ao município e as

²⁴Chamado popularmente por seus moradores como Castanho ou Careiro Castanho.

demais localidades existentes na região, é feita por via terrestre acessando o Porto da Ceasa, localizado na Zona Leste de Manaus. A travessia até o Porto do Careiro²⁵ cruza as águas do Rio Solimões e Rio Negro, passando pela parte em que os dois se encontram, formando o fenômeno natural Encontro das Águas. A travessia por embarcação pequena (lancha) entre a Ceasa e o Careiro dura entorno de 20 minutos e custa R\$ 13,00 reais. Já o valor da travessia por meio da balsa varia de acordo com o tamanho e a modalidade do carro, durando a percurso entre 01 hora ou 01h30m dependendo da quantidade de automóveis ou nível dos rios.

Imagem 1: Porto da Ceasa e Porto do Careiro no período da enchente dos rios amazônicos



Porto da Ceasa



Porto do Careiro



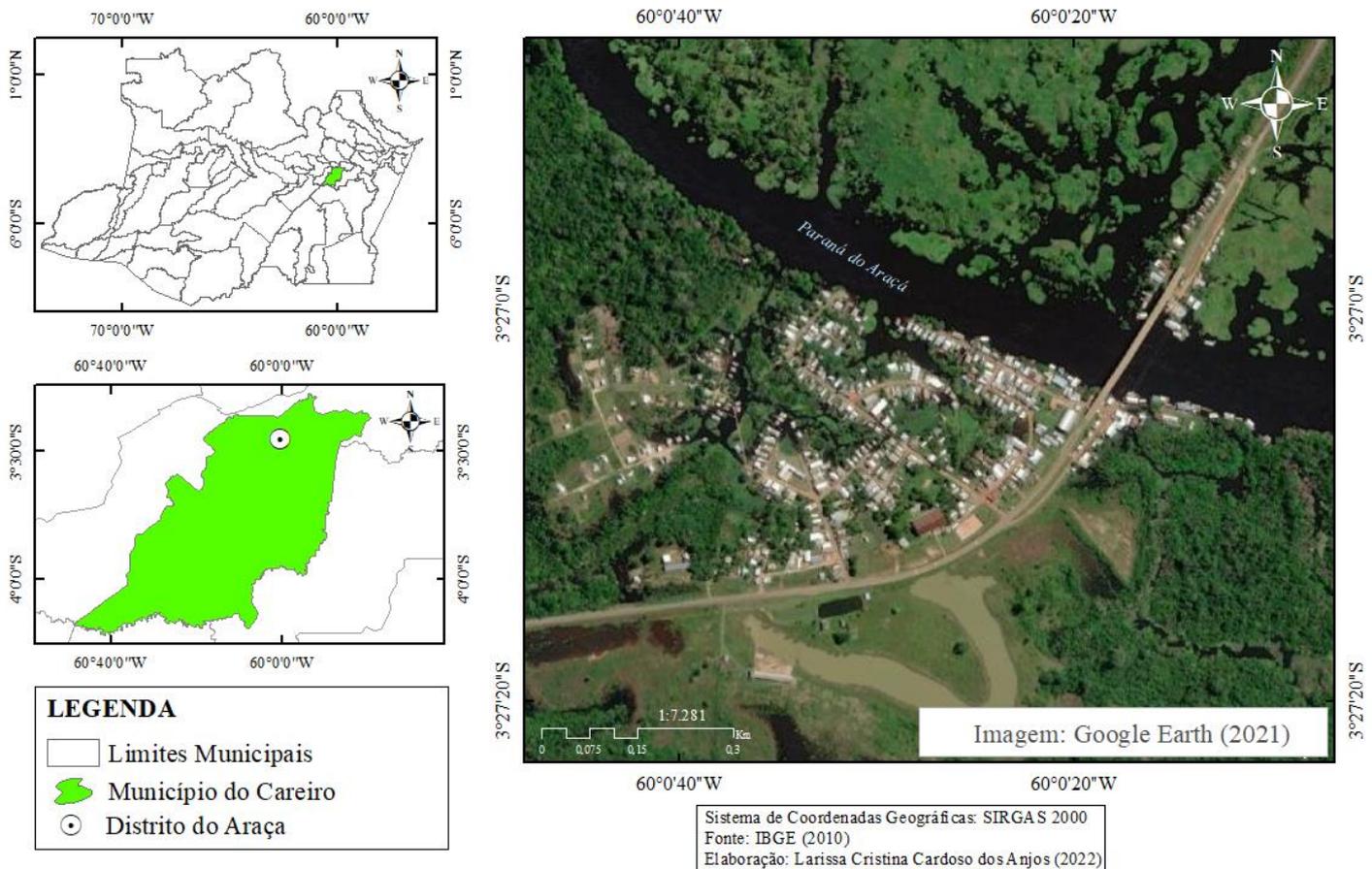
Fonte: MARTINS, Carla (2022).

Ao chegar no Porto do Careiro é possível encontrar diversas opções de transportes rodoviários com destinos a localidades existentes ao longo da rodovia BR-319, que interliga o Estado do Amazonas a Rondônia e demais estados do nosso país. Atualmente há rotas que saem do terminal rodoviário de Manaus com destino aos municípios de Lábrea, Humaitá e Porto Velho, capital rondoniense; devido as péssimas condições da estrada após a sede do município do Careiro, essas viagens costumam ser frequentes na época do verão amazônico durando dias de viagens.

²⁵ Conhecido popularmente como Zero ou Gutierrez.

O Distrito do Araçá está localizado no quilômetro 52 da rodovia federal, que tem o início da contagem o Centro Cultural dos Povos da Amazônia, popularmente chamado de Bola da Suframa. De acordo com levantamento do Cartório Eleitoral do Careiro, no distrito vivem em torno de 2 mil habitantes.

Mapa 2 – Mapa de Localização do Distrito do Araçá



Elaboração: ANJOS, Larissa (2022).

Segundo relatos de moradores antigos, a vila formou-se onde ficava uma espécie de alojamento dos trabalhadores que construíram a rodovia federal entre as décadas de 1960 e 1970. Segundo Oliveira Neto e Nogueira (2016, p. 01):

As obras de construção do eixo rodoviário ocorreram entre junho de 1968 e início de 1976, ano da inauguração (27/03/1976). Os jornais da época apontavam a estrada Manaus-Porto Velho como uma das mais difíceis obras de engenharia de estradas do Brasil, pois, além de exigir a construção de 300 quilômetros sobre aterros, a rodovia foi a única da Amazônia inteiramente asfaltada após a construção.

A inauguração da BR-319 integrou o estado do Amazonas com as demais capitais brasileiras, viagens que até então levavam semanas para serem concluídas por meio de viagens de barco, agora são concluídas em algumas horas por todos os tipos de veículos terrestres. Associa-se o crescimento da localidade ao traslado gerado pela rodovia e a necessidade de ribeirinhos em estarem mais próximos da capital Manaus ou da sede do município Careiro.

Imagem 2 – Distrito do Araçá



Fonte: MARTINS, Carla. 2022.

O Distrito do Araçá possui características típicas de uma comunidade amazônica presente em território rural, com suas singularidades e especificidades. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “o Estado do Amazonas é o maior estado brasileiro em dimensão territorial com 1.559.146,889 km², superando a soma dos territórios das regiões Sul e Sudeste” (IBGE, 2020). Devido a sua vasta extensão territorial, há municípios e comunidades distantes entre si, demandando dias para a realização do deslocamento. Wagley (1957, p. 43-44) caracteriza as comunidades como sendo lugares onde há:

Relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais.

A descrição sobre o que caracteriza uma comunidade realizada por Wagley após sua expedição pela Amazônia brasileira em 1942, nos auxilia na reflexão sobre a complexidade e singularidade do termo comunidade adotado para denominar localidades amazônicas. A relação do homem com a terra, da adaptação diante os períodos de vazante e subida dos rios, além do sentimento familiar para com o vizinho devido as migrações promovidas desde a colonização; são características presentes nas comunidades, nas pessoas que nesses lugares habitam e no local de estudo dessa pesquisa: o Distrito do Araçá.

Figura 6 – Imagem aérea do Distrito do Araçá no período da vazante do rio



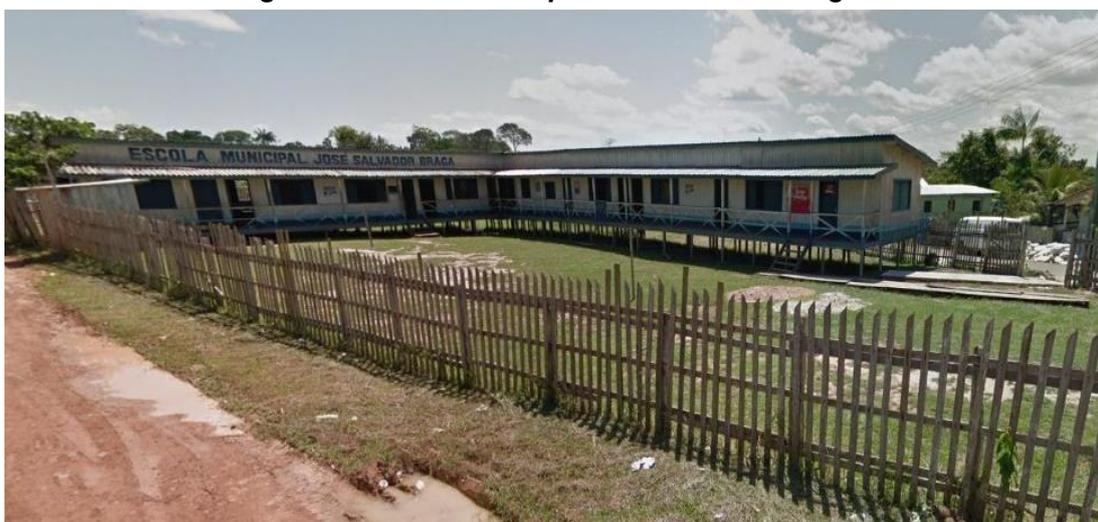
Fonte: CASTRO, Junior. 2019.

A economia da localidade em questão, é formada por pescadores, pequenos agricultores e pela renda recebida pelos funcionários públicos presentes na comunidade atuantes nas Escolas Municipal/Estadual, e da Unidade Básica de Saúde. O Distrito do Araçá não possui dados históricos oficiais sobre sua fundação ou criação, impossibilitando o conhecimento exato dos anos de existência ou ano de criação, sendo atrelado sua criação a construção da rodovia federal BR-319. Atualmente o Distrito do Araçá possui 12 ruas com pavimentação antiga, em torno de 500 residências (prevalecendo as construções em madeiras), 06 casas flutuantes,

diversos templos religiosos, 02 quadras poliesportivas e área com acesso ao rio como área de recreação.

Sendo inaugurada no dia 24 de março de 2002, a Escola Municipal José Salvador Braga oferta aulas em dois turnos – matutino (7h às 11h) e vespertino (13h às 17h). A instituição é composta pelas séries da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, divididos em 12 salas com média de 20 alunos por sala de aula, possuindo a faixa etária de 03 a 14 anos de idade. O nome José Salvador Braga é em homenagem a um antigo morador do Distrito do Araçá. De acordo com relatos de moradores antigos, ele tinha posse da maioria das terras do referido Distrito (terras onde hoje está localizado o prédio da escola). Seu Salvador, como era conhecido, era um grande comerciante da região e, ao longo dos anos, foi doando lotes de terras e aos poucos, as pessoas foram construindo suas casas e fixando residência. Anos depois, a Prefeitura do Careiro recebeu como doação dos familiares do Sr. Salvador o terreno onde hoje funciona a instituição escolar que recebe seu nome.

Figura 7 – Escola Municipal José Salvador Braga



Fonte: Google Maps (2022).

A escola apresenta construção em madeira, localizada em um amplo terreno gramado, com estrutura predial pequena e limitada perante as escolas comuns encontradas nos centros urbanos. Há dois anos, o gestor iniciou a construção de uma pequena área coberta na frente da escola possibilitando a realização de atividades recreativas e escolares dos discentes, o novo ambiente, tornou-se também o local onde são realizadas atividades pedagógicas como reuniões com pais/responsáveis,

reuniões da equipe pedagógica, espaço social para eventos comunitários, dentre outras demandas.

Imagem 3 – Escola Municipal José Salvador Braga



Fonte: MARTINS, Carla (2022).

De acordo com informações obtidas pela gestão escolar, está sendo construído um novo prédio em concreto pela prefeitura do município contendo todas as instalações necessárias para um melhor funcionamento da escola, inclusive um estádio poliesportivo que atenda as demandas da instituição.

Imagem 4 – Construção do novo prédio escolar



Fonte MARINTS, Carla (2022).

Devido ao período de subida dos rios amazônicos, o prédio da escola foi construído com a sua base alta, dificultando qualquer tipo de acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou motora na instituição. A localização para a construção do atual prédio escolar, foi escolhida por ser considerada uma região que dificilmente seria invadida pelas águas do rio durante o período de enchente,

entretanto, tal especulação fora afetada nos anos de 2021 e 2022, onde o estado do Amazonas sofreu com enchentes de grandes proporções, superando as previsões divulgadas pelos pesquisadores responsáveis pelo monitoramento hidrológico do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Felizmente, somente o terreno da escola fora afetado pela subida das águas, não sendo necessário a interrupção das aulas durante o período de cheia.

Imagem 5 – Terreno da Escola sendo afetada pela subida do rio



Fonte: MARTINS, Carla. 2022.

Durante as semanas em que o terreno da escola ficou alagado, foram realizadas ações que alertavam os alunos sobre os perigos que acompanham a subida do rio, como alerta sobre o contato com a água contaminada, alerta sobre a possível presença de animais peçonhentos, além dos casos de possíveis afogamentos, caso algum aluno ultrapasse as cercas da escola, acessando áreas mais profundas ao redor. Todos os dias, durante o momento de intervalo, os funcionários da escola observavam atentamente o deslocamento dos alunos e caso algum se dirigisse as áreas alagadas eram removidos imediatamente, sendo alertados sobre os perigos do referido acesso.

Além dos alunos residentes no Distrito do Araçá, a escola recebe alunos moradores de 10 comunidades pertencentes ao município do Careiro. Algumas comunidades são próximas da instituição, com duração em torno de 20 a 30 minutos. Entretanto, há comunidades mais distantes, aumentando o tempo de deslocamento para mais de 1h de casa para a escola. Tal situação se agrava no período da vazante do rio para os alunos que dependem do transporte aquático (lança escolar), visto que os caminhos formados pelas águas, secam, sendo necessário percorrer o caminho maior em direção a escola.

Imagem 6 – Transportes Escolares da Instituição



Fonte: MARTINS, Carla (2022).

Atualmente a escola dispõe de 15 veículos responsáveis pelo transporte escolar dos alunos, entre transporte terrestre e aquático. Devido a longa distância das localidades residentes dos alunos, há um sistema de transporte exclusivo dos ramais²⁶, são ao total 08 veículos (entre kombis e micro-ônibus) que buscam os alunos em suas casas e os deixam em paradas ao longo da BR 319. O ônibus escolar percorre a rodovia buscando esses alunos; algo também praticado no trajeto aquático por 07 embarcações de pequeno porte. A comunidade também possui um veículo para o transporte escolar, responsável por buscar os alunos moradores da localidade, além de transportar os que desembarcam no porto do distrito, evitando que percorram a pé o caminho até a escola. Devido a faixa etária dos alunos (de 03 a 14 anos), há monitores em todos os veículos responsáveis pelo transporte dos estudantes.

O quadro efetivo de funcionários é composto por 17 pessoas, entre professores, equipe pedagógica e atuantes nos serviços gerais. Os demais funcionários, atuam em regime contratual, prática comum no município para a

²⁶De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, ramal nesse contexto trata-se de ramificação de uma estrada, ou caminho de barro, de ferro ou asfaltado.

contratação de funcionários por meio do pagamento de verbas destinadas a Prefeitura. Comumente, os contratos possuem início em fevereiro e encerramento nos meses de outubro e/ou novembro, variando de acordo com o cargo exercido. Na escola municipal estudada, há 22 funcionários contratados pela prefeitura, sendo 10 contratos renovados de anos anteriores. Atualmente há alguns projetos em execução na escola, dentre os quais destaca-se: Música e Fanfarra na Escola, Prática das Artes Marciais: Projeto Jiu-Jitsu, Saúde na Escola com a presença permanente de técnicas de enfermagem na instituição, Projeto de Reforço Escolar para alunos do 6º Ano e o Programa Educação e Família, que visa incentivar a participação da família dos alunos nas atividades escolares. Os projetos citados acima são financiados por verba destinada pelo Governo Federal e da Prefeitura do município.

Imagem 7 – Projetos presentes na Escola



Projeto Música e Fanfarra Escolar



Prática de Artes Marciais – Jiu-Jitsu



Programa Educação e Família: visita ao Teatro Amazonas com a participação dos pais/responsáveis dos alunos.

Fonte: MARTINS, Carla. (2022).

Os entraves enfrentados pelos funcionários e alunos da escola são inúmeros, dentre os quais citam-se a interrupção das aulas pela falta de energia elétrica, algo constante no Distrito do Araçá, causando também a interrupção do fornecimento de água tanto para saciar a sede dos alunos quanto para a produção da merenda escolar.

Os esforços para a continuação das aulas são incontáveis, e mesmo diante de tantos desafios, a Escola Municipal segue ofertando ensino básico para as crianças e adolescentes do Distrito do Araçá e das localidades no entorno.

1.2 MÉTODO E FORMA DE ABORDAGEM

O presente trabalho possui como método de pesquisa o estudo de caso baseado nas concepções de Robert Yin, pois pretende-se pesquisar sobre um assunto específico com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre ele e a temática escolhida.

De acordo com Yin (2001, p. 19):

O estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos (como em estudos de economia) são alguns exemplos. [...] Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

A pesquisa utilizou o método bibliográfico, uma vez que foram consultadas obras literárias, dissertações, teses trabalhos e artigos científicos, além de produções digitais disponibilizados virtualmente quanto exemplares físicos. Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183) a pesquisa bibliográfica, “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, entre outros”. Fora utilizado também a pesquisa documental visando o acesso a dados oficiais referente a determinado período ou acontecimento, visando a análise dos fatos encontrados durante a pesquisa documental. Kripka et al (2015, p. 58) salienta que a pesquisa documental “é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos [...] a fim de compreender um fenômeno: é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Cellard corrobora salientando que:

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. [...] por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o

documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado reativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho e atividades particulares ocorridas num passado recente (2012, p. 295).

A pesquisa possui abordagem qualitativa visando a compreensão do objeto de estudo em sua plenitude e complexidade, sem a intenção de julgar sua singularidade. Segundo Minayo “a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico”. (2012, p. 626). Como recurso metodológico de investigação, utilizou-se a pesquisa de campo tendo em vista a finalidade de captar os dados em sua totalidade e completude. Piana (2009, p, 169) diz que:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

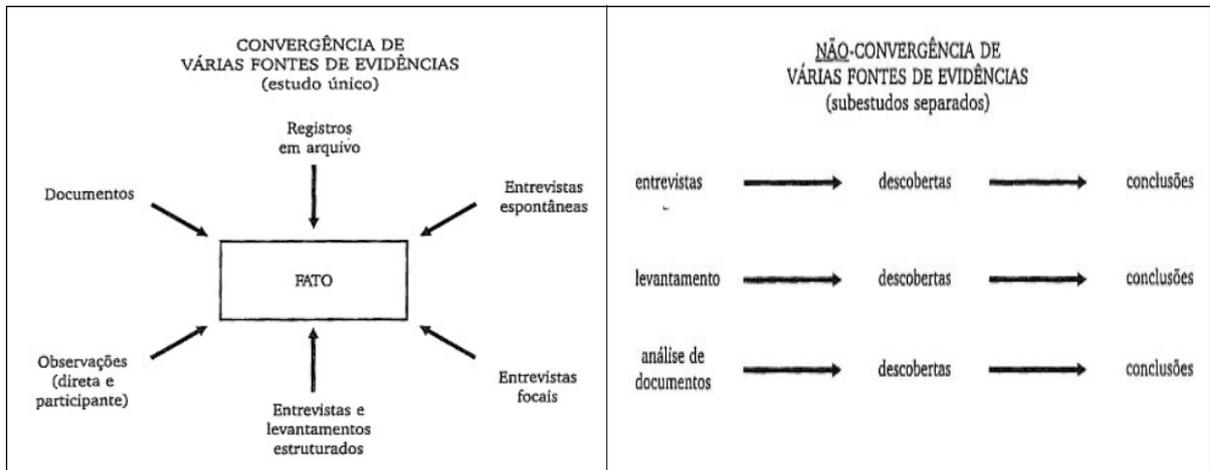
A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com perguntas diferenciadas por grupos aos possíveis participantes da pesquisa, são eles: grupo 1 – professores, grupo 2 – equipe pedagógica da escola e grupo 3 – pais/responsáveis dos alunos. As perguntas norteadoras foram desenvolvidas no intuito de organizar as informações a serem coletadas, facilitando assim a transcrição dos dados posteriormente. Yin (2001) ressalta que “preparar-se para a coleta de dados pode ser uma atividade complexa e difícil. Se não for realizada corretamente, todo o trabalho de investigação do estudo de caso poderá ser posto em risco” (p. 79 e 80).

A pesquisa aplicou fontes diversificadas para a coleta de dados, tais como análise bibliográfica e documental, entrevistas com os sujeitos da pesquisa, preenchimento de um diário de campo e as observações coletadas durante a pesquisa de campo, dentre outros recursos. De acordo com Yin (2001, p. 132) “o uso isolado de fontes pode ocorrer em função da forma independente que elas geralmente são concebidas- como se o pesquisador devesse escolher a fonte mais apropriada para o seu caso ou aquela com a qual ele estivesse mais familiarizado”. Escolheu-se diversas

fontes de evidências visando a obtenção de resultados abrangentes e que representam os sujeitos do estudo em sua plenitude.

Na figura abaixo é possível visualizar o que ocorre quando se utiliza a triangulação de dados e quando não se utiliza, segundo Robert Yin:

Figura 8 - Convergência e não-convergência de várias fontes de evidências.



Fonte: Yin (2001, p. 135).

A análise dos dados coletados seguiu as estratégias recomendadas por Yin, onde durante o processo de coleta as informações foram organizadas e documentadas em um banco de dados, facilitando o acesso da pesquisadora aos conteúdos obtidos para a construção do estudo e de futuras revisões quando se fizer necessário. Construiu-se o Marco Lógico Metodológico visando a melhor estruturação da pesquisa, recurso este que auxiliou a pesquisadora na visualização das etapas a serem seguidas, assim como o que se deseja estudar e quais os caminhos necessários para o alcance dos resultados almejados.

Quadro 2: Marco Lógico Metodológico contendo a Estruturação da Pesquisa

MARCO LÓGICO METODOLÓGICO								
Tema: EDUCAÇÃO NO CAMPO: Uma análise dos desafios encontrados pelos docentes da educação básica durante a pandemia da Covid-19.								
Problema: Como a pandemia da Covid-19 influenciou o ensino na Educação no Campo no Contexto Amazônico?								
Objetivo geral: Identificar os principais desafios encontrados pelos professores de uma Escola Municipal durante a pandemia da Covid-19, localizada na rodovia BR-319, distante 52 quilômetros da capital Manaus.								
Questões do estudo	Objetivos específicos	Proposições (O que se busca explicar)	Categorias de análise	Procedimentos e atividades	Fontes de evidência	Unidades (Análise qualitativa)	Referencial teórico	Prazo
Que recursos pedagógicos foram utilizados e como foram implementados pela coordenação pedagógica?	OE1. Pesquisar as metodologias de ensino definidas pela coordenação pedagógica para a continuação do ensino durante o período de quarentena;	Quais as metodologias de ensino foram adotadas pela coordenação pedagógica	Metodologias de ensino	- Pesquisa bibliográfica. - Pesquisa documental (lei, MEC).	Livros, monografias, dissertações, teses, artigos e documentos.	Análise bibliográfica documental. Análise documental.	ARANHA (2012), BRIZOLA (2014), CARNEIRO (2017), CARVALHO ET AL (2020), NASCIMENTO (2002), REZENDE (2009), SANTOS (2020), SCHARCZ (2020), SOARES E COLARES (2020), TOLLEDO JR (2005), UJVARI (2020).	Até março de 2023

Questões do estudo	Objetivos específicos	Proposições (O que se busca explicar)	Categorias de análise	Procedimentos e atividades	Fontes de evidência	Unidades (Análise qualitativa)	Referencial teórico
Como foi o processo de adaptação dos professores e dos pais dos alunos durante o período de quarentena em 2020 e 2021?	OE2. Registrar o processo de adaptação dos professores e dos pais dos alunos frente à nova realidade;	O processo de adaptação do ensino presencial para o ensino remoto ou híbrido.	Adaptação professores, pais e alunos	Entrevista presencial com os professores e pais e/ou responsáveis dos alunos.	- Entrevistas - Registros fotográficos pessoais.	Análise descritiva	CAMPOS (2016), SANTOS (2020), TOCANTINS (1964), WAGLEY (1957)
			Local de residência		- Entrevista presencial e mapas.	Análise descritiva	
Questões do estudo	Objetivos específicos	Proposições (O que se busca explicar)	Categorias de análise	Procedimentos e atividades	Fontes de evidência	Unidades (Análise qualitativa)	Referencial teórico
Como foi o processo de avaliação dos alunos durante o período pandêmico?	OE3. Investigar como ocorreu o processo avaliativo durante o período pandêmico de 2020 e 2021	Quais recursos foram utilizados pelos docentes para avaliarem os alunos?	Avaliação	- Pesquisa bibliográfica. - Entrevistas presenciais com os professores	- Livros, monografias, dissertações, teses e artigos. - Entrevistas	Análise bibliográfica e documental.	LUCKESI (2003), PIMENTA (2015), SAVIANI (1997), UCHÔA (2018),
Docentes e Alunos.							

Elaboração: MARTINS, Carla (2022).

1.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Foram escolhidos como sujeitos da pesquisa: os professores pertencentes ao quadro que atuaram na escola municipal no ano de 2020 e 2021 (anos pandêmicos); a equipe pedagógica da instituição e os pais e/ou responsáveis dos alunos que estudaram no período de 2020 a 2021 nas respectivas séries: 1º Ano do Ensino Fundamental I e o 6º Ano do Ensino Fundamental II, abrangendo os turnos matutino e vespertino. Foram escolhidos os alunos matriculados no 1º Ano do Ensino Fundamental I e alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental II, por se tratar de séries importantes de transição escolar, sendo o 6º Ano a última série ofertada na escola municipal onde a pesquisa será realizada devido a estrutura física limitada da instituição de ensino.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a educação infantil, primeira etapa da educação básica “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos [...] com avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (Brasil, 2021). O Referencial Curricular Amazonense (RCA) corrobora salientando que “o currículo da Educação Infantil deve promover experiências e vivências em torno do conhecimento produzido pela humanidade, criando condições para o desenvolvimento das capacidades humanas” (2019, p. 29). Segundo o Referencial Curricular Amazonense sobre a transição dos alunos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais:

As crianças que são atendidas em uma instituição de Educação Infantil são as mesmas que irão frequentar o Ensino Fundamental, mas nem sempre a trajetória educacional da criança é vista na perspectiva da continuidade. O projeto educacional deve reconhecer as especificidades de cada etapa e, ao mesmo tempo, levar em conta as semelhanças entre as três etapas constitutivas da Educação Básica (REFERENCIAL CURRICULAR AMAZONENSE, 2019, p. 22).

O momento de transição entre as etapas da Educação Básica requer cuidado e planejamento por parte das instituições de ensino para que não motive a ruptura da aprendizagem do aluno. Torna-se de suma importância que a escola e a família atuem juntos, acompanhando e incentivando o aluno frente aos novos desafios que surgirão após mudança da etapa educacional.

A organização do Ensino Fundamental da educação básica no Brasil sofreu modificações por meio da Resolução Nº 3, de 3 de agosto de 2005 homologado pelo Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, onde tornou obrigatório a matrícula no Ensino Fundamental aos seis anos de idade, ampliando assim para 9 anos a duração do Ensino Fundamental. Segue abaixo a tabela organizacional atual do Ensino Fundamental:

Tabela 5 - Organização do Ensino Fundamental segundo a Resolução N°3/2005

Etapa de ensino	Faixa etária prevista	Duração
Educação Infantil	até 5 anos de idade	
Creche	até 3 anos de idade	
Pré-escola	4 e 5 anos de idade	
Ensino Fundamental	até 14 anos de idade	9 anos
Anos iniciais	de 6 a 10 anos de idade	5 anos
Anos finais	de 11 a 14 anos de idade	4 anos

Fonte: Resolução Nº 3 do Conselho Nacional de Educação.

Seguindo os critérios organizacionais, o Ensino Fundamental passou a ser dividido em: anos iniciais abrangendo do 1º ao 5º ano e anos finais, que compreende do 6º ao 9º ano. Se tornando o 9º ano a série de transição do aluno para o Ensino Médio. Conforme o Referencial Curricular Amazonense do Ensino Fundamental – Anos Finais:

O Ensino Fundamental está oficialmente dividido em duas etapas: Ano Iniciais e Anos Finais. Os Anos Iniciais estão em geral sob a responsabilidade das redes municipais de educação e os Anos Finais a cargo da rede estadual em corresponsabilidade com o município. Esta etapa de ensino demanda articulação entre as duas redes para assegurar o prosseguimento do processo educacional. (REFERENCIAL CURRICULAR AMAZONENSE, 2019, p. 23)

Conforme observado acima, o Ensino Fundamental possui duração de nove anos, sendo obrigatório e gratuito na rede básica de ensino, tendo início aos 6 anos de idade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a referida etapa educacional tem como objetivo a formação básica do cidadão (BRASIL, 2022).

1.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas, foram feitos os primeiros contatos com os possíveis participantes do estudo por meio de ligação telefônica, verificando o dia e horário disponíveis para a coleta de informações. Os contatos foram obtidos por meio do círculo de conhecidos residentes na comunidade ou com a secretária escolar.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada com cada participante de forma individual e em local aberto, seguindo os protocolos de segurança recomendados pela Organização Mundial da Saúde para evitar a propagação do vírus da Covid-19, como o uso de máscara pela pesquisadora, álcool em gel e distanciamento de 1,5 m entre o participante e a pesquisadora. Gil destaca que na entrevista "têm-se como vantagens maior eficiência na obtenção dos dados, classificação e quantificação. Todavia há algumas desvantagens como a falta de motivação e de compreensão do entrevistado, a apresentação de respostas falsas, a incapacidade de responder às perguntas" (GIL apud OLIVEIRA, 2011 p. 35-36).

Elaborou-se um roteiro de entrevista diferenciado para cada grupo de participantes: o grupo dos professores está dividido em quatro blocos de perguntas – pessoais, socioeconômicos, núcleo familiar e dificuldades encontradas durante a pandemia -, com 19 perguntas no total. As perguntas desenvolvidas para a entrevista da equipe pedagógica foram divididas em três blocos, sendo eles: pessoais, socioeconômicos e dificuldades vividas durante o período escolar na pandemia; tendo 16 perguntas no total.

O último grupo foi composto pelos pais e/ou responsáveis dos alunos, possuindo 17 perguntas no total, sendo dividido por três blocos: pessoais, socioeconômicos e dificuldades vividas durante o período escolar na pandemia. Após a obtenção das informações por meio de entrevistas, iniciou-se o processo de transcrição dos relatos em sua originalidade, identificando cada participante com suas iniciais, função exercida na instituição e a data e o horário em que a entrevista foi realizada. Sendo sinalizado quando a entrevista era interrompida ou adiada, com a identificação da data de retomada dos questionamentos.

O estudo poderia ser suspenso ou encerrado caso não houvesse a obtenção de dados suficientes para análise dos resultados, caso ocorresse a recusa dos

participantes escolhidos para a realização das entrevistas semiestruturadas ou caso fosse recomendado pela Organização Mundial da Saúde e demais órgãos sanitários um novo período de isolamento social, a exemplo do que aconteceu no primeiro semestre de 2020²⁷ no Brasil. Felizmente, a pesquisa seguiu como o planejado, obtendo resultados de suma importância para o debate do tema no âmbito acadêmico e, para além dele.

Os dados coletados por meio das entrevistas foram utilizados exclusivamente para gerar conteúdo para a construção desta pesquisa e de futuras publicações em eventos científicos por meio de artigos, revistas científicas, eventos dentre outros da mesma natureza. Sendo garantido o sigilo e a privacidade dos participantes durante toda a duração da pesquisa e posteriormente na divulgação dos resultados. Nenhum resultado foi divulgado com a identificação dos participantes, não sendo necessário até o fechamento desta etapa da pesquisa a identificação do participante, por meio da substituição de nomes e função exercida na instituição.

A participação na pesquisa não acarretou custos para o participante e não foi disponibilizado nenhuma compensação financeira adicional, não sendo até o presente momento, necessário o ressarcimento por meio de indenizações e danos gerados comprovadamente pela pesquisa aos participantes do estudo. Sendo direito dos participantes a assistência integral gratuita caso ocorra danos materiais ou psicológicos diretos/indiretos e imediatos/tardios.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, destacou-se nesta pesquisa como possíveis riscos: cansaço, aborrecimento ou a falta de tempo para responder os questionamentos, sendo possível o sentimento de desconforto ou constrangimento em responder determinado questionamento ou relatar determinado acontecimento. Quando observado os riscos de aborrecimento, cansaço ou falta de tempo, a pesquisadora tentou abordar os questionamentos presentes nas entrevistas de forma amigável e compreensiva, respeitando a decisão do participante em não responder determinadas perguntas ou adiando para outro dia (ou horário) a continuação da entrevista se necessário fosse. Visando minimizar os riscos de desconforto ou constrangimento, foi realizado uma leitura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido junto do participante, esclarecendo dúvidas e

²⁷ Restrição adotada por inúmeros estados brasileiros amparados pela Lei 13.979/20 de fevereiro de 2020 que trata sobre as medidas para enfrentamento da Covid-19 no Brasil.

receios que surgiam antes do início da realização das entrevistas, sendo cedido alguns dias para que o participante pudesse conversar com amigos e familiares sobre a adesão ou não ao estudo. Felizmente, não fora preciso remarcar as entrevistas já iniciadas, quando o participante demonstrava não querer responder a determinada pergunta, a pesquisadora realizava a próxima; em algumas entrevistas, foi necessário a realização de pausas de minutos para que os entrevistados fossem realizar determinada atividade ou recuperar-se de um momento emocionante que a perguntava lhe causava.

Quanto ao risco de quebra de sigilo, utilizou-se como meio de minimizar o risco um aparelho gravador de voz que não tinha acesso a rede de internet, sendo os dados coletados transcritos para documentos pertencentes a ferramenta Word, nomeados com as iniciais dos nomes e grupo à qual pertenciam. Após a finalização da transcrição os arquivos foram apagados conforme orientações presentes na Resolução nº 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Almeja-se como benefícios após a finalização desta pesquisa auxiliar no desenvolvimento de metodologias educacionais que visem a continuação do ensino em tempos de quarentena, contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para a educação do campo e suas particularidades, além de promover a valorização do professor atuante em períodos pandêmicos.

Fora informado que para obtenção de qualquer esclarecimento, os participantes da pesquisa poderão entrar em contato com a pesquisadora responsável a qualquer momento no telefone (92) 3878-4405, no e-mail: ckdsm.mic21@uea.edu.br ou se dirigindo até o respectivo endereço: Avenida Leonardo Malcher, n.º 1728, Praça 14, Manaus - Amazonas – Brasil, CEP: 69020-070. Também poderão entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas pelo telefone fixo (92) 3878-4368, e-mail: cep.uea@gmail.com, ou se dirigir ao endereço: Avenida Leonardo Malcher, n.º 1728, Praça 14, Manaus - Amazonas – Brasil, CEP: 69020-070. O CEP/UEA é um colegiado interdisciplinar e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Segue abaixo o quadro contendo o cronograma utilizado para fins de organização e planejamento da pesquisadora durante a realização do estudo.

Quadro 3 – Cronograma da Pesquisa de Campo

ATIVIDADES	2022												2023		
	MESES														
	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR
Reunião de Orientação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento bibliográfico e leitura das obras	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Realização das entrevistas										X	X	X			
Qualificação									X						
Análise dos dados												X			
Redação da Análise dos dados												X			
Revisão da redação													X		
Conclusão da dissertação														X	
Entrega da dissertação															X
Defesa da dissertação															X

Elaboração: MARTINS, Carla (2022).

Todos os custos presentes no orçamento abaixo para a realização desta pesquisa foram custeados pela bolsa de mestrado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM recebido pela pesquisadora.

Quadro 4 – Orçamento da pesquisa de campo

PRODUTO	QUANTIDADE	MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
Livros	6	unidade	variado	R\$ 460,00
Resma de papel A4	2	unidade	R\$ 20,00	R\$ 40,00
Gravador de voz	1	unidade	R\$ 110,00	R\$ 110,00
Translado - pesquisa de campo	2	unidade	R\$ 70,00	R\$ 140,00
Alimentação - pesquisa de campo	60	dias	R\$ 50,00	R\$ 3.000,00
Estadia - pesquisa de campo*	1	unidade	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Serviço de internet	14	meses	R\$ 180,00	R\$ 2.520,00
Máscaras modelo PFF2	120	1	R\$ 3,00	R\$ 360,00
Capa Dura (trabalho final)	2	unidade	R\$ 300,00	R\$ 600,00

* ajuda de custo da estadia cedida por um comunitário (água, energia, limpeza etc.).

Elaboração: MARTINS, Carla (2022).

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO E PANDEMIA DA COVID-19: HISTORICIDADE E ADAPTAÇÕES

O modelo educacional que conhecemos atualmente resultou-se de uma série de mudanças e conflitos relacionados a questões culturais, políticas e religiosas de períodos passados. Visando uma melhor compreensão do sistema educacional atual, seus métodos e metodologias, será abordado aspectos históricos que integram a História da Educação no Brasil e no Mundo.

De acordo com Aranha (2012, p. 11):

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre as suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas relações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política.

Aranha ressalta que os estudos relacionados sobre a história da educação ainda é escasso, uma vez que a temática seja comumente abordada apenas como componente curricular atrelada a outras disciplinas na docência, não sendo pensada como importante instrumento científico no que tange a compreensão e conhecimento de práticas educacionais exercidas no passado e no presente. Saviani destaca algumas instituições de extrema importância no que tange a produção acadêmica e científica sobre história da educação, são elas: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), criada em 1977; o Centro de Estudos Educação & Sociedade (Cedes), em 1978; a Associação Nacional de Educação (Anede), em 1979; essas três entidades organizaram as Conferências Brasileiras de Educação (CBE), ocorridas a cada dois anos, de 1980 a 1988 e depois em 1991 (2004, p. 45).

Ao transcorrer das décadas, a história da educação foi se constituindo por meio de acontecimentos históricos ocorridos na sociedade, influenciando no modo de pensar/agir individual e coletivo, sofrendo também com tais influências. Desde os primórdios, o homem modifica seu entorno visando a continuação de sua espécie, constrói e modifica sua própria história ao longo do tempo. Aranha (2012, p. 05) salienta que:

Somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva. É assim que produzimos a nós mesmos e a cultura a que pertencemos. Cada geração assimila a herança cultural dos antepassados e estabelece projetos de mudança. Ou seja, estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado. Pensar o passado, porém, não é um exercício de saudosismo, curiosidade ou erudição: o passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente.

Determinar um panorama histórico da educação formal implica em compreender a trajetória de como os sistemas de transmissão de conhecimento e tradições se configuraram entre as culturas da Antiguidade e do cenário europeu que emergiu de suas interações. Sendo a partir do século XVI, considerada a Europa se converteu em um grande centro de concentração econômica e difusão cultural, propagando ideias e instituições pelos territórios americanos, asiático e africanos, o que incluía visões acerca do gerenciamento do ensino dos jovens (Carneiro, 2017, p. 05).

Assim, pelas vias do colonialismo²⁸ e do imperialismo²⁹, seriam lançadas as bases para os modelos educacionais com os quais somos familiarizados hoje. Portanto, é compreensível que, ao tratar da história da educação, busquemos abordar primeiramente as civilizações do Mediterrâneo, cuja influência foi tão crítica nas culturas europeias posteriores. O impacto destas últimas, por sua vez, pode ser amplamente sentido pelo mundo, especialmente em territórios outrora colonizados, como o Brasil. Carneiro (2017, p. 06) ressalta que:

Começando pela tendência do ensino jesuítico, passando pelos valores iluministas e depois pelo pensamento positivista até as tendências escolanovistas, tecnicistas e multiculturalistas do final do século XX, o país acolheria amplamente, ainda que a sua própria maneiras e com as falhas que lhe eram idiossincráticas, as influências europeias.

²⁸ é a política de exercer o controle ou a autoridade sobre um território ocupado e administrado por um grupo de indivíduos com poder militar, ou por representantes do governo de um país ao qual esse território não pertencia, contra a vontade dos seus habitantes que, muitas vezes, são despossuídos de parte dos seus bens (como terra arável ou de pastagem) e de eventuais direitos políticos que detinham.

²⁹ é um conjunto de ideias, medidas e mecanismos que, sob determinação de um Estado-nação, procuram efetivar políticas de expansão e domínio territorial, cultural ou econômico sobre outras regiões geográficas, vizinhas ou distantes. Esta prática está associada, na história da humanidade, à formação de impérios que se desenvolveram e, em muitos casos, foram dissolvidos ou substituídos por outros, por diferentes motivos. No entanto, o conceito de imperialismo, derivado de uma prática assente na teoria econômica, só surgiu no início do século XX.

Desta forma, percebe-se como a institucionalização dos sistemas educacionais ocorreu gradualmente. Podemos identificar diversas permanências históricas nos ambientes escolares, metodologias e posturas relativas ao ensinar. No entanto, parece seguro de que a organização escolar tenha se configurado majoritariamente com a chegada da contemporaneidade³⁰, entre os séculos XVIII e XIX, consolidando-se e ramificando-se no século XX. Ao longo desse período, constituiu-se o espaço da sala de aula, sua hierarquia e um conjunto de expectativas sociais em torno do processo educativo. A escola, outrora um espaço reservado para a formação erudita dos setores aristocráticos, converteu-se no lócus da educação universal, onde, expressando-se a ambição de Comênio, seria possível ensinar tudo a todos (Carneiro, 2017).

No entanto, apesar de todos os esforços políticos e elaboração teóricas, houve muitas complexidades estruturais envolvidas na ampliação da educação para o maior número possível de pessoas. A questão do conteúdo – isto é, “o que ensinar” – preservou-se controversa enquanto estava em debate o tipo de ser humano que se buscava formar para o mundo, mas talvez mais controversa tenha sido a questão da metodologia – o “como ensinar” (CARNEIRO, 2017). Enquanto os defensores de uma pedagogia tradicional – como o alemão Johann Herbart – preconizavam a importância de um ambiente rígido, disciplinador e hierárquico para o aprendizado efetivo, proponentes de linhas progressistas – como a Escola Nova, de Adolphe Ferrière – pediam por um ambiente que respeitasse as necessidades especiais de aprendizado do indivíduo conforme sua faixa etária e sua experiência prévia.

A chegada do século XX introduziu novos componentes à problemática da organização educacional. A emergência das tecnologias comunicacionais poderosíssimas ampliou o poder de transmitir conhecimento, mas também deixou claro o frequente descompasso entre o modelo educacional vigente e a disponibilidade de saberes. (Carneiro, 2017, p. 58).

³⁰Libânio, Santos e Saviani (2005) em seus estudos dizem que as teorias contemporâneas da educação são aquelas gestadas em plena modernidade, quando a ideia de uma formação geral para todos toma lugar na reflexão pedagógica, e assim começamos o estudo sobre as teorias contemporâneas da educação: natureza e definição.

2.1 EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Atualmente vivemos em uma era dominada pelas tecnologias e suas constantes evoluções sendo de extrema importância que tenhamos o mínimo de conhecimento tecnológico para lidarmos com questões do nosso cotidiano. Destaca-se como exemplo o uso do *WhatsApp*, aplicativo desenvolvido por americanos, mas que é utilizado por uma grande parte da população brasileira para a troca de mensagens e ligações. Anos atrás, o aplicativo era considerado como moda entre aqueles que gostavam de novidades tecnológicas, entretanto, hoje tornou-se indispensável na comunicação entre pessoas tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, tamanho sucesso atrela-se a inúmeros fatores, dentre eles, a facilidade no manuseio possibilitando que sejam feitas ligações, envios de mensagens por áudios e o registro das mensagens pela fala sem precisar escrever – utilizando a opção ditado no teclado-.

Com a pandemia da Covid-19 tivemos que permanecer dentro de casa para nos protegermos, cessando o contato presencial e a rotina de saídas de casa, por meio das tecnologias foi possível que nos comunicássemos com o mundo fora de casa, permitindo a continuação de nossas atividades, independentemente do local que estivéssemos. O *WhatsApp* tornou-se ainda mais necessário, pois com a possibilidade da formação de grupos de pessoas, as informações poderiam ser repassadas a uma grande quantidade de pessoas ao mesmo tempo, além de ser considerado um aplicativo que não necessite de rede de internet de ótima qualidade. No ambiente escolar não foi diferente, o uso dos grupos referentes as séries escolares aproximavam pais e/ou responsáveis dos professores e coordenação pedagógica. Infelizmente, há uma parte da população brasileira que não possui recursos financeiros, dificultando assim o acesso as tecnologias e conseqüentemente o acesso as informações e a conteúdos escolares.

As tecnologias não foram somente usadas em 2020 pelas Instituições de Ensino, são usadas há anos por meio de diversas modalidades da educação, variando do maternal ao ensino superior e pós-graduação com a Educação à Distância (EaD). De acordo com o Censo da Educação Superior de 2021 entre 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação na modalidade EaD “aumentou 474%. No mesmo período, a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%. Se, em 2011, os ingressos por meio de EaD correspondiam a 18,4%

do total, em 2021, esse percentual chegou a 62,8%”. Tal aumento é visto de forma positiva, uma vez, que mostra o acesso à educação superior por grande parte da população, independentemente de sua localização geográfica.

Soares e Colares (2020, p. 02) corroboram destacando que:

Historicamente, com o advento do computador e seu processo de modernização ao longo dos anos e, recentemente, dos aparelhos celulares de última geração (com o maior número de tecnologias e funções em um só dispositivo), a usabilidade das tecnologias vem constituindo-se gradativamente como uma possibilidade de aprimoramento das relações processuais da sociedade, especificamente, no auxílio à resolução de conflitos e dilemas (ALMEIDA; SOARES; OLIVEIRA, 2019), como a produção de novas tecnologias direcionadas a saúde e qualidade de vida da população, na agilidade e eficiência de processos educacionais em tempo real, na expansão do conhecimento científico, entre outros formatos de intervenção social. Tais contribuições corroboram no sentido de engrandecer as tecnologias e seu fator de importância na vida humana, bem como geram uma série de discussões quanto à inserção destas na substituição de tarefas e processos manuais (SOARES; OLIVEIRA, 2019). Discussões estas que vêm caminhando desde a Revolução Industrial, momento em que as máquinas passam a substituir a força humana de produção. Portanto, a inserção das tecnologias gera controvérsias, um movimento dialético explícito na sociedade contemporânea.

Com o avanço da pandemia da covid-19 no país, com registros de casos e de mortes aumentando de forma rápida e assustadora, o Ministério da Educação recomendou a suspensão das aulas presenciais em toda a rede de ensino do país. Algumas instituições permaneceram com suas portas fechadas e salas de aulas vazias, causando aflição em todos àqueles que atuavam direta e indiretamente no ensino. Entrando em ação a busca por meios que viabilizassem a continuação do ensino à distância, ocupando as tecnologias um grande papel nessa outra forma de educar. As salas de aulas passam então a ocupar as salas das residências dos alunos e dos professores, todo lugarzinho disponível em casa virava uma sala de aula.

O aumento do uso de tecnologias voltadas a educação cresceu em 2020, mas não substituiu as aulas presenciais, sendo adotado por muitas instituições o ensino híbrido, mesclando quando possível a prática de atividades presenciais com práticas pedagógicas por meio de ferramentas digitais. O retorno às salas de aulas fora liberado a partir do segundo semestre de 2020, entretanto, nem todos sentiram-se seguros a voltar presencialmente, adotando metodologias que permitissem o ensino de forma virtual, utilizando assim o ensino remoto. Carvalho et al (2020, p. 03) salienta que:

O ensino remoto tem a proposta de manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um a partir de diferentes localidades. Considerando que, para estudar longe do ambiente escolar, o aluno precisará de mais motivação e disciplina, as metodologias ativas despertam o interesse pelas atividades por oferecerem recursos lúdicos e práticos. Além disso, o ensino remoto permite ao aluno desenvolver habilidades importantes para sua formação, como autonomia, engajamento na aquisição de conhecimento e competências socioemocionais. Para desenvolver uma aprendizagem significativa e autônoma, não basta que o aluno aprenda sozinho; ele precisa do acompanhamento do professor e dos colegas, pois são as trocas entre os pares que permitem a aquisição de competências e habilidades.

As metodologias ativas surgiram então como estratégia de ensino remoto durante a pandemia, visando incentivar a autonomia do aluno não somente no âmbito educacional, podendo refletir também nas demais áreas de sua vivência. De acordo com Carvalho et al “as duas modalidades que utilizam métodos ativos e se aplicam bem ao ensino longe do ambiente escolar são: sala de aula invertida e ensino híbrido (2020, p. 04).

A sala de aula invertida, segundo o autor, é um modelo inovador que inverte o modelo tradicional, no qual o aluno tem o contato com o conteúdo em sala de aula e leva para casa o que aprendeu para realizar tarefas complementares. Sendo trabalhado a autonomia do aluno, com o intuito de orientá-lo a buscar de maneira ativa conhecimentos prévios sobre o tema a ser estudado e depois levar à sala de aula o que aprendeu para compartilhar com os demais colegas e o professor. Permitindo assim, a exploração de metodologias ativas tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo. Durante esse processo de aprendizagem, é recomendado que seja incluído diversos tipos de materiais digitais tais como videoaulas, games, podcasts, pesquisas, textos, fóruns dentre outras ferramentas digitais. (CARVALHO ET AL, 2020).

A gamificação de conteúdo surgiu como uma estratégia eficaz para engajar estudantes e promover o aprendizado. Se os alunos se divertem nesse processo, a interação e a compreensão são potencializadas, melhorando os resultados. A gamificação é o uso da lógica dos games em outros contextos, no processo pedagógico significa usar as estratégias próprias dos jogos para tornar o processo de aprendizado mais atrativo, valendo-se de comportamentos naturais do ser humano, como competitividade, socialização, busca por recompensa e prazer pela superação (CARVALHO ET AL, 2020, p. 05).

As estratégias acima foram utilizadas em inúmeras escolas de todas as redes de ensino pelo país, adaptando conforme a realidade de cada um. No Estado do Amazonas foi criado o projeto “Aula em Casa” pelo Governo do Estado do Amazonas através da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC) como estratégia para a continuação das aulas durante o período de quarentena em 2020. Conforme informações disponibilizadas no site oficial do projeto:

O projeto Aulas em Casa foi lançado em março de 2020, tendo por objetivo disponibilizar conteúdo pedagógico de apoio às aulas não presenciais em decorrência do contexto pandêmico, para atender alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, da 1a a 3a Série do Ensino Médio e para a Educação de Jovens e Adultos-EJA, assim como para estudantes de 1º ao 5º do Ensino Fundamental e atividades diversificadas para Educação Infantil, por meio da parceria com a Prefeitura de Manaus, através da Secretaria Municipal de Educação (Semed-Manaus).

O projeto atuou como solução emergencial para o enfrentamento à propagação da covid-19 no Estado. De acordo com o site oficial foram utilizadas multiplataformas para a transmissão das aulas para os alunos da rede pública de ensino, tanto estadual quanto municipal – capital Manaus-. O conteúdo consistia em transmissão de videoaulas pela TV aberta e internet, estava regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação (CME-Manaus) por meio da Resolução N° 3/2020; pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/AM) com a Resolução N° 30/2020; pelo Governo Federal, com a Medida Provisória N° 934/2020; e orientada pelas Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Educação (Seduc/AM).

Figura 9 – Aluna da Rede Estadual participando do Projeto Aula em Casa



Fonte: <http://aulaemcasa.am.gov.br>.

Segundo a SEDUC doze Estados Brasileiros assinaram termos de cooperação técnica para implementar o Projeto Aula em Casa em suas redes de ensino. Nessas parcerias, foram contemplados os Estados de São Paulo, Alagoas, Amapá, Pará, Pernambuco, Espírito Santo, Sergipe, Rio de Janeiro, Maranhão, Goiás, Distrito Federal, Ceará e as Semed's do Amazonas (Tabatinga e Rio Preto da Eva), para ofertar as aulas veiculadas pelo Projeto Aula em Casa, totalizando 7.542.341 estudantes alcançados.

Após o reconhecimento de que muitos estudantes não conseguiam acessar as aulas por inúmeras razões, a SEDUC anunciou o retorno presenciais das aulas e no dia 10 de agosto as redes públicas de ensino retornaram as aulas para os estudantes do Ensino Médio. Medida essa amplamente criticada por pesquisadores, profissionais da educação e pais/responsáveis de alunos, semanas após o retorno, os registros de casos confirmados e óbitos aumentaram sendo associado de tal liberação, uma das motivações. Após nova suspensão de aulas por alguns dias, a SEDUC anuncia a implementação do ensino híbrido, sendo adotado do segundo semestre de 2020 e em 2021 (Silva e Silva, 2021, p. 28). No Distrito do Araçá³¹ onde há 01 escola estadual, a decisão fora comemorada inicialmente, entretanto, após algumas semanas as reclamações e insatisfações como o novo recurso utilizado eram grandes, além do aumento de casos de covid e internações no hospital do município. Os alunos sofriam com as constantes falta de energia elétrica, dificuldade em acessar os conteúdos que necessitam o acesso à internet e a perda do sinal da TV quando formava chuva, prejudicando assim o processo de ensino e aprendizado dos alunos.

2.2 PANDEMIAS E ENDEMIAS PASSADAS À LUZ DA COVID-19: Conceitos e Historicidade

A pandemia da covid-19 não é a primeira pandemia que assola a humanidade e de acordo com especialistas, não será a última. Tal afirmação tem como base ao crescimento desordenado da população e da devastação ambiental feita pelo homem devido tal desorganização. Com o desmatamento desenfreado, mudanças climáticas

³¹ Local onde a pesquisa de campo foi realizada.

drásticas e demais impactos negativos no meio ambiente, a população se torna cada vez mais alvo de doenças mortais.

O médico infectologista Stefan Ujvari relata que:

A covid-19 mostrou a emergência de um vírus mutante de um animal silvestre. O caos se instalou em 2020. Porém, isso não é novidade na história das epidemias [...]. Descoberta no final de 2019, a covid-19 atacou uma população que não conhecia seu vírus. O número de doentes e mortos cresceram rapidamente. Quem foi o culpado pela covid-19? Acusações não faltaram em meio ao pânico pelo seu avanço. E essa atitude não é inédita. A história de perseguições a supostos culpados pelo início de diversas epidemias, histórias de portadores de doenças que sofreram preconceito, além de casos de fake News e pânico associados a enfermidades, que resultaram até em massacres. (2020, p. 05).

Com relação ao período de quarentena e a preocupação com a chegada da covid-19 às populações de baixa renda, Ujvari explica que:

O mundo já assistiu outras cidades em quarentenas, ocasionado da peste negra do século XIV, que dizimou um terço da população europeia, e nas suas epidemias seguintes até o início do século XVIII [...]. Um receio relacionado à covid-19 era sua chegada às favelas e comunidades empobrecidas. Relataremos como, no século XIX da Revolução Industrial, o proletariado foi castigado pelas epidemias da época. Microrganismos reinaram nas famílias de operários que se aglomeravam em pequenos cômodos. Foi a receita ideal para doenças de transmissão respiratória. A mortalidade infantil atingiu proporções nunca vistas: em algumas cidades apenas cerca de metade das crianças conseguiram completar 5 anos de idade. A covid-19 é, assim, apenas mais umas das diversas epidemias e pandemias da nossa História. E, pior, certamente não será a última. Além disso, os efeitos que esta pandemia de 2020 provoca no comportamento humano ao enfrentar o pânico são exemplos do que já ocorreu no passado (2020, p. 06).

Os trechos destacados acima, fazem parte do livro “A História das Endemias”, escrito e publicado pelo médico infectologista Stefan Ujvari, médico que dedica a vida a estudar os microrganismos. Segundo ele o termo *epidemos* era empregado pelos gregos em referência aos indivíduos que não moravam nas cidades, mas que simplesmente permaneciam algum tempo e depois partiam, já os habitantes fixos, eram chamados de *endemos*, fazendo com o médico Hipócrates associando as doenças infecciosas que apareciam subitamente e em larga escala populacional como *epidemos* porque não tinham como origem a região e iam embora (2020, p.19). A

seguir iremos destacar as pandemias³² e epidemias mais mortais na história, influenciando o modo de viver da sociedade como a conhecemos atualmente.

2.2.1 A peste de Atenas

De acordo com Rezende (2009, p. 74) “a peste de Atenas ocorreu em 428 a.C. e foi narrada por Tucídides, em seu livro História da Guerra do Peloponeso. O relato deixado da epidemia é tão rico de informações que merece ser conhecido no texto original”. Segue abaixo o trecho do relato:

No começo do verão, os peloponesos e seus aliados invadiram o território da Ática. Firmaram seu campo e dominaram o país. Poucos dias depois, sobreveio aos atenienses uma terrível epidemia, a qual atacou primeiro a cidade de Lemnos e outros lugares. Jamais se vira em parte alguma açoitada semelhante e vítimas tão numerosas; os médicos nada podiam fazer, pois de princípio desconheciam a natureza da enfermidade além disso foram os primeiros a ter contato com os doentes e morreram em primeiro lugar. A ciência humana mostrou-se incapaz; em vão se elevavam orações nos templos e se dirigiam preces aos oráculos. Finalmente, tudo foi renunciado ante a força da epidemia. [...] Em geral, o indivíduo no gozo de perfeita saúde via-se subitamente presa dos seguintes sintomas: sentia em primeiro lugar violenta dor de cabeça; os olhos ficavam vermelhos e inflamados; a língua e a faringe assumiam aspecto sanguinolento; a respiração tornava-se irregular e o hálito fétido. Seguiam-se espirros e rouquidão. Pouco depois a dor se localizava no peito, acompanhada de tosse violenta; quando atingia o estômago, provocava náuseas e vômitos com regurgitação de bile. Quase todos os doentes eram acometidos por crises de soluços e convulsões de intensidade variável de um caso a outro. A pele não se mostrava muito quente ao tato nem também lívida, mas avermelhada e cheia de erupções com o formato de pequenas empolas (pústulas) e feridas. O calor intenso era tão pronunciado que o contato da roupa se tornava intolerável. Os doentes ficavam despídos e somente desejavam atirar-se na água fria, o que muitos faziam. [...] A maior parte morria ao cabo de sete a nove dias consumida pelo fogo interior. Nos que ultrapassavam aquele termo, o mal descia aos intestinos, provocando ulcerações acompanhadas de diarreia rebelde que os levava à morte por debilidade. [...] A enfermidade desconhecida castigava com tal violência que desconcertava a natureza humana. Os pássaros e os animais carnívoros não tocavam nos cadáveres apesar da infinidade deles que ficavam insepultos. Se algum os tocava caía morto [...]. Nenhum temperamento, robusto ou débil, resistiu à enfermidade. Todos adoeciam, qualquer que fosse o regime adotado. O mais grave era o desespero que se apossava da pessoa ao sentir-se atacado: imediatamente perdia a esperança e, em lugar de resistir, entregava-se inteiramente. Contaminavam-se

³² Segundo o Instituto Butantan, dá-se o nome de pandemia para uma enfermidade que alcança níveis mundiais, espalhando-se por diversos países e continentes, afetando grande número de pessoas. A epidemia se dá quando ocorre um aumento no número de casos de uma doença em diversas regiões, estados ou cidades, porém sem atingir níveis globais. Enquanto a endemia, ocorre quando a doença é recorrente na região, mas não há um aumento significativo no número de casos e a população convive com ela.

mutuamente e morriam como rebanhos (Tucídides, apud Lopes, 1969, pp. 161-162). (Rezende, 2009, p. 74-75).

Ujvari (2020, p. 25-26) corrobora acrescentando que:

A pandemia chegou em uma época quente do ano, o que favoreceu sua disseminação e a mortalidade. Os cadáveres eram empilhados enquanto os moribundos ficavam reunidos nas proximidades das fontes de água, para tentar saciar a sede, ou nos tempos, para suplicar por ajuda. Os enterros já não seguiam os rituais da época, eram feitos como se poderia e, geralmente, em valas coletivas. A epidemia produziu consequências desastrosas para Atenas. É difícil calcular o número de mortos, mas acredita-se que a doença tenha dizimado certa de um quarto da população de cinco mil homens da força militar de infantaria e cavalaria, o que contribuiu para comprometer o poderio ateniense e facilitar sua posterior subjugação por Esparta.

Há muitos anos pesquisadores buscavam descobrir qual a doença que havia assolado Atenas no século V a. C. Mesmo com detalhes dos sintomas e de como a vítima infectada reagia após dias de infecção até se curar ou chegar ao falecimento, havia divergências entre médicos e pesquisadores sobre o real motivo de tal enfermidade.

Desde 1870, arqueólogos buscavam fragmentos de cerâmica e esqueletos no antigo cemitério Kerameikos, onde antes era usado por oleiros e pintores de cerâmicas. Em meias as pesquisas, no ano de 1994, encontrou-se muitos esqueletos empilhados e amontoados de forma diferentes dos enterros habituais, indicando não serem covas comuns e sim, covas coletivas. Por meio de avanços da ciência, foi possível investigar os restos mortais e encontrar vestígios sobre a causa dos esqueletos encontrados, confirmava-se então, a doença que havia causado tantos transtornos e vítimas em Atenas: febre tifoide. Ujvari (2020, p. 28) ressalta que:

Os cientistas buscaram na polpa de dentes dos esqueletos. Nos momentos finais agonizantes da doença, a bactéria poderia se disseminar pelo sangue e se acomodar na póla dentária, ricamente vascularizada. Se estivessem certos, poderiam recuperar o material genético. Após esterilizar a superfície dos dentes, os cientistas racharam sua estrutura e adentraram a polpa. Retiraram o material e começaram a busca pelo DNA para diferentes espécies de bactérias e vírus.

Após a união de esforços em busca da causa da peste de Atenas, constatou-se tratar-se da bactéria *salmonella typhi*, conhecida popularmente como febre tifoide, doença transmitida pela ingestão de água e alimentos contaminados com resíduos fecais. Alguns pesquisadores relatam a possibilidade de outros vírus e bactérias

estarem associadas a febre tifoide, contribuindo assim para o agravamento da doença e causar tantas vítimas fatais na época.

2.2.2 A Peste Bubônica

Devido as precárias formas de moradia e vivência com condições mínimas ou quase inexistentes de higiene, muitas foram as doenças geradas nesses ambientes insalubres. A peste bubônica ou peste negra (*Yersinia pestis*) foi uma das doenças infecciosas que mais vitimaram pessoas aos longos dos anos, era transmitida por meio da picada da pulga dos ratos. Rezende (2017, p. 74) salienta que:

Possivelmente a primeira notícia sobre a peste bubônica seja a narrativa que se encontra na Bíblia sobre a praga que acometeu os filisteus. Estes tomaram dos hebreus a arca do Senhor e foram castigados: “A mão do Senhor veio contra aquela cidade, com uma grande vexação; pois feriu aos homens daquela cidade, desde o pequeno até ao grande e tinham hemorroidas nas partes secretas” (Samuel 1:6.9). Decidiram, então, devolver a arca, com a oferta de cinco ratos de ouro e cinco hemorroidas de ouro: “Fazei, pois, umas imagens das vossas hemorroidas e as imagens dos vossos ratos, que andam destruindo a terra, e daí glória ao Deus de Israel” (Samuel 1:6,5). E os hebreus também foram vitimados pela peste após receberem a arca de volta: “E feriu o Senhor os homens de Bete-Semes, porquanto olharam para dentro da arca do Senhor, até ferir do povo cinquenta mil e setenta homens; então o povo se entristeceu, porquanto o Senhor fizera grande estrago entre o povo” (Samuel 1:6,19, A Bíblia Sagrada, 1981, pp. 287-289). O termo hemorroidas referia-se aos tumores presentes nas vítimas, tendo o termo sido trocado durante as traduções.

Ujvari destaca que em 542, iniciou-se a pandemia de peste bubônica conhecida como Peste de Justiniano³³, sendo bem descrita e definida com riqueza de detalhes:

Um estado febril acompanhado de tumorações na virilha, na axila ou embaixo da orelha. Se houvesse ruptura dessas tumorações com supuração, o paciente teria chance de cura; caso contrário, apresentaria piora clínica no quinto dia, com letargia, delírio, vômitos sanguinolentos e morte. A disseminação da peste bubônica também foi favorecida pela eliminação da bactéria na tosse dos doentes quanto o acometimento era pulmonar. A epidemia começou no delta do rio Nilo, em Pelúcio. Embarcações mediterrâneas a levaram para a cidade de Constantinopla. Durante quatro meses, morriam por dia de 5 a 10 mil pessoas. No primeiro ano, acredita-se que tenham morrido 300 mil. Justiniano espalhou-se no leste pelas estradas romanas e invadiu os territórios da Síria e da Pérsia. O comércio mediterrâneo levou a morte para os portos litorâneos da Itália, norte da África e sul da atual França. A infecção espalhou-se por terra pelo interior dos continentes, porém sempre sempre próximo ao litoral, poupando regiões mais centrais (2020, p. 44-45).

³³ Imperador Justiniano no Império Romano entre 527 e 565.

Foi uma das epidemias mais devastadoras ocorridas até aquela época, e não se sabe por que desapareceu da Europa depois disso. Até retornar em 1347, reforçando sua mortalidade, continuando sendo a mais terrível. Nesse ano, os tártaros originários da Ásia atacaram a Crimeia, disseminando em seus acampamentos a peste bubônica. Os tártaros adoeciam e morriam cada dia mais, sendo obrigados a recuarem e abandonarem os ataques, entretanto, antes de irem embora, arremessavam os mortos por cima dos muros através das catapultas, tendo como intuito espalhar a doença entre os genoveses, configurando assim, o que poderia tratar-se de uma das primeiras tentativas de guerra bacteriológica da história. Sicília, Gênova e Veneza foram as portas de entrada da peste bubônica na Europa. (UJVARI, 2020, p. 39).

A vida medieval propiciava uma série de condições para superpopulação de ratos e para a transmissão da peste de pessoa para pessoa. Não era raro as pessoas arremessarem os excrementos pelas janelas, permanecendo nas ruas acumulando-se ao lixo lá presente, não percebiam a grande quantidade de ratos nas ruas ou não se importando com tal situação. Outro fator que contribuiu segundo o autor foi a chegada da peste bubônica coincidiu com o inverno europeu – época em que as pessoas ficavam mais aglomeradas, favorecendo as transmissões por via respiratória, predominando a forma pulmonar da doença no inverno, enquanto a transmissão pela picada da pulga predomina-se no período quente. (2020, p. 40).

As cidades italianas perderam metade dos seus habitantes, em Pisa, morriam cerca de quinhentas pessoas dia, afetando todos os setores sociais europeus; Florença, Veneza e Gênova perderam de um a dois terços de sua população. Os italianos não desconfiavam que as dezenas de ratos em suas casas eram portadores da doença, acreditam que os ratos que morriam pela doença eram vítimas e não causadores.

Em meados de 1348, a doença foi elevada da França para a Inglaterra, e, saindo da Itália, atravessou os Alpes e chegou às regiões da Suíça e da Hungria. Em Londres, foram construídas valas para enterros coletivos. Vilas inglesas inteiras deixaram de existir e até hoje se veem suas ruínas nos terrenos em que um dia foram erguidas. Em 1349, a peste bubônica completava sua migração ao atingir a Escócia, a Irlanda, os Países Baixos, a Noruega, a Suécia e, finalmente, a Rússia (UJVARI, 2020, p. 43).

No final do século, surgia o que conhecemos de quarentena, visando a contenção da contaminação da peste, outros se trancavam em casa ou mudavam-se para vilas distantes, pois acreditavam que a peste era transmitida pelo ar. As cidades viam os habitantes sucumbirem à doença em proporções nunca imaginadas, estima-se que a peste bubônica tenha matado 20 milhões de pessoas em apenas dois anos.

Entre 1347 e 1536, a França sofreria 24 epidemias da doença e entre 1539 e 1670, mais 12 surtos. No século XV, quando as caravelas portuguesas ainda não tinham chegado à região sul da África, Paris foi atingida pela peste bubônica, que matou 40 mil habitantes. O ano de 1575 ficaria guardado na lembrança de Veneza pelo acometimento a metade de sua população de 180 mil habitantes, mesmo tendo experiência nas medidas de controle, com o isolamento dos doentes e a queima de seus utensílios e roupas, os órgãos de saúde não evitariam a morte de 50 mil moradores. Em 1720, Marselha perdeu metade de seus 100 mil habitantes, as medidas de quarentena foram empregadas pelos órgãos competentes, porém o contrabando de roupas que provavelmente continham pulgas contaminadas impediu que se obtivesse êxito com tais medidas. Os órgãos municipais demoraram dois meses para reconhecer que era mesmo epidemia, por temor de que as medidas de quarentena afetassem o comércio; mas este foi prejudicado pela morte de um terço a metade da população de Marselha (UJVARI, 2020, p. 46).

Após causar a tragédia em Marselha, a Europa livrou-se da peste bubônica em 1720, não sendo atribuído a uma causa o desaparecimento da doença na região. Houve alguns registros de pessoas infectadas, mas nada como o sofrido anteriormente. Ujari afirma que em pouco tempo, a Europa perdera um terço de sua população, deixando cidades e o campos quase que desabitados, contribuindo assim para a crise do século XIV na Europa medieval.

2.2.4 A Grande Gripe

De acordo com o Ministério da Saúde a gripe é uma infecção aguda do sistema respiratório, provocado pelos vírus da influenza, com grande potencial de transmissão. Existem quatro tipos de vírus influenza/gripe: A, B, C e D. Os vírus influenza A e B são responsáveis por epidemias sazonais, sendo o influenza A responsável pelas grandes pandemias que assolaram a humanidade (BRASIL, 2023). O infectado pode evoluir para um quadro mais grave, causando até mesmo mortes nos mais debilitados e

vulneráveis; trata-se de um vírus que pode sofrer mutações e provocar ainda mais vítimas fatais.

Em 1918 a 1919, o mundo conheceu uma das mais mortais dessas mutações: a grande gripe ou a gripe espanhola foi uma enfermidade que vitimou milhares de pessoas ao redor do mundo, tendo o contágio de forma rápida e com taxa alta de letalidade. Alguns pesquisadores estimam que a doença tenha vitimado entre 50 e 100 milhões de pessoas, mudando de epidemia para pandemia de uma maneira assustadora e veloz. No Brasil, não se tem uma estatística precisa quanto ao número de mortes provocado por essa enfermidade. Estudos, como os de Abrão (1995), referentes a Porto Alegre; Bertolli Filho (2003) e Bertucci (2000) a São Paulo; Souza (2009) à Bahia; e Goulart (2003) sobre o Rio de Janeiro, apontam dados sobre a mortalidade nesses locais, mas não apresentam informações precisas em relação ao país como um todo (FRANCO, LOPES e FRANCO, 2016, p. 421-422).

A Primeira Guerra³⁴ levou para o front exércitos de massa e afundou os soldados em trincheiras – crateras dispostas em linhas cheias de lodo e lama, varridas intermitentemente por metralhadoras, granadas e pelo fogo dos morteiros. Quando terminou, entre 20 milhões e 20 milhões de pessoas haviam morrido. E de repente surgiu do nada outra “arma” que arrasou a sociedade alemã em apenas três meses: a gripe. O Combate logo precisou mudar o tom e o conteúdo das manchetes. Aquela era, mesmo, uma doença esquisita. Em mais ou menos noventa dias, iria infectar um quinto da população mundial e matar de 20 milhões a 50 milhões de pessoas, ultrapassando o resultado de quatro anos de guerra global ininterrupta. (SCHWARCZ, 2020, p. 13).

A doença teria chegado o Brasil em setembro de 1918, trazida por tripulantes doentes do navio inglês *Demera*, vindo de Lisboa, espalhando o vírus enquanto desembarcavam pelas cidades de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Nesse mesmo mês, soldados brasileiros que saíram do país para atuarem na guerra, retornaram doentes vindo de Dacar chegaram ao porto de Recife. Rapidamente a doença se espalhou pelo restante do país, se concentrando inicialmente nas regiões litorâneas e logo após, em todas as regiões brasileiras (FRANCO ET AL APUD GOULART, 2016, p. 408).

³⁴ Foi um marco na história da humanidade, sendo a primeira guerra do século XX, estendendo-se de 1914 a 1918 ocorrendo os conflitos na Europa.

Figura 10 - Enfermaria do Hospital da Escola Benjamin Constant no Rio de Janeiro



Fonte: SANTOS, Rita et al. 2020.

Scwarcz (2020, p. 14) ressalta que o alerta inicial veio da Espanha, o primeiro país a “dar publicidade à virulência e à carnificina características da doença, pois como não participava da guerra, não houve censura na imprensa local, contrário dos países participantes, pois queriam demonstrar sinal de fraqueza”.

Por essa razão, a moléstia entrou para a história como o nome de “gripe espanhola”. Mas recebeu diversas alcunhas. Designar uma doença com o nome do inimigo ou do estrangeiro é algo que se repete pelo menos desde a Idade Média, apesar de constituir um modo covarde de apontar o outro como culpado pelo mal e acusá-lo de semear o contágio. O procedimento foi reiterado durante a epidemia de 1918. Os soldados alemães, no campo de batalha, chamavam a peste de “febre de Flandres”, Na Polônia, era a “gripe bolchevique”, e na Pérsia, de “gripe inglesa”. Em San Sebastián, perto da fronteira com a França, onde a moléstia começou seu ataque à Espanha, pondo em risco o turismo que sustentava a economia da regi-ão, levou o nome de “gripe francesa”. E havia quem acreditasse, nos Estados Unidos – e no Brasil -, que a gripe era uma arma química, inventada na Alemanha, fabricada pelo laboratório farmacêutico Bayer e espalhada por espíões que desembarcavam de madrugada dos submarinos alemães nos portos das cidades inimigas e destampavam cuidadosamente os tubos de ensaio repletos de germes (SCWARCZ, 2020, p. 14-15).

Não se sabe ao certo a origem da doença, alguns autores acreditam ter iniciado na Ásia, outros relatam ter se originado nos Estados Unidos. Killingray (2009, p. 43-44) ressalta que:

É geralmente aceite que a pandemia de gripe de 1918-1919 teve origem na região Centro-Oeste da América do Norte, no estado do Kansas, em março de 1918, alastrando primeiro à costa oriental e atravessando depois os oceanos Atlântico e Pacífico para infectar o resto do mundo. Recentemente,

a origem norte-americana da gripe foi posta em questão por John Oxford e outros autores, com base em registos médicos que atestam a presença de um vírus de tipo gripal nos enormes acampamentos militares em Aldershot, no Sul da Inglaterra, e em Etaples, no Norte de França, em meados de 1916. Para estes autores, portanto, tais acampamentos militares devem ser considerados como uma fonte possível da pandemia. Uma outra perspectiva recente, desta feita de um demógrafo, é que o vírus da gripe poderá ter sido introduzido em França por grupos de trabalhadores chineses e transmitido aos soldados europeus por via de aves domésticas (LANGFORD 2005). Ambas estas hipóteses ajudam a ressuscitar uma ideia corrente à época da pandemia, segundo a qual a gripe estava directamente relacionada com a guerra (ainda que, na altura, a tese mais generalizada fosse que a doença era um miasma causado pelas massas de cadáveres putrefactos de homens e animais).

No Brasil estimasse que tenham falecido cerca de 35 mil pessoas, entretanto devido ao caos vivido na época não é possível afirmar com absoluta certeza. Rezende relata que nos Estados Unidos, um dos prováveis locais de surgimento da doença, registraram cerca de 675 mil mortos. Ao todo, morreram, pelo menos, 50 milhões de pessoas no mundo, das quais, cerca de 20 milhões estavam na Índia (2017, p. 21). Como não havia certezas de como curar os enfermos com a doença, os poucos médicos que reexistiam recomendavam que as pessoas permanecessem em repouso e aguardassem o corpo reagir a infecção, sendo indicado medicamentos que aliviassem alguns sintomas. Há registos de que fora recomendado pelos principais especialistas da época que as pessoas evitassem todo e qualquer tipo de aglomeração, que lavassem as mãos frequentemente e que evitassem o contato com pessoas infectadas e as não infectadas (SCWARCZ, 2020).

2.2.4 Varíola

A varíola humana é causada pelo vírus *smallpox* e foi responsável pela morte de 300 milhões de pessoas no século 20, sendo erradicada no em 1980, após grandes campanhas de vacinações pelo mundo nas décadas de 1960 e 1970 de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Teve origem nas epidemias existentes durante a Idade Média, entre os séculos 10 e 20, tornando-se menos mortal a partir da descoberta da vacina ainda no século 18 (INSTITUTO BUTANTAN, 2022).

Brizola (2014, p. 11-12) corrobora afirmando:

Vencer a varíola, em pleno o século XIX, já não era apenas uma questão de vida ou morte, mas também um sinal de progresso, um avanço que deveria ser buscado à luz das novas descobertas realizadas na Europa, que, em tempos de ciência, prometiam aquilo que seria um verdadeiro milagre na visão de muitos: a imunização contra a varíola através da vacina. A vacina antivariólica, surgida em fins do século XVIII (1797), resultou da observação do médico inglês Edward Jenner, de que ordenhadeiras de vacas com cowpox, doença que acomete os bovinos, similar ao smallpox humano, ficavam protegidas contra a varíola. A partir disso Jenner desenvolveu testes em pessoas sadias, com a finalidade de reproduzir o fenômeno. Em 1796, efetuou sua primeira vacinação em um menino de oito anos e, no mesmo ano, inoculou-o com pus de um caso de varíola. Com o passar do tempo, os sinais da vacinação desapareceram, e o menino não apresentou sinais nem sintomas da doença. Desta forma, Jenner, a partir da pústula da vaca, obteve um produto que passou a denominar vacina, que, ao ser inoculado no homem, fazia surgir, no local, erupções semelhantes à varíola. Dessas erupções, era retirado o “pus vaccínico”, utilizado para novas inoculações. Daí a vacina que ficou conhecida como jennericiana ou humanizada.

No Brasil, Pedro Afonso Franco produziu em 1887, pela primeira vez a vacina em vitelas. A evolução da medicina brasileira aliada a interesses políticos, assim como os de cunho empresariais, permitiram a criação de Instituições voltadas para os problemas de saúde pública. Franco, ainda no ano de 1887, criou o Instituto Vadrnico Municipal no Rio de Janeiro; em 1888 foi criado o Instituto Pasteur, também no Rio, assim como o Instituto Soroterápico em 1892; e ainda no final do século XIX o Instituto Manguinhos - depois Instituto Oswaldo Cruz, hoje Fundação Oswaldo Cruz. No Estado de São Paulo foram criados, no ano de 1892, os Institutos Bacteriológico e Vacinogênico, respectivamente sob a direção de Dr. Adolpho Luiz e do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho; também o Instituto Serumtherápico do Estado de São Paulo - hoje Instituto Butantan; e em 1903, o Instituto Pasteur (SOARES E SOLOSANDO, P. 16-17).

A origem da doença ainda é muito discutida entre os pesquisadores, sendo os primeiros casos atribuídos a era cristã, a partir do IV, tornando-se evidente com a grande concentração de pessoas conforme as grandes cidades ao longo dos vales dos rios Nilo no Egito, Tigre e Eufrates na Mesopotâmia, Ganges na Índia e Amarelo e Vermelho na China iam surgindo (TOLEDO JR, 2005, p. 59).

Antes desse período, a doença provavelmente ocorria de forma esporádica, devido ao pequeno número de habitantes das cidades. Alguns autores descrevem detalhadamente o quadro clínico da doença e o diagnóstico diferencial com o sarampo e a varicela. Apesar de o Egito ter sido assolado por epidemias devastadoras periodicamente, não existem descrições sugestivas de varíola antes da era cristã. No entanto, o achado de lesões cicatriciais, indicativas da doença, em três múmias, entre 1580 e 1100 a.C.,

sustenta esta hipótese (um homem de meia idade da 20ª dinastia - 1200 a 1100 a.C., uma múmia da 18ª dinastia – 1580 a 1350 a.C., e o corpo de Ramsés V, falecido em 1157 a.C. (TOLEDO JR, 2005, P. 58-59).

Por ocorrer inicialmente na era cristã, muitos acreditavam tratar-se de um castigo de Deus para com o povo desobediente. Soares e Solosando (2004, p. 14) relatam que “as primeiras informações da doença mostram ela presente na China no ano de 1122 a.C., na África e na Índia, caminhando junto com a civilização do Oriente para o Ocidente, seguindo as rotas comerciais de colonizações”. Toledo Jr destaca que:

Outra hipótese é que a varíola tenha se originado na Índia. Howell¹ (médico da British East India Company), em 1767, defendeu a tese de que, de acordo com o Atharva Veda (livro sagrado do hinduísmo), a varíola existiria há séculos na Índia. Sir Nicholas¹ (historiador e antropólogo) contesta esta hipótese e afirma que a masurika (varíola) só é descrita por Caraka e Susruta Samhita na compilação da medicina popular hindu, que foi finalizada no século IV. De acordo com Nicholas, a doença deve ter sido introduzida na Índia no primeiro milênio antes de Cristo por mercadores egípcios (2005, p. 59).

O termo varíola tem origem do latim *varius* que quer dizer manchas ou varus (pústula³⁵), já o termo *smallpox* (pústula pequena) passou a ser utilizado no século XV, devido as principais vítimas serem crianças. Em alguns locais, a criança só era considerada como membro da família e recebia seu direito de herança e o nome da família após sobreviver à varíola (TOLEDO JR, 2005, p. 61).

Figura 11 - Infectados com varíola durante a Primeira Guerra.



Fonte: Arquivo histórico do Museo Nacional de Salud y Medicina.

³⁵Pequeno tumor na pele com supuração.

Conforme aponta o médico infectologista:

Entre os séculos XI e XV, a varíola atinge praticamente toda a Europa (exceto a Rússia). Era possível observar dois padrões epidemiológicos distintos. Em grandes cidades, ou em regiões densamente povoadas, ela tinha caráter endêmico, atingindo quase que exclusivamente crianças, com grandes epidemias em intervalos variáveis. Já nas cidades menores e em regiões de baixa densidade populacional, apresentava caráter exclusivamente epidêmico, com surtos ocorrendo de tempos em tempos e atingindo todas as faixas etárias. As piores epidemias ocorreram nos séculos XVII e XVIII. Em 1546, Girolamo Fracastoro publica seu trabalho *De Contagione et Contagiosis Morbis*, que foi passo importante no início do entendimento das doenças infecciosas, como a varíola, a peste e a raiva. Ainda no século XVI, a varíola difundiu-se da Península Ibérica para a costa oeste da África, da América Central e do Sul. No século XVII, a doença atinge a América do Norte e a Rússia (2005, p. 62).

O primeiro surto da doença no Brasil tem registros datado no ano de 1555, sendo introduzida no Estado do Maranhão pelos colonizadores franceses. Anos depois, fora associada um surto da doença aos escravizados africanos traficados para o país, sendo novamente trazida um tempo depois, pelos colonizadores portugueses, espalhando-se pelas cidades e demais regiões do país até tomar o país todo. A partir de Ilhéus, a varíola tornou-se epidêmica, ocorrendo em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (1624), Maranhão e Ceará (1662, 1774 e 1787) e novamente violento surto em Pernambuco (1875-76) (SOARES E SOLOSANDO, 2004, p. 15). Os infectologistas do Instituto Butantan destacam que:

A Organização Mundial de Saúde planejou e coordenou uma campanha mundial de erradicação da varíola que foi bem-sucedida, declarando a extinção da doença em 1979. Concorreram para isso, o desenvolvimento de vacinas potentes, uma bem estruturada campanha de vacinação em massa e uma vigilância epidemiológica permanente. A técnica de vacinação com agulha bifurcada e aparelho de injeção sem agulha (jet injector) foram fatores preponderantes. No Brasil, conseguiu-se vacinar em quatro anos cerca de 86% da população no início da década de 1970. Como bem disse o Dr. João Batista Rizzi Jr. - "a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde, em 1973 foi consequência da Campanha de Erradicação da Varíola e do Plano Nacional de Controle da Poliomielite (SOARES E SOLOSANDO, 2004, p. 13-14).

Figura 12 – Criança sendo vacinada contra varíola



Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde, 2023.

No início de novembro de 1904, a cidade do Rio de Janeiro até então capital do país fora local do movimento chamado de a “Revolta da Vacina”, acontecimento que marcou a história do Brasil. De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) a revolta teve como principal motivação revogar a lei que obrigava a vacinação contra a varíola no país. Assolado por outras doenças como a peste bubônica e a febre amarela, a cidade do Rio de Janeiro enfrentava também a epidemia do vírus da varíola, sendo conhecido no exterior como “túmulo dos estrangeiros”, morrendo naquele mesmo ano em torno de 3.500 pessoas vítimas da varíola e quase 2mil internadas pela varíola em apenas um dos hospitais cariocas (FIOCRUZ, 2022).

No Rio de Janeiro, a vacinação da doença era obrigatória para crianças desde 1837 e para adultos desde 1846, conforme o Código de Posturas do Município. No entanto, a regra não era cumprida porque a produção de vacinas era pequena, tendo alcançado escala comercial apenas em 1884. O imunizante também não era bem aceito pelo povo, ainda desacostumado com a própria ideia da vacinação, e diferentes boatos corriam na época, como o de quem se vacinava ganhava feições bovinas. Porém, havia muitos outros fatores que criavam um cenário de tensão na cidade, como explica o historiador e pesquisador Carlos Fidelis da Ponte, do Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). O país tinha abolido a escravidão e adotado o regime republicano há menos de quinze anos. Havia grupos descontentes com os rumos políticos e sociais do governo. “Entre eles os monarquistas que perderam seus títulos, parte do Exército formado por positivistas que não aprovavam a república oligárquica levada por civis, e ex-escravos que sofriam com a falta de políticas sociais e não conseguiam empregos, vivendo amontoados nos insalubres cortiços da capital” (FIOCRUZ, 2022).

Diante de tal situação, o então presidente Rodrigues Alves deu início a um projeto para mudar a imagem no país no exterior – o que significava, principalmente, mudar a imagem da capital federal. Junto com o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, começam uma série de obras visando a remodelação da cidade. Parte do plano incluía uma campanha de saneamento e o combate às doenças, que ficou sob responsabilidade do médico Oswaldo Cruz – conseguindo em pouco tempo controlar a febre amarela na cidade, por meio da limpeza de focos de mosquitos *Aedes aegypt* e o isolamento de pessoas doentes. (FIOCRUZ, 2022).

A Revolta da Vacina durou cinco dias, a lei que determinava a obrigatoriedade da imunização foi revogada em 16 de novembro. Ponte ressalta que a estratégia usada contra a varíola, por meio da vacinação obrigatória, errou, principalmente, no aspecto da comunicação. Segundo ele “Oswaldo Cruz escrevia tratados, artigos de jornal, textos de cunho acadêmico e científico que detalhavam como a vacina funcionava e os seus efeitos positivos. Mas a grande maioria da população era analfabeta ou semianalfabeta. Os críticos do médico se aproveitavam disso e utilizavam charges publicadas nos jornais, marchinhas e mesmo os boatos para ironizarem a iniciativa. Eram armas poderosíssimas que convenciam o povo”. O resultado foi que no ano de 1908, uma nova e intensa epidemia de varíola voltou a atingir o Rio de Janeiro, com mais de 6.500 casos, segundo dados da Casa de Oswaldo Cruz. Foi só então que a população começou a procurar voluntariamente os postos de saúde para se vacinar. Muito esforço seria necessário, ainda, para que o Brasil finalmente conseguisse erradicar a varíola em 1971.

Ponte correlaciona a revolta da vacina com o vivenciado no Brasil no que tange a recusa das pessoas em se vacinarem contra a covid-19 alegando não confiarem na eficácia do imunizante. Segundo ele não foi apenas uma questão de ignorância da população, motivada pelos boatos, “figuras como Ruy Barbosa, um intelectual, fizeram discursos inflamados contra a obrigatoriedade da vacina. É importante entender a novidade que a vacinação representava e os muitos fatores relacionados à revolta” (FIOCRUZ, 2022).

2.2.5 AIDS

Em 1981 o Estados Unidos divulgava os primeiros casos de uma nova doença, até desconhecida por todos, transmitido pelo *Human Immunodeficiency Virus*, traduzindo para o português Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) causador da

Acquired Immunodeficiency Syndrome traduzido para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), desta forma, o vírus causador da AIDS (síndrome clínica) é o HIV, sendo assim, atualmente com o avanços da medicina é possível uma pessoa viver com o HIV positivo, sem desenvolver a AIDS ou demais doenças, contudo, é necessário cuidados para que não se transmita o HIV, mesmo quando o vírus estiver quase que indetectável no organismo (UNAIDS, 2023).

A AIDS, ao se fazer presente no mundo moderno, levantou a ameaça de uma crise global de rápida disseminação e agravamento, exigindo respostas e a necessidade premente de criação de recursos econômicos, políticos, sociais e psicológicos que dessem conta de uma problemática com tal magnitude. Essa crise instigou principalmente nossa capacidade de lidar de forma humanitária com uma doença repleta de símbolos, significados, imagens imprecisas, falaciosas e que estimularam atitudes descomedidas de pânico, negação, intolerância e discriminação às pessoas atingidas por ela. Assim, diante desse fenômeno profundamente alterador, avanços significativos aconteceram, ações foram implantadas, respostas foram surgindo, mitos foram sendo desbancados e se acumularam experiências, reflexões e novas tecnologias de prevenção e assistência e de defesa dos direitos humanos. No entanto, o que parece ficar claro é que, a despeito desses avanços, dentre eles o advento dos antiretrovirais que melhoraram a qualidade de vida das pessoas, afastando-as da grande letalidade da doença, persevera a triste constatação de que a epidemia ainda é soberana e que a relação do conviver com o HIV e a AIDS continua cobrando um alto custo em sofrimento humano advindo do estigma, preconceito e discriminação que a doença impõe (ALMEIDA E LABRONICI, 2007, p. 264).

De acordo com o Ministério da Saúde, o HIV causador da aids ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. Conforme vai contagiando, o HIV vai alterando o DNA das células contaminadas fazendo assim, cópias de si mesmo. Após sua multiplicação, rompe os linfócitos em busca de outros para continuar a infecção (BRASIL, 2022).

No início da década de 1980 tornou-se pública a existência de uma doença até então desconhecida no meio médico — uma doença para a qual não se conhecia a causa nem a cura e que se mostrava devastadora no organismo afetado: a Aids. O primeiro texto oficial a respeito da Aids foi um artigo publicado no *Morbidity and Mortality Weekly Report (MMWR)*, de 5 de junho de 1981. O artigo relatava cinco casos de jovens do sexo masculino sem história prévia de imunodeficiência, homossexuais, moradores em Los Angeles, que apresentavam infecção pulmonar atribuída ao *Pneumocystis carinii* (PPC), microorganismo já conhecido que só produzia infecção na vigência de baixa imunidade. As cinco pessoas, desconhecidas entre si, apresentaram o quadro de pneumonia entre outubro de 1980 e maio de 1981. Verificou-se a concomitância de outras doenças, chamadas oportunistas, como a candidíase oral e o citomegalovírus (CMV) (NASCIMENTO, 2005, p. 81).

Após observarem que a doença afetava homens jovens homossexuais, iniciou-se uma onda de preconceito associando a nova doença a orientação sexual do paciente, muitos acreditavam tratar-se de “um castigo de Deus”. Ainda em 1981, a área médica relatava e debatia casos semelhantes a nova doença ainda sem conceito clínico e com várias denominações resultantes de equívocos médicos, carregados de concepções morais, tais como “'pneumonia gay', 'câncer gay', 'síndrome gay' ou mesmo Gay Related Immune Deficiency (Grid) — imunodeficiência ligada ao homossexualismo” (NASCIMENTO, 2005, 82).

De acordo com o Programa Nacional de Aids, a infecção pelo HIV começou a ser observada na metade do século XX. Os relatos iniciais contam que a doença surgiu na África Central e, provavelmente, pela mutação do vírus do macaco. Algumas experiências comprovam que o elo perdido na passagem dos primatas para o homem parece estar relacionado com a questão da manipulação de carnes de chimpanzés infectados na África. A doença, então levada para pequenas comunidades da região central, disseminou-se pelo mundo todo com a globalização. Esse relato da transmissão é confirmado por diversos autores, dos quais um admitiu que o vírus da aids tivesse passado do macaco (principalmente o macaco verde) para o homem pelo contato íntimo desses animais com os nativos africanos, quer por arranhaduras ou mordidas, quer pelo hábito dessas populações ingerir como alimento a carne de macaco mal cozida, contendo em seus tecidos e fluidos (sangue, secreções) o vírus causal da doença¹⁶. Um grande estudioso na área e alguns seguidores, em seu artigo sobre aids e sua origem, admitiu como correta a hipótese de que o vírus precursor tenha passado de primatas para o homem, mas permanece sem explicação plausível o mecanismo pelo qual isso teria ocorrido (PINTO ET AL, 2004, p. 46-47).

Na década 1980, acreditava-se que a infecção por HIV afetava somente determinados grupos como gays e consumidores injetáveis. Tal pensamento contribuiu para que o vírus se espalhasse de forma rápida e terrivelmente devastadora. O diagnóstico HIV positivo era acompanhado com a sentença de morte, afetando todas as classes sociais ao redor do mundo. No Brasil, os primeiros casos foram confirmados em 1983, causando temor e desinformação por onde passava. A preocupação com o avanço da epidemia de HIV/AIDS pelo mundo, motivou a criação em 1996 do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

De acordo com os dados obtidos no relatório disponibilizado pela UNAIDS em 2021, 38,4 milhões de pessoas no mundo viviam com HIV, 1,5 milhão de pessoas se tornaram recém-infectadas por HIV, 650 mil pessoas morreram por doenças

relacionadas à AIDS, 28,7 milhões de pessoas estavam acessando a terapia antirretroviral, 84,2 milhões de pessoas foram infectadas por HIV desde o início da epidemia e, 40,1 milhões de pessoas morreram por doenças relacionadas à AIDS desde o início da epidemia.

Em 1986, surgiu o primeiro medicamento contra a aids, o AZT, mas apenas em meados de 1992 foi que o governo federal autorizou a distribuição gratuita da medicação ao portador de HIV e pacientes com aids. A distribuição dos antirretrovirais (ARV) permitiu reduzir em 50% a mortalidade por aids no Brasil, e aumentou em 80% o tratamento para as doenças oportunistas, o que reflete melhor qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV/aids. A produção de medicamentos para aids tornou o programa brasileiro de distribuição de medicamentos autossustentável. No início da década de 1990 foi distribuída apenas a zidovudina e, hoje, são distribuídos 16 antirretrovirais diferentes pelo Ministério da Saúde, conferindo uma diminuição drástica das infecções oportunistas, como, por exemplo, a tuberculose (PINTO ET AL, 2007, p. 48-49).

Segundo o Ministério da Saúde, a transmissão ocorre das seguintes formas: sexo vaginal sem camisinha; sexo anal sem camisinha; sexo oral sem camisinha; uso de seringa por mais de uma pessoa; transfusão de sangue contaminado; da mãe infectada para seu filho durante a gravidez, no parto e na amamentação e de instrumentos que furam ou cortam não esterilizados. Entretanto, destaca visando o combate a discriminação de pessoas vivendo com a doença que não se infecta das seguintes maneiras: sexo, desde que se use corretamente a camisinha feminina ou masculina; masturbação a dois; beijo no rosto ou na boca; suor e lágrimas; picada de inseto; aperto de mão ou abraço; sabonete / toalha / lençóis; talheres/copos; assento de ônibus; piscina; banheiro; doação de sangue; e por fim pelo ar.

Enquanto pesquisadores buscam a cura a doença e vacinas que visem a proteção contra o vírus, a UNAIDS destaca que o método de prevenção mais conhecido no Brasil é o preservativo, conhecido popularmente como camisinha, podendo o preservativo ser combinado com outras estratégias para evitar a infecção pelo HIV e demais infecções sexualmente transmissíveis (IST)³⁶. No Brasil, o mês de dezembro é conhecido com dezembro vermelho em alusão a luta contra a AIDS e necessidade de sensibilizar a população sobre os perigos da doença que vitimou

³⁶ Não se utiliza mais o termo doenças sexualmente transmissíveis (DST), pois segundo a OMS “doenças” implica sintomas e sinais visíveis no organismo, enquanto “infecções” refere-se a períodos sem sintomas.

tantas pessoas entre artistas nacionais e internacionais e, continua vitimando a cada minuto ao redor do mundo.

CAPÍTULO III - O PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19 EM TERRITÓRIOS RURAIS: A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ESCOLA

Durante a realização da pesquisa, sentiu-se a necessidade de realizar o levantamento acerca das produções acadêmicas existentes sobre o tema da dissertação com o intuito de adicionar os desafios enfrentados pelos docentes no restante do país. Além dos resultados obtidos ao longo da realização da pesquisa de campo, este capítulo apresenta produções pesquisadas com as seguintes palavras-chaves: Educação do Campo, Amazonas, pandemia e Covid-19.

Para o levantamento bibliográfico dos respectivos temas, foram realizadas pesquisas nas plataformas: Google Acadêmico, Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e Portal de Periódicos da CAPES.

3.1 EDUCAÇÃO E PANDEMIA: RECORTE BIBLIOGRÁFICO ATUAL

Por meio da investigação virtual, chegou-se ao total de 26 produções acadêmicas que englobam a pandemia da covid-19 na Educação do Campo no estado do Amazonas.

Quadro 5: Produção bibliográfica levantada

Título	Autor	Ano	Tipologia
A carga de trabalho dos Professores durante a pandemia em duas Escolas da Zona Rural de Floriano-PI	Ana Aline de Sousa Rodrigues da Silva et al.	2021	Artigo
A educação do campo em tempos de pandemia por covid-19: como o professor tem reinventado sua prática?	Hérika Nascimento et al.	2020	Artigo
A educação do Campo: reflexões sobre a prática docente na Pandemia	Nara Roselaine Carmo da Silva	2021	Monografia
A inserção das Tecnologias Digitais em prol da Educação em tempos de pandemia da Covid-19	Paulo Kele Ramos Martins e Rosineide Rodrigues Monteiro	2020	Monografia

A pandemia de COVID-19 em territórios rurais e remotos: perspectiva de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde.	Mayra Floss et al.	2020	Artigo
A realidade da Educação Ribeirinha no Contexto da Covid-19: Saberes Pedagógicos para a ação docente	Larissa Batista dos Santos et al.	2021	Artigo
As relações entre o território rural e as políticas educacionais de resposta à Pandemia por Covid-19 voltadas às Escolas Públicas localizadas no Campo	Liliane Pinheiro	2022	Dissertação
Cotidiano Escolar e Pandemia de Covid-19 na Amazônia	Leonardo Peixoto e Rafael dos Santos Vieira	2021	Artigo
Educação básica nas escolas do campo no contexto da pandemia: ensino remoto para quem?	Maria do Socorro Pereira da Silva et al.	2021	Artigo
Educação Básica no Estado do Amazonas em Tempos de Pandemia do Covid-19	Angela de Oliveira e Simône Alencar	2020	Artigo
Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios	Tatiane Novais Brito et al.	2020	Artigo
Educação em tempos de pandemia: narrativas de professoras(es) de escolas públicas rurais	Maria Antônia de Souza et al.	2020	Artigo
Educação Inclusiva Digital em Época de Pandemia: Um relato de experiência de alunos da Zona Rural	Leonardo Miranda et al	2021	Artigo
Educação infantil do campo: docência em turmas multisseriadas no interior do Amazonas	Beatriz Benigno et al.	2023	Artigo
Educação remota na continuidade da formação médica em tempos de pandemia: viabilidade e percepções	Pedro Henrique dos Santos Silva et al.	2021	Artigo
Escola da Terra no município de São Sebastião do Uatumã/AM: desafios na pandemia de Covid-19	Gabriel Rodrigues do Nascimento et al	2022	Artigo

Impactos da Pandemia na Educação básica: Taxa de Rendimento no Ensino Médio, São Paulo e Brasil	Eduardo Januário	2021	Artigo
O Ensino Remoto Emergencial em tempos de pandemia no Amazonas	Felipe da Costa Negrão et al.	2022	Artigo
O Ensino Remoto Emergencial no Amazonas nas lentes dos Professores: Inclusão ou Exclusão?	Alexandra Nascimento de Andrade et al.	2022	Artigo
O paradoxo do isolamento na pandemia segundo o povo indígena Sateré-Mawé/AM	Bader Burihan Sawaia et al.	2020	Artigo
O projeto “Aulas em Casa” e a educação remota durante a pandemia do covid-19: análise da experiência do Estado do Amazonas	Iolete Dilca e Camila Silva	2010	Artigo
Os Desafios da escola do campo na Amazônia em tempos de pandemia da COVID-19	Ingrid da Silva Rodrigues	2021	Monografia
Plantas e educação em saúde em comunidades rurais no contexto da Pandemia	Tanea Maria Garlet et al.	2021	Livro
Territórios rurais contra a Covid-19: saberes, fazeres e reflexões por meio da Educação Popular em Saúde	Hayda Alves et al.	2022	Artigo
Trabalho docente em Escolas Rurais: Formações e estratégias em tempos de pandemia.	Sara de Jesus dos Santos et al.	2021	Resumo
Trabalho docente em escolas rurais: pesquisa e diálogos em tempos de pandemia.	Elizeu de Souza e Michael Ramos	2020	Artigo

Fonte: MARTINS, Carla (2023). Tabela em construção.

Percebe-se o quantitativo pequeno de produções sobre o tema, atrela-se tal fato por se tratar de um assunto muito recente a ser pesquisado, podendo brevemente termos uma ampla gama de produções e discussões.

3.2 COMUNIDADE E ESCOLA: EM BUSCA DE SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS

As entrevistas foram realizadas presencialmente no período de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023, na comunidade do Distrito do Araçá e comunidade arredores. Foram entrevistados 09 professores, 13 mães e 03 membros da equipe pedagógica, sendo 02 membros da equipe pedagógica entrevistados nas dependências da escola, já o terceiro fora entrevistado via Google Meet por escolha do mesmo, com data e horário marcados conforme disponibilidade dele. Antes de iniciar a entrevista, me apresentei, conversei sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e informei aos entrevistados que a participação da pesquisa era facultativa, que as perguntas não iriam causar problemas e que não levaríamos horas para finalizar o processo.

O primeiro grupo a ser entrevistado foi o grupo dos professores, seguido do grupo dos pais/responsáveis, finalizando com o terceiro e último grupo que era constituído pela equipe pedagógica da escola. Entrei em contato via WhatsApp com alguns professores definindo dia e horário para a realização das entrevistas, aqueles que não consegui, me direcionei até a casa fazendo a consulta da disponibilidade. Felizmente ao perguntar sobre a possível futura participação na pesquisa, já era recebida de forma positiva e solicitada que fosse logo feita as entrevistas. Alguns docentes se recusaram a participar das entrevistas alegando falta de tempo e/ou receio de que tal participação viesse lhe causar algum prejuízo futuramente, algo que foi respeitado e compreendido pela pesquisadora.

De acordo com documentos obtidos na escola, a carga horária no ano de 2020 e 2021 estava organizada conforme tabela abaixo. Em 2020, o 1º Ano matutino possuía 2 professores em sala, assim como no período vespertino. O 6º ano possuía 4 professores que dividiam entre si a carga horária da turma, assim como o período vespertino; professores esses que diferenciavam conforme a turma e o turno, totalizando em 2020 a presença de 12 professores lotados nas respectivas séries. Já no ano de 2020, com a adesão do ensino remoto, esse número caiu drasticamente, ficando 1 professor responsável pela turma nos dois turnos, sendo os demais professores lotados como auxiliares, totalizando assim 2 professores. A gestão da escola atuou para que os professores que trabalhavam em regime de contrato não fossem dispensados, justificando que naquele momento a escola precisava dos

profissionais tanto quanto no período das aulas presenciais. Dos 14 professores que atuaram em 2020 e 2021, 09 foram entrevistados.

Tabela 6: Organização docente do 1º e 6º Ano do Ensino Fundamental

Período	2020	Professores	2021	Professores
Séries e Turnos	1º Ano Matutino	2	1º Ano Matutino	1
	1º Ano Vespertino	2	1º Ano Vespertino	1
	6º Ano Matutino	4	6º Ano Matutino	1
	6º Ano Vespertino	4	6º Ano Vespertino	1

Fonte: MARTINS, Carla. 2023.

As perguntas norteadoras das entrevistas do grupo 1 (professores do 1º Ano e do 6º Ano do Ensino Fundamental nos períodos de 2020 e 2021), foram divididas em três tópicos – conforme imagem abaixo – sendo todas respondidas pelos professores entrevistados.

Figura 13 - Perguntas norteadoras para o grupo 1

TEMÁTICA	PERGUNTAS NORTEADORAS PROFESSORES
1. PESSOAIS	1.1 Codificação; 1.2 Idade; 1.3 Localidade onde reside; 1.4 Estado Civil;
2. SOCIOECONÔMICAS	2.1 Escolaridade; 2.2 Formação Profissional; 2.3 Vínculo atual com a escola; 2.4 Outras Fontes de Renda (Trabalho Informal);
3. NÚCLEO FAMILIAR	3.1 Divide a moradia com algum familiar; 3.2 Tem filhos;
4. DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE A PANDEMIA	4.1 Quantos anos atua como docente; 4.2 Qual foi a sensação quando soube que as aulas iriam parar; 4.3 Houve consulta para a formatação das medidas tomadas pela equipe pedagógica; 4.4 Possuía experiência com o ensino remoto antes da pandemia; 4.5 As horas trabalhadas aumentou; 4.6 Tinha familiaridade com a tecnologia antes da pandemia; 4.7 Possui estrutura física em casa para lecionar; 4.8 Houve recurso financeiro extra da prefeitura para custear o novo processo docente; 4.9 Como foi a experiência docente durante a pandemia

Fonte: MARTINS, Carla. 2023.

Dos 09 professores, todos informaram que quando souberam que as aulas iriam parar por causa da covid-19 ficaram assustados e preocupados em como fariam para dar continuidade as aulas sem prejudicarem os alunos, mas resolveram aguardar

as orientações da gestão escolar. A escola permaneceu fechada por 20 dias após o decreto de situação emergencial de nº 003 de 2020 (anexo F) emitido pela prefeitura no dia 18 de março suspendendo as aulas da rede municipal e todos os eventos no município devido a covid.

Quando questionados se houve consulta para a formatação das medidas tomadas pela equipe pedagógicas, todos informaram que após algumas semanas que a escola permaneceu fechada, foram convocados para uma reunião em que foram informados sobre as medidas recomendadas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto do Careiro (SEMED) com o objetivo de dar continuidade às aulas. Comentaram que foi exposto pelo gestor outras ideias e solicitado que colaborassem com outras soluções também, permanecendo a alternativa enviada pela Secretaria que consistia na produção de apostilas contendo questões sobre as disciplinas de Português e Matemática para as séries do Ensino Fundamental; para as séries da Educação Infantil, fora solicitado pela Secretaria que os professores construíssem atividades em que os alunos respondessem por meio de gravações, sendo enviados posteriormente para a SEMED. Recomendação essa não adotada na reunião mediante a falta de estrutura e logística por parte dos familiares dos alunos, sendo adotada para a Educação Infantil a produção de apostilas.

Nenhum dos entrevistados possuíam experiência com o ensino remoto ou ensino híbrido antes da pandemia, segundo eles “nunca nem tinham ouvido falar em tais nomenclaturas”. Somente 05, dos 09 entrevistados possuíam familiaridade com a tecnologia antes da pandemia, pois tinham feito cursos e especializações por meio da Educação à Distância (EaD)³⁷. Não possuíam estrutura física para lecionar em casa, algo que foi preciso devido as confecções das apostilas serem feitas em casa, geralmente nas mesas onde faziam as refeições em família. Não houve recurso financeiro extra da prefeitura para custear o novo processo docente. As apostilas eram confeccionadas em casa, por meio de computadores próprios ou emprestados, sendo impressas na escola ou em casa, utilizando o papel A4 disponibilizado pela escola.

³⁷ Modalidade muito comum no município devido aos custos e a árdua logística de estudar na capital Manaus. No município do Careiro há alguns cursos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) e do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), entretanto, a falta de estrutura predial, tecnológica, de professores e demais problemas dificultam o seguimento do cronograma escolar, gerando desistências e migração para o ensino EaD privado.

Todos os professores entrevistados relataram que a experiência foi enriquecedora, apesar das circunstâncias. De acordo com a professora B:

Foi um momento de muito aprendizado. Poder ter a oportunidade de conhecer a realidade dos nossos alunos, como vivem, o trajeto que faz todos os dias para chegarem até a escola, nos mostrou uma outra realidade que a gente já sabia que existia, mas não tinha nem noção da complexidade que era e que é tão comum para eles.

Outros professores relatam sobre estar vivenciando aquele momento e do medo de se contaminar com o vírus no ano de 2020, quando ainda não havia previsão de vacinação contra a doença:

Eu sempre gostava de ir entregar as atividades, pois era quando podia conversar com os pais dos alunos e com os alunos sobre as atividades, se tinham tido alguma dificuldade ou se tinham achado fácil demais. Porque na sala de aula é assim: tem uns que demoram horas fazendo uma atividade, outras fazem num piscar de olhos e aí ficam querendo fazer do coleguinha para poder bagunçarem juntos. Foi quando na terceira casa que chegamos, a mãe me informou que o aluno não tinha feito a atividade porque estava triste pela recente perda do pai. Esse episódio me abalou muito, pois 15 dias atrás eu tinha tido contato com eles, conversado com o pai e aparentemente estavam todos bem. Lembro dele falando: “pode deixar professora, que esses meninos aqui de casa vão tudo fazer esse negócio aí e entregar para a senhora semana que vem”. A semana chegou e ele não. Foi então que comecei a ter medo da doença, isso era no começo de 2020 e ainda não tínhamos perdido ninguém para aquilo. Nem de vacina a gente ouvia falar que tinha alguma previsão. Só nos restava rezar e nos proteger né? (PROFESSORA C).

O professor I relata que considera esse momento como algo desafiador e de muitos aprendizados. Segundo ele:

Tentei tirar tudo de melhor desse momento, não tinha medo de pegar o corona e acho que nunca peguei. Se peguei, não senti nada e nem meus familiares... E olha que eu andava para cima e para baixo, entregando atividades, pegando atividades. Levando e trazendo gente lá de onde moro para cá, porque como eu tenho um rabeta³⁸ e não ficava doente, as pessoas me pediam ajuda. Sei que morreu muita gente e que atrapalhou nossos alunos, mas eu não vi dificuldades, penso que foi um momento desafiador para todos nós.

Quando questionado sobre as dificuldades encontradas, o professor respondeu que:

³⁸ Pequeno motor de propulsão que, acoplado na traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções.

Dificuldade? Não encontrei nenhuma, graças a deus sou efetivo, tenho minha casa e minha família estava saudável. Pior eram as crianças que não tinham o que comer. Chegávamos nas casas as vezes 11 horas da manhã e nem café tinham tomado. Quando a merenda chegava, a gente ia distribuir com o gestor, pelo ajudava a matar um pouco dessa fome. Te digo que depois de ir entregar as atividades, conhecer a realidade que os alunos vivem; eu realmente consegui entender o porquê de quando eles chegam na escola, a primeira coisa que perguntam é: o que é a merenda hoje?

Quando questionados sobre a opinião dos recursos pedagógicos adotados para a continuação do ensino, todos os entrevistados afirmaram ter sido uma boa ideia, mas que somente a realização das atividades não era suficiente, pois nada poderia substituir o ensino presencial. O professor A comenta que:

Quando nos falaram que teríamos que ir entregar as atividades de 15 em 15 dias eu gostei, fiquei com receio por causa do corona né? Todos nós ficamos, mas fomos. Fazíamos as apostilas, depois o gestor formava as equipes e direcionava para onde iríamos, toda vez ele fazia o revezamento dos integrantes das equipes e das localidades para onde iríamos. Quem estivesse doente, com sintomas de gripe ou que fosse do grupo de risco ou quem alegasse que não poderia ir, não ia. Eu fui o ano todo, andei por essa estrada (BR 319), por esses ramais, fui de barco, enfrentei tapagem, chuva e sol para que os pequenos não ficassem sem estudar.... Porque tu melhor do que ninguém sabe como é importante estudar, né?

Outro entrevistado, o professor H, relata sobre a extensão da carga horária:

Quando íamos entregar as atividades, marcávamos sempre pela manhã porque se acontecesse alguma coisa, a gente não ficar por aí a noite. Por exemplo, uma vez fomos entregar e ficamos no prego (carro com defeito) num ramal. Ainda bem que tínhamos levado água e as professoras levaram algo para mastigarmos. Ficamos lá umas 2 horas até alguém passar e nos ajudar. Com o passar dos meses, os pais já esperavam a gente a cada 15 dias, comentavam que os alunos ficavam ansiosos por nossa chegada. Aquilo alegrava a gente, mesmo a gente vivendo aquilo tudo, morrendo um monte de gente em Manaus e mundo a fora, a gente estava tentando. Quando a gente saía, tinha hora para sair, mas não tinha para voltar. Era muito cansativo, mas dava para aguentar porque era de 15 em 15 dias, agora imagina que os nossos alunos enfrentam tudo isso todos os dias para estarem aqui? As vezes enfrentam tudo isso com fome, é dureza.

Barros et al (2020, apud Dias 2021, p. 565-566) ressalta que “o coronavírus é um espelho que reflete e agrava as crises da nossa sociedade, os sintomas das doenças que sofríamos antes da pandemia – depressão, ansiedade, problemas de sono – se destacam com mais força, e um desses sintomas é o cansaço”. Muitos professores relataram que sentiam apenas um cansaço, cansaço esse que investigado mais um pouco apresentavam outros sentimentos como o medo do

contágio e da morte, o estresse, uma grande tristeza pelas perdas e o sono que só chegava quando tomado algum tipo de relaxante ou quando o cansaço era demasiado. Durante esse “novo normal” adotado, as famílias estavam em casa – trabalhando e estudando –, tentando permanecer sãs física e mentalmente. Algo bastante complexo, pois a ansiedade, a depressão e o estresse, que já eram sintomas da sociedade do século XXI, aumentaram durante a pandemia da covid-19 (DIAS, 2021, p. 566).

Com relação a distância e ao tempo de deslocamento, a professora G relata que:

Como eu moro descendo o rio, para mim não foi problema. Eu costumo vir trabalhar no barco escolar, quando ele não vem eu venho no meu 15³⁹ e venho trazendo que eu vejo na beirada⁴⁰, como eu sou professora, os pais confiam e eu trago. As vezes os barqueiros⁴¹ não vem porque não tem diesel ou porque a prefeitura não pagou, aí eu tiro do meu bolso e trago. Como eu conheço muita gente lá onde eu moro, eu geralmente ia entregar as atividades do rio, mas o gestor sempre fazia as trocas, pude conhecer onde meus outros alunos moravam. Aí quando as equipes não encontravam tal aluno, me entregavam e depois eu deixava na casa dele. Tinha vezes que os pais iam na minha casa pegar as atividades, aí eu já aproveitava e já dava meio que uma aula lá explicando. As vezes era bom, mas as veres era ruim, porque não tinha hora e nem dia.

A professora D complementa:

A gente ia, mas quase nunca tinha hora para voltar. Tinha alunos com muita dificuldade, aí os pais pediam ajuda, tinha aluno que queria fazer ali comigo no momento da entrega da atividade. Era difícil. Uma vez, fomos entregar de barco, pegamos chuva no meio do rio, foi tenso, mas graças a deus passou. A minha casa virou praticamente uma sala de reforço (risos), porque os alunos da comunidade vinham e tiravam as dúvidas comigo, até mesmo os que nem meus alunos eram. Mas foi bom, porque o que eu vivi naquele momento me ajudou a ser uma professora melhor e pensar mais nos meus alunos.

A professora C finaliza salientando que os pais que eram presentes na escola quando tinha aula normal, eram também presentes nesse momento tentando nos ajudar de alguma forma ou entregando atividades para os vizinhos, ou avisando que tinham alunos com dificuldade e pedindo para irmos até a casa, as vezes quando nos atrasávamos por algum motivo, geralmente encontrávamos esses pais no caminho.

³⁹ Motor de popa utilizado para o transporte, muito comum nas comunidades ribeirinhas.

⁴⁰ Margem do rio.

⁴¹ Motoristas dos barcos escolares.

“Muitas vezes entregávamos atividades no meio do rio, o barqueiro parava o barco ao lado do barco do pai do aluno e ali entregávamos as atividades, eu nunca tinha vivido isso em 30 anos de carreira; isso ficou marcado na minha vida”, corrobora destacando a professora B que não é natural do estado.

Tocantins destaca que:

A cultura amazônica sobressai na congregação de vários brasis com expressão singular, ecologicamente singular, que precisa ser entendida sobretudo pelos poderes públicos, pois a ação normativa e desenvolvimentista do Governo cabe, em primeiro plano, a responsabilidade de dinamização demográfica, social e econômica da Amazônia, desde que a Amazônia, o imenso deserto do Brasil, deve ser uma nova fronteira social e nunca individual (1964, p. 49).

A singularidade vivenciada pelos ribeirinhos muda de configuração conforme o ciclo dos rios amazônicos, as comunidades e municípios que surgiram nos leitos desses rios seguem o mesmo calendário hídrico, adaptando-se assim, o modo de viver e de pensar.

Segue abaixo alguns registros desse momento atípico vivenciado pelos professores:

Imagem 8 - Professores entregando apostilas escolares em 2020 e 2021



Fonte: arquivo pessoal.

Professores entregando atividades na estrada BR 319.



Fonte: arquivo pessoal.

Professores entregando atividades pelo rio.

Dos 09 entrevistados, 06 eram professoras e 03 professores, professoras essas que relataram outras dificuldades tais como: auxiliar os afazeres domésticos com as produções das apostilas. De acordo com o relato da professora E:

Eu estava em casa, mas estava trabalhando e o povo lá de casa não entendiam isso. Por isso preferia fazer as atividades a noite, quando estivessem deitados, ou pelo menos tentar fazer a maior parte no silêncio. Atrapalhou um pouco o meu sono, mas não tinha o que fazer, foi o jeito que encontrei para continuar trabalhando sem me estressar com filhos e marido.

O relato acima era comum nas falas das professoras e não estava presente nas perguntas norteadoras formulada previamente pela pesquisadora, sendo adotado o seguinte questionamento nas demais entrevistas: *A produção das apostilas interferiram nos afazeres domésticos ou cuidados com a casa/família?* A professora B relatou que:

Não me atrapalhou por que sou divorciada e meus filhos não moram comigo, 1 se casou e mora aqui perto, a outra em Manaus estudando. Eu fazia as apostilas com a ajuda de uma colega, pegava os livros que tenho, pegava meus planos de aula, escrevia no caderno e depois pedia para ela passar para o computador e imprimir na escola. Fazia aqui na sala, depois do café da manhã e à tarde. Depois ia fazer minhas coisas (afazeres domésticos), porque naquela época a moça que me ajuda aqui em casa ficou na casa dela, a gente não sabia né como pegava isso se era no ar ou de ficar perto das pessoas, aí preferi pedir para ela ficar em casa, continuei pagando-a e ajudando normalmente, mas tem gente que não fez isso e muita gente que

perdeu o emprego. Muito triste aquele momento, mas graças a deus e a vacina que passou. Vai ter até carnaval, acredita? (Risos).

A professora F relata que:

Foi difícil aquele momento, eu não aguentava mais. Tenho 1 filha pequena, de 8 anos, na época tinha 5 anos e estava no jardim. Além de eu ter que fazer minhas apostilas, ainda tinha que ajudar ela fazer as delas, ou seja, fui mãe e professora 2 vezes. Porque minha filha estava entrando na escola, ainda nem tinha se adaptado direito na escola quando tudo parou. Aí tive que praticamente alfabetizá-la em casa, as atividades me ajudavam porque eu não tinha esse trabalho, mas aí eu via a dificuldade dela e acabava fazendo outras atividades para ajudar na aprendizagem dela. Foi horrível. Além disso, ainda tinha o risco de eu ficar desempregada porque não sou concursada e nem era titular da turma, fiquei auxiliando nos dois anos da pandemia. Meu marido é professor também, mas do Estadual, concursado. Ele não tem muito jeito para ensinar criança, dá aula no médio (Ensino Médio), mas sempre que podia ajudava com a nossa filha também. A casa ficou uma loucura, eu trabalhando fazendo as apostilas, nossa filha em casa, meu marido de casa também e a menina que trabalha aqui ficou um tempo em casa também, mas depois ela voltou, mas era difícil até para ela cuidar de casa com tanta gente aqui. Acho que esse período foi o momento que eu menos dormir e mais me estressei com o meu marido e com a minha filha. Na época eu estava fazendo minha faculdade, tive que trancar porque fiquei com medo de ser demitida e não ter como pagar e porque não tinha paciência para estudar. Graças a deus consegui voltar no meio de 2021 e terminar, mas foi difícil.

A professora C destaca que “era difícil, eu fazia em casa as apostilas, mas preferia fazer na escola. Mesmo não tendo aula, a gente ia para a escola trabalhar e foi permitido que ficássemos lá, acho que foi em 2021. Em 2020 foi complicado porque eu tinha que cuidar do meu filho, da casa e trabalhar. Ainda bem que passou”, finaliza a professora. Camini (2022, p. 85) destaca que:

Não bastasse a pandemia levando inúmeras vidas, deixando a humanidade triste por onde a morte tem chegado, ainda somos agredidas todos os dias por atos de crueldade ferindo a dignidade humana em sua essência feminina. O aumento gritante de feminicídios⁴², tratados como crime de ódio contra as mulheres em todo o mundo, tem caráter dramático, demente, proliferado por um vírus avassalador. Atos de crueldade e frieza brotam como ervas daninhas desrespeitando a natureza feminina, única capaz de gerar de uma vida em seu ventre.

A autora explica que esse ódio está umbilicalmente ligado, criado e reproduzido por um sistema dominante a que chamamos de “patriarcal/patriarcado” que, somado ao sistema econômico de subtração das vidas pelo lucro desenfreado,

⁴²Segundo o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), feminicídio é o crime de assassinato de uma mulher resultante de violência doméstica ou discriminação de gênero, sendo a Lei do Feminicídio sancionada em 2015.

o capitalismo, eleva a condição presente nas sociedades contemporâneas de maior vulnerabilidade, de objetificação das mulheres (CAMINI, 2022, p. 86).

Santos (2020, p. 16) complementa:

São elas (mulheres) também que continuam a ter a seu cargo, exclusiva ou maioritariamente, o cuidado das famílias. Poderia imaginarse que, havendo mais braços em casa durante a quarentena, as tarefas poderiam ser mais distribuídas. Suspeito que assim não será em face do machismo que impera e quiçá se reforça em momentos de crise e de confinamento familiar. Com as crianças e outros familiares em casa durante 24 horas, o stress será maior e certamente recairá mais nas mulheres. O aumento do número de divórcios em algumas cidades chinesas durante a quarentena pode ser um indicador do que acabo de dizer. Por outro lado, é sabido que a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de guerra e de crise – e tem vindo a aumentar agora. Uma boa parte dessa violência ocorre no espaço doméstico. O confinamento das famílias em espaços exíguos e sem saída pode oferecer mais oportunidades para o exercício da violência contra as mulheres. O jornal francês Le Figaro noticiava em 26 de Março, com base em informações do Ministério do Interior, que as violências conjugais tinham aumentado 36% em Paris na semana anterior.

Os dados trazidos pelo autor se concretizam no Brasil em 2021, quando um levantamento mostra que a violência contra mulheres aumentou 41,9% nas cidades brasileiras de acordo a Confederação Nacional de Municípios. Mediante essa e outros estudo vem estão sendo realizados, a Comissão de Direitos Humanos junto com demais órgãos competentes, vem estudando ações que visam incentivar a denúncia de tais violência, garantindo o direito à vida das mulheres.

Quando questionados sobre tal dificuldade, os professores relataram não terem esse tipo de problema, pois as esposas compreendiam e quando os filhos interferiam, solicitavam a intervenção das esposas. Entretanto, todos afirmaram que preferiam estar na escola trabalhando, produzindo as apostilas ou realizando as entregas do que em casa. O professor A complementa ressaltando que “ainda bem que moro sozinho, não sou casado, tenho um filho, que mora com a mãe em Manaus, lá na escola era só o que as mulheres e uns amigos reclamavam”, referindo-se à relação complexa dos afazeres domésticos com o trabalho remoto.

Imagem 9 - Professores realizando entrega das atividades escolares



Professores chegando ao local para entrega de atividades na estrada.



Professores explicando as atividades para os pais/responsáveis.

Fonte: arquivo pessoal, 2020.

Outro desafio que alguns professores entrevistados enfrentavam era o medo de perderem seus empregos com a mudança na forma de trabalhar e com a contenção de gastos que houve no município para adoção de medidas no combate a covid-19. Com relação a segurança de não perder o emprego por causa da suspensão das aulas presenciais, somente os professores efetivos possuíam tal segurança, os que atuavam em regime de contrato seguiam com tal receio. Felizmente, todos os entrevistados dessa pesquisa que atuavam em regime de contrato, seguem atuando em suas funções.

No que tange o procedimento avaliativo, os entrevistados informaram que tinham recebido a recomendação da SEMED de que fossem feitas correções das apostilas, seguido de um relatório sobre o desempenho do aluno a cada quinzena, sendo enviado posteriormente para a Secretaria. Segundo Luckesi (2005, p. 16):

A avaliação no sistema tradicional tem a função de exame, pois valoriza os aspectos cognitivos com ênfase na memorização; a verificação dos resultados se dá através de provas orais ou escritas, nos quais, os alunos devem reproduzir exatamente aquilo que lhe foi ensinado. A tradição dos exames escolares que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzida pelos padres Jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do séc. XVII).

A escola segue métodos avaliativos tradicionais que visam a avaliação do rendimento escolar dos alunos, sendo adotado nas aulas presenciais o uso de provas questões sobre o conteúdo trabalhado anteriormente em sala de aula. Alguns professores reclamaram da nova metodologia avaliativa utilizada, visto que, ao final do ano letivo, o aluno passava para a próxima série sem a certeza de que tinha

realmente aprendido, já que a apostila entregue toda respondida não era certeza de que o aluno havia feito sozinho. Alguns professores relatavam que sentiam certo desconforto quando percebiam que a atividade não havia sido respondida pelo aluno, perguntava os pais/responsáveis que diziam que era sim, o aluno que haviam respondido. Outros entregavam as apostilhas quase em branco, pois não tinha tido quem o auxiliasse em casa.

Outros professores concordaram em partes com a metodologia adotada, pois explicam que nem todos os pais/responsáveis conseguiriam acompanhar os filhos por serem analfabetos ou terem dificuldades na hora de auxiliar nas resoluções das questões. Uma professora ressaltou:

Nem eu tenho estrutura direito para fazer essas atividades, se eu não tiver dormido bem, comido bem eu não consigo. Imagina eles? Que geralmente são vários em um cômodo, sem energia para dormirem bem, sem o alimento para se nutrirem bem. Não tem como exigir muito deles, é preciso muito mais do que 1 lápis e 1 caderno na mão para que o aluno consiga aprender. O certo a fazer é o que estamos fazendo hoje com o projeto que o gestor criou: reforço escolar. Porque nos reunimos no final de 2021 e falamos sobre tudo isso, porque as atividades ajudaram um pouco, mas não resolveram o problema e nem vão. É preciso muito mais de todos nós, inclusive da prefeitura.

Um professor complementa salientando:

Fizemos o que podíamos naquele momento, colocamos a nossa vida em risco. Quando voltamos em 2022 100% presencial, achávamos que algo mudaria. Nada mudou, só o reforço não vai dar jeito, todos nós passamos 2022 revisando o que foi passado em 2020 e 2021. Parece que as crianças regrediram. A gente segue tentando, mas é preciso que a Secretaria faça algo mais, começando pelo envio da merenda, porque até agora nada⁴³. Voltamos as aulas, mas estamos liberando cedo porque não tem merenda. Algo que deixa a gente triste e revoltados, porque sabemos que muitas crianças vêm para a escola na certeza de que aquela é a única refeição certa do dia. Agora me diz: como é que eu vou cobrar um aluno que chega com fome e vai embora com fome? Complicado.

Outra professora comenta sobre o processo avaliativo adotado na quarentena e após o período:

Quando tínhamos que entregar as atividades, a gente corrigia e sabia que não era o aluno que tinha feito. O professor conhece o seu aluno e na hora que ficava pensando: como vai ser quando a gente retornar? E quando voltamos no final do 2021 eu pensei: e agora? Foi quando nas minhas aulas⁴⁴ comecei a fazer revisão de português nos textos que passava a matéria. No

⁴³ As aulas haviam começado na primeira semana de fevereiro e a entrevista fora realizada no final de fevereiro.

⁴⁴ Professora de geografia.

começo tentei dar o conteúdo de acordo com a série, mas vi que eles não acompanhavam. Era como se tivessem parado em março de 2020. Foi quando comecei a trabalhar os assuntos de 2020, 2 séries antes da que realmente estavam.

Dias (2021, p. 567) complementa corroborando com a fala dos professores afirmando que:

Sabemos que o não cumprimento do ano letivo com todos os elementos que o constituem levou a um déficit de aprendizagem, em escolas públicas e particulares, e esse é sem dúvidas um dos grandes problemas que enfrentaremos, mas precisamos pensar para além disso. Num mundo pós-pandemia, será preciso elaborar projetos e leis para apoiar educadores, estudantes e famílias, priorizando os menos privilegiados (BRASIL, 2020), implementando novamente, em pleno século XXI, os ideais do Iluminismo: a defesa do direito à Educação de qualidade para todas as pessoas.

Silva et al (2021, p. 418) salientam que “antes da pandemia, a Educação do Campo, especificamente as escolas básicas do meio rural, estavam no centro do processo de precarização do ensino básico no campo”. A pandemia evidenciou o cenário precário e de descaso que as escolas do campo vivem, enfrentando problemas sérios no que tange a oferta de um ensino de qualidade e negando o direito básico de uma vida digna em seus locais de origens. Brasil (2002, p. 01 apud Silva et al, 2021, p. 421) ressaltam que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Os professores relatam por fim, que sentiram muito medo de que não pudessem retornar as atividades como eram antes da pandemia e que mesmo com a carga horária tendo aumentado por não ter mais horário para atender pais e/ou responsáveis de alunos no auxílio de resoluções das apostilas; sentiam a grande necessidade do presencial e do acompanhamento de perto de cada aluno e de seu desenvolvimento escolar.

Tabela 8: Informações colhidas durante as entrevistas

Entrevistados	Idade	Local onde residem	Estado Civil	Escolaridade	Formação profissional	Vínculo escolar	Trabalho Informal	Divide moradia	Tem filhos	Tempo de docência
Professor A	42	Araçá	Solteiro	Especialização	Geografia	Efetivo	Não	Não	Sim	20 anos
Professora B	61	Araçá	Divorciada	Ensino Superior	Geografia	Contrato	Não	Sim	Sim	30 anos
Professora C	42	Araçá	Casada	Mestrado	História	Efetivo	Não	Sim	Sim	18 anos
Professora D	48	Araçá	Solteira	Especialização	Geografia	Efetivo	Não	Sim	Sim	20 anos
Professora E	38	BR 319	Casada	Ensino Superior	Educação Física	Contrato	Sim	Sim	Sim	03 anos
Professora F	44	Araçá	Casada	Especialização	Pedagogia	Contrato	Não	Sim	Sim	06 anos
Professor G	37	Paraná do Araçá	Divorciada	Ensino Superior	Nornal Superior	Efetivo	Não	Sim	Sim	22 anos
Professor H	32	Araçá	Solteiro	Ensino Superior	Matemática	Contrato	Não	Sim	Sim	04 anos
Professor I	39	BR 319	Casado	Ensino Superior	Nornal Superior	Efetivo	Não	Sim	Não	12 anos

Fonte: MARTINS, Carla. 2023.

O segundo grupo entrevistado era composto pela equipe pedagógica atuante no período de 2020 e 2021. Foram entrevistados 03 das 05 pessoas que compõe tal grupo. Segue abaixo a tabela com as perguntas norteadoras utilizadas durante as entrevistas.

Figura 14 – Perguntas norteadoras para o grupo 2

TEMÁTICA	PERGUNTAS NORTEADORAS EQUIPE PEDAGÓGICA
1. PESSOAIS	1.1 Codificação; 1.2 Idade; 1.3 Localidade onde reside; 1.4 Estado Civil;
2. SOCIOECONÔMICAS	2.1 Escolaridade; 2.2 Formação Profissional; 2.3 Vínculo atual com a Escola (função exercida);
3. DIFICULDADES VIVIDAS DURANTE O PERÍODO ESCOLAR NA PANDEMIA	3.1 Quanto tempo a escola permaneceu fechada; 3.2 Quais iniciativas foram tomadas para a continuação das aulas; 3.3 Houve resistência dos professores; 3.4 Houve orientações da Secretaria de Educação do Município; 3.5 O número de desistência discente aumentou; 3.6 Houve reclamações dos professores; 3.7 Houve reclamações dos pais e/ou responsáveis; 3.8 Qual a sua opinião sobre as medidas tomadas para a continuação do período escolar; 3.9 Como foi a experiência de atuar na equipe pedagógica durante a pandemia;

Fonte: MARTINS, Carla. 2023.

As pessoas entrevistadas desse grupo têm entre 35 e 48 anos, possuem o Ensino Superior completo e atuam na área da secretária, da gestão e coordenação pedagógica. Informaram que a escola permaneceu fechada por 20 dias, após comunicado da Secretaria Educacional seguindo determinações da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado em virtude do alto e rápido contágio da covid-19 no estado. Em conversa com o gestor, fora informado que as iniciativas tomadas foram recomendadas pela secretaria educacional visando a continuação das aulas, entretanto, antes de iniciar a prática de tais medidas, fora proposto que todos os funcionários da escola participassem de uma reunião visando o debate de tais medidas.

O gestor, assim como a secretária da escola e o coordenador pedagógico informaram que não houve resistência dos professores para adesão de tais medidas, sendo montado então equipes que iriam a cada de 15 dias entregar e receber as

atividades de acordo com as séries nas residências dos alunos. Nesse processo, não houve somente a participação dos professores; os demais funcionários da escola e pais/responsáveis de alunos também foram de suma importância para que tais medidas fossem postas em prática.

Inicialmente, a SEMED recomendou que fossem produzidas apostilas contendo questões das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, entretanto, fora sugerido pelos professores que tais apostilas deveriam conter todas as disciplinas referentes a série em questão. Tal sugestão fora acatada, sendo cada apostila produzida de acordo com o currículo existente para si. Durante o período em que as aulas presenciais foram suspensas, fora adotado a recomendação de não reprovação dos discentes, devido a inúmeros fatores que influenciariam negativamente no rendimento escolar do aluno e que estavam totalmente fora de seu controle. A medida fora acatada e sentida os reflexos no retorno presencial das aulas em setembro de 2021.

Durante as adaptações ocasionadas pela covid-19, não houve reclamações por parte dos docentes ou demais funcionários da escola, e sim, o desejo do retorno o quanto antes sob inúmeras alegações, tais como: a falta da rotina escolar, a incerteza de quem estaria realmente resolvendo as questões das apostilas e se aquele aluno estivesse realmente aprendendo algo com o método emergencial adotado. Tais reclamações eram comumente entre os pais e responsáveis também, gerando assim, no ano de 2021 uma grande migração para a escola estadual presente na comunidade, visto que lá, as atividades tinham retomado de forma híbrida meses antes.

O gestor corrobora ressaltando que:

Viver o período pandêmico foi um enorme desafio que só foi possível enfrentar ao lado da grande equipe que tenho aqui. Somos poucos na quantidade, mas grande, enormes quando pensamos no bem-estar dos nossos alunos. Foram meses de incertezas, medo de sermos contaminados, mas com a vontade de que nossos alunos não fossem os mais prejudicados nisso tudo. Conhecer a realidade deles, me ajudou a refletir sobre tudo o que passam para chegar até aqui. Hoje, qualquer decisão que tomo sempre reflito sobre como vivem e o que passam para estarem aqui. Foi um momento difícil para todos nós, mas muito enriquecedor também.

Assim como no grupo 1, acrescentei a seguinte pergunta adaptando-a ao grupo 2: *a entrega das apostilas interferiu nos afazeres domésticos ou cuidados com a casa/família?* A resposta obtida:

Sim, porque sou mãe de duas filhas. Meu marido me ajuda muito, sempre que está em casa ele cuida das meninas, tem a minha família que me ajuda porque moramos perto, mas interferiu sim. Eu saía, mas não tinha hora certa de voltar, toda ida era uma aventura, íamos e voltávamos com o sentimento de dever cumprido. Eu tinha medo de pegar (covid), mas íamos de máscaras tomando cuidado. Aprendi muito naquele momento. Na época (2020) eu trabalhava na secretaria faziam 5 anos, conhecia muitos pais e os alunos, mas nunca tinha ido assim, visitá-los em casa. A realidade é bem diferente. Me fez repensar na minha prática aqui na escola.

Os outros 02 entrevistados relataram que não interferiu, mas tentavam ajudar sempre que podiam, pois viam a sobrecarga nas esposas, ambas professoras da rede estadual e municipal. Observa a naturalidade da sobrecarga feminina na grande maioria dos lares, Lima (2020 apud Brito et al, 2020, p. 10) destaca que:

De acordo com dados do IBGE em uma produção para o Nexo Jornal, as mulheres se dedicam em média 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados com os familiares, em contrapartida, os homens gastam 10,3 horas semanais nas mesmas atividades. Isso revela a desigualdade na distribuição das tarefas domésticas em virtude de relações patriarcais consolidadas historicamente. No enfrentamento da pandemia, essas questões se intensificaram. Lima (2020) afirma que, com a suspensão de aulas presenciais e com a necessidade de as famílias permanecerem em casa, mais responsabilidades foram direcionadas às mulheres.

Um fato marcante relatado nesse grupo ocorreu no retorno das aulas em setembro de 2021. O entrevistado relata:

Como eu fiquei feliz naquele dia, achei que nunca voltaríamos. Perdi alguns amigos e familiares, no começo do ano (2021) estava morrendo mais de mil pessoas por dia, foi impactante tudo aquilo. Mas voltamos. Na volta, foi instituída a obrigação do uso de máscaras na escola, entrando na condução escolar só quem estava de máscara e sem sintomas gripais. Mas o problema é que quem faz essas coisas não conhece a realidade do nosso país. Pediram obrigação das máscaras para quem não tem dinheiro nem para comer. Foi quando solicitamos da Secretaria que mandassem máscaras para os alunos. Mandaram, mas eram grandes. Foi então que fizemos uma vaquinha entre os funcionários da escola e falamos com uma costureira para fazer tamanhos pequenos para os alunos da Educação Infantil e demais alunos.

Mesmo com a recomendação de não enviarem os alunos doentes para a escola, grande é o número de crianças adoentados nos corredores em 2021. Foi então que o gestor solicitou por meio do projeto Saúde na Escola, a presença de uma técnica de enfermagem para acompanhar esses alunos doentes, visto que eram os

professores que geralmente socorriam essas crianças acompanhando até o posto de saúde da comunidade. No ano de 2022, a escola possuía uma técnica de enfermagem no período da manhã e da tarde, verificando temperatura e auxiliando quando necessário. Conforme relatado pelo grupo, no retorno das aulas em setembro de 2021 a prefeitura exigiu que todos os funcionários apresentassem o cartão de vacinação contra a covid contendo as duas doses até então aplicadas. Relatam que infelizmente, houve funcionários que se recusaram a se vacinarem alegando motivos religiosos, cedendo somente quando pressionados pela secretaria. Em 2022, com o avanço da oferta dos imunizantes para faixas etárias cada vez mais baixas, mensalmente a equipe pedagógica orientava pais e responsáveis dos alunos a buscarem o imunizante para as crianças, imunizantes esses que estavam com baixa procura no posto de saúde da comunidade. Infelizmente, o gestor informou que mais da metade dos alunos de toda a escola seguem sem sua proteção contra a covid-19, tal negligência reflete na saúde das crianças, pois quando há aumento de casos na região, muitos alunos adoececem de “gripe”, sendo enviados mesmo assim para a escola, provocando medidas mais duras como a suspensão por 15 dias de tal aluno.

Abaixo, seguem registros da participação dos demais funcionários e responsáveis pelos alunos durante o processo de entrega e recebimento das atividades escolares:

Imagem 10 - Atividades sendo entregues por demais funcionários da escola



Atividades sendo entregues por outros funcionários da escola.



Professores auxiliando na resolução de atividades a pedidos de pais em área

Fonte: arquivo pessoal, 2021.

O terceiro e último grupo, é composto pelos pais e/ou responsáveis dos alunos que estudaram no 1º Ano e no 6º Ano do Ensino Fundamental no ano de 2020 e 2021.

Foram entrevistadas 13 mães, sendo 08 mães de alunos do 1º ano e 05 mães do 6º ano. O primeiro contato para a marcação das entrevistas havia sido planejado ocorrer por meio do WhatsApp, entretanto tal ação só foi possível com 03 mães, as demais entrevistas ocorreram no primeiro contato, sem que houvesse a necessidade de agendamento para outro momento. Alguns responsáveis optaram por não participarem da pesquisa e outros não foram encontrados em seus respectivos endereços.

Fui recebida de forma muito amigável por todas as entrevistadas, as conversas mais emocionantes ocorreram com as entrevistadas que me conheciam desde criança, surpreendiam-se por “alguém que nasceu e se criou ali, estar estudando algo que parece ser tão importante”.

Das 13 entrevistadas, 03 estavam cursando o Ensino Superior, 04 tinham concluído o Ensino Médio e 06 tinham estudado até o 6º ano do ensino fundamental (antiga 5ª série). Antes de iniciar as entrevistas, tentei criar um clima agradável informando que a participação era optativa e que não havia respostas certas ou erradas, eu estava ali para ouvi-las e registrar suas vivências naquele momento atípico, podendo a entrevista ser interrompida a qualquer momento caso desejassem.

Figura 15 – Perguntas norteadoras para o grupo 3

TEMÁTICA	PERGUNTAS NORTEADORAS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS
1. PESSOAIS	1.1 Codificação; 1.2 Idade; 1.3 Localidade onde reside; 1.4 Estado Civil; 1.5 Vínculo com o aluno;
2. SOCIOECONÔMICAS	2.1 Escolaridade; 2.2 Formação Profissional; 2.3 Trabalho Atual; 2.4 Outras Fontes de Renda (Trabalho Informal); 2.5 Auxílio Financeiro do Governo; 2.6 Tipo de Moradia;
3. DIFICULDADES VIVIDAS DURANTE O PERÍODO ESCOLAR NA PANDEMIA	3.1 Possui acesso à internet; 3.2 Possui equipamentos tecnológicos próprios; 3.3 O aluno tinha um local adequado para assistir às aulas ou realizar as atividades; 3.4 Era afetado pela falta de energia elétrica; 3.5 Conseguia auxiliar o aluno na realização das atividades escolares; 3.6 Como foi a experiência de ser pai e/ou responsável de aluno durante a pandemia;

Fonte: MARTINS, Carla. 2023.

As idades das entrevistadas variavam de 30 a 52 anos, 08 residiam na comunidade onde a escola estava localizada, 03 residiam na estrada e 02 moravam no Paraná do Araçá sendo o acesso pelo rio. A maioria trabalhava informalmente, vendendo vestuário e perfumaria. Outras, trabalhavam como funcionárias domésticas e 03 entrevistadas trabalhavam como professoras nas escolas da comunidade.

Somente 04 mães possuíam acesso à internet em casa e um aparelho de celular como equipamento tecnológico, geralmente, eram casas onde havia filhos adolescentes. Silva et al (2021, p. 425) destaca que:

No contexto de pandemia, além dessa realidade, a exclusão digital nega aos camponeses o direito de estudar em sua própria comunidade, ampliando as justificativas para o esvaziamento do meio rural, jogando os sujeitos do campo nos centros urbanos, perdendo seus vínculos com a agricultura familiar camponesa como modo de produção sustentável, fortalecendo outra lógica de desenvolvimento rural.

O local onde os alunos estudavam era a mesa onde se faziam as refeições, quando ocupada, os alunos estudavam no chão da sala. A maioria das mães informaram que conseguiam auxiliar os filhos na realização das atividades da escola municipal, quando não conseguiam, recorriam aos filhos mais velhos que estavam em series mais avançadas.

Algumas mães relatam sobre a dificuldade de a enchente e a vazante dos rios ocasionavam nas entregas e nas devolutivas das apostilas escolares. No período da cheia dos rios, as famílias que moram nas ruas mais baixas da comunidade são duramente afetadas, sendo necessária a construção de pontes chamadas de marombas dentro de suas residências. Há também, as casas que não são possíveis o acesso devido as tapagens⁴⁵ que atrapalham a trafegabilidade das embarcações de pequeno porte e que são muito comuns na região. Quando o período da vazante do rio chega, os caminhos que antes eram cortados pelos furos, tornam-se ainda mais distantes devido a embarcação não conseguir navegar por tais caminhos por causa da baixa profundidade, contudo, não há o desejo de mudar-se do local residente, desejando apenas melhorias que gerem conforto e seguro nesses momentos difíceis.

⁴⁵ São vegetações que se desprendem da terra no período da enchente dos rios amazônicos. Seu tamanho pode variar de acordo com o caminho que percorre, podendo formar grandes tapetes com muitos metros de distância. Atravessar uma tapagem se torna difícil, pois, é necessário que o condutor desligue o motor e siga remando, para que a vegetação não enrosque nas palhetas.

Imagem 11 - Tapagens no meio do Rio Mamori.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Outra dificuldade relatada, era que para alguns alunos as atividades formuladas eram resolvidas em apenas um dia, ou seja, os 14 dias restantes, o aluno ficava ocioso, sem estudar o conteúdo direcionado para sua série. Algumas mães relatavam que tentavam ensinar algo para seus filhos, mas por não possuírem formação adequada quase nunca sabiam o que passar, deixando assim, os filhos livres até o dia de entregar e receber novamente outras atividades. Era informado aos professores tal situação, sendo que as vezes mandavam atividades extras, entretanto, nem sempre isso acontecia.

A falta de energia elétrica não afetava diretamente aos alunos da escola municipal, pois eles realizavam suas atividades sem a necessidade de energia ou acesso à internet. Já nas casas, onde havia alunos da escola estadual⁴⁶, esses eram afetados diretamente. De acordo com o relato de uma mãe, fora necessário a criação de uma vaquinha para comprar combustível para o motor gerador de energia, para que os alunos da rua, tivessem acesso ao conteúdo que estava sendo repassado na tv.

Camini (2022, p. 147) corrobora destacando que:

No que se refere à educação, poderíamos tratar de várias questões que dizem respeito aos impactos da pandemia: na vida docente, na vida dos estudantes, na vida das famílias e no conjunto da instituição escolar, cuja

⁴⁶ Projeto Aula Em Casa descrito na página 72.

dinâmica foi totalmente alterada ao ter que trancar as portas e atender ao apelo do isolamento social – um drama ainda não vivido pela nossa geração. Eis o desafio: aprender com esse drama, sem indiferença e valorizando ainda mais os atos de solidariedade que brotam no meio do povo.

Ao final de todas as entrevistas, o recado era sempre o mesmo:

Foi um momento muito difícil, a gente não tinha certeza de nada. Se ia pegar, se ia morrer, se nunca mais ia voltar ao normal. Graças a deus, agora está tudo normal. E o que importa é que as crianças não ficaram sem estudar e agora puderam voltar para a sala de aula. E eu sempre digo para eles: estudem! Aproveitem enquanto eu não pude aproveitar e tive que trabalhar. Hoje tenho malmente o 5º ano. Só com o estudo conseguimos alguma coisa na vida.

O tópico sobre a adesão a vacinação não fora tocado devido a orientações recebidas previamente pelo grupo 2, visto que há uma grande rejeição tendo influência religiosa na comunidade. Algumas mães ao falarem sobre o retorno, relataram que os filhos haviam sido vacinados, agradeciam a existência da vacina e criticam os demais por não levarem seus filhos para vacinarem. Uma mãe relata que:

Minha filha, passei esse tempo todinho tomando vacina, não morri e nem meus filhos. Eu sou a primeira a ir para fila do posto. Até briguei com fulana de tal, acredita quem para tomar a vacina contra o câncer que dá no útero⁴⁷ ela levou os filhos? Tendo aí no posto de graça. Um dia desses o marido estava para morrer de gripe. Eu não chego nem perto, vai que é corona? Tu está vacina né? Está até com esse negócio aí⁴⁸ (risos).

Devido a problemas com logística de deslocamento ocasionados pela vazante dos rios e de aumentos de casos em fevereiro de 2023, a pesquisa não pode ser realizada com demais pais e/ou responsáveis de alunos.

No que tange a atuação do Estado durante a pandemia, Santos (2020, p. 28) evidencia que:

As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências. As respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, a sua falta de previsibilidade em relação a emergências que têm vindo a ser anunciadas como de ocorrência próxima e

⁴⁷ Vacina contra o vírus papilomavírus humano (HPV), causador de cânceres humanos. A vacina é distribuída gratuitamente pelo SUS para meninas e meninos de 11 a 14 anos de idade de acordo com o Ministério da Saúde.

⁴⁸ Máscara de proteção modelo N95.

muito provável. Estou certo de que nos próximos tempos esta pandemia nos dará mais lições e de que o fará sempre de forma cruel. Se seremos capazes de aprender é por agora uma questão em aberto.

Saviani (2020, p. 08-09) destaca que:

Cabe registrar que o Brasil perdeu uma grande oportunidade de se constituir em exemplo para todo o mundo no enfrentamento da pandemia. Tinha condições bastante favoráveis para esse protagonismo. Dispondo do SUS, o maior Sistema Universal de Saúde do planeta e sendo um dos últimos países a ser afetado, se beneficiava, também, do conhecimento das ações levadas a efeito pelos países que tiveram êxito como Nova Zelândia, Coréia do Sul, Alemanha, Vietnã e a própria China podendo, então, planejar o enfrentamento levando em conta essas experiências bem sucedidas. [...] Com o presidente da República agindo como aliado do vírus, o Brasil não só perdeu a oportunidade de ouro de confirmar sua competência reconhecida no enfrentamento anterior de epidemias; acabou se transformando no país que disputa com os Estados Unidos a pior posição no combate à pandemia.

A incapacidade citada acima fora vista nos governos que atuam em nosso país, tanto na esfera Federal, quanto Estadual e Municipal. Governantes que enquanto diziam não saber o que fazer, contribuíam para que o país colapsasse e 699.310 pessoas falecessem. À medida que o vírus avançava, o país regressava, um povo que seguia a vida no escuro, sem saber se o amanhã chegaria tentando conseguir o alimento de hoje.

Tabela 9: Informações coletadas durante as entrevistas ao terceiro grupo

Entrevistadas	Idade	Local onde residem	Estado Civil	Vínculo com aluno	Escolaridade	Tem outros filhos	Trabalho atual	Tipo de Moradia	Auxílio Governamental	Possui acesso à internet
M1	50	Araçá	Casada	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Sim	Informal	Própria	Sim	Não
M2	31	Araçá	Casada	Mãe	Ensino Médio	Sim	Informal	Própria	Sim	Às vezes
M3	30	Araçá	Casada	Mãe	Ensino Médio	Não	Informal	Própria	Não	Às vezes
M4	33	Araçá	Solteira	Mãe	Ensino Superior Cursando	Sim	Professora	Alugada	Sim	Sim
M5	37	Araçá	Divorciada	Mãe	Ensino Superior	Sim	Professora	Própria	Sim	Sim
M6	41	BR 319	Casada	Mãe	Ensino Fundamental	Sim	Informal	Cedida	Sim	Não
M7	38	Araçá	Solteira	Mãe	Ensino Médio	Não	Informal	Própria	Não	Não
M8	48	Araçá	Casada	Mãe	Ensino Fund. Incompleto	Sim	Informal	Cedida	Sim	Não
M9	30	BR 319	Casada	Mãe	Ensino Médio	Sim	Informal	Alugada	Sim	Sim
M10	52	Paraná do Araçá	Casada	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Sim	Informal	Própria	Sim	Não
M11	48	Araçá	Casada	Mãe	Ensino Fundamental	Sim	Informal	Cedida	Sim	Não
M12	43	BR 319	Casada	Mãe	Ensino Superior Cursando	Sim	Professora	Própria	Não	Sim
M13	34	Paraná do Araçá	Casada	Mãe	Ensino Fund. Incompleto	Sim	Informal	Cedida	Sim	Não

Fonte: MARTINS, Carla. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o surgimento da covid-19, fomos obrigados a viver o “novo normal” visando a contenção da contaminação do vírus e preservação de nossa vida. Entretanto, que novo normal seria esse? Onde a classe dominante fica em casa enquanto a classe trabalhadora extreme dentro de transportes lotados onde não se pode sequer, cogitar o distanciamento de 20 centímetros, quem dirá o de 1,5 m conforme recomendações da OMS no começo da pandemia? Seria o novo normal, o modo com os que aqueles por puro egoísmo seguiram suas vidas, se aglomeram enquanto podiam ficar em casa, ou andando sem possuírem aos menos 1 dose do imunizante que tantos morreram esperando para ter a oportunidade do acesso? Ou o novo normal seria o que vivemos hoje, em 2023, como se a covid-19 tivesse passado, na falsa ilusão de que vírus mortais não voltarão a assolar a humanidade mesmo com tanta destruição do meio ambiente, aquecimento global e crescimento desordenado da população sem condições básicas de sobrevivência? Como nos alerta Ujvari no segundo capítulo o que vivemos com a covid-19 não é novidade e mesmo assim, seguimos repetindo e comentando os mesmos erros de pandemias passadas. Boaventura de Sousa Santos, em seu livro *A cruel pedagogia do vírus* corrobora afirmando que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros e impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população” (2020, p. 05).

No capítulo intitulado *Educação e Pandemia da Covid-19 adaptações e historicidade*, lemos em diversos momento situações que ocorreram séculos atrás, mas que nos soma muito familiar, como se estivesse acontecendo há 3 anos ou até mesmo ontem. O rápido contágio, números altos de óbitos em pequenos espaços de tempos e pessoas sendo enterradas em valas comuns foi registrado há séculos antes de Cristo, e tristemente vivenciado aqui em Manaus em 2020 e com terrível repetição 2021. A instauração do caos em busca de culpados, governos que não priorizam a população e não escutam a ciência também soaram familiares, a revolta da vacina então de 1904, nunca foi tão atual em nossas vidas.

A luta contra sistemas que buscam o lucro acima de qualquer custo segue firme e forte, vitimou em torno de 50 mil habitantes em Marselha quando burlaram o sistema

de quarentena imposta na época, pois “o comércio não podia parar” (p. 79). Fato este que não difere da trabalhadora doméstica Rosana Urbano, que faleceu vítima do vírus em 12 de março de 2020, sendo o primeiro caso fatal da doença no país de acordo com o *Memorial Inumeráveis*, site dedicado à história de cada uma das vítimas da covid-19 no Brasil. Enquanto perdíamos pessoas queridas, o então presidente Jair Messias Bolsonaro negligencia a pandemia, produzindo atos e frases que desmerecia a grande tragédia pelo qual o país viria a enfrentar.

No capítulo em questão, aborda-se as tecnologias como recurso educacional, função esta praticada desde a comercialização dos primeiros computadores na década de 50. Entretanto, não é possível ao certo afirmar o real motivo pelo qual as tecnologias não utilizadas fortemente para a ampliar o acesso à educação. Talvez não seja interessante tal ampliação, talvez os custos sejam altos demais, talvez considerem que não seja preciso que todo mundo tenha acesso à educação, ficando restrita a uma pequena parte da população. Muitos são os motivos que provocam reflexões sobre tal fato, predominando a certeza de que de a pandemia da covid-19, mais precisamente a quarentena e o período de isolamento social, escancarou o poder que o acesso à tecnologia tem e é urgente o debate sobre a necessidade de garantir este acesso por todos.

No terceiro e último capítulo, intitulado *O período pandêmico da covid-19 em territórios reais: a educação para além da escola*, é possível termos certa noção sobre a vivência de um pequeno grupo de pessoas residentes em uma comunidade no interior do Estado do Amazonas. Mesmo conhecendo e residindo no local, ressalto que o período para a realização da pesquisa foi pequeno, mesmo tendo me mudado para a localidade por 03 meses. Conforme indicado em orientação, fora confeccionado um diário de campo, ferramenta está onde anotações diárias eram realizadas sem que a intenção de uso na construção desse trabalho existisse. Ao final da pesquisa de campo, durante a transcrição das entrevistas, o acesso ao diário era realizado como forma de anotar pensamentos avulsos.

Por meio das anotações, percebi que o relato do gestor sobre a falta de vacinação desencadeava a ausência de muitos alunos nas salas de aula estava ligada com o que acontecia na capital. O fato acontecia geralmente de 20 a 30 dias após o anúncio de alta de casos confirmados de covid em Manaus. Em uma conversa informal com a técnica de enfermagem, ela comentava que “bastava aumentar lá

(Manaus), que vinha para cá (comunidade) pois devido à proximidade com a capital manauara, torna-se muito comum que familiares e amigos passem o final de semana na comunidade e nas localidades próximas. Quando questionados se tinha alguém gripado em casa, os alunos quase sempre informavam que “sim”, variando a resposta para “um (a) conhecido (a) nos visitou e estava gripado”. Outro fato anotado era as conversas entre os professores sobre “como estava difícil trabalhar com assuntos novos na sala”, questionavam entre si se também tinham a mesma percepção ou se era fato isolado de determinado professor. Após alguns debates e reuniões, perceberam que era algo presente em todas as salas e com a maioria dos alunos.

Observou-se após a realização da pesquisa de campo que os recursos pedagógicos utilizados foram modelos utilizados em outras realidades e adaptados à realidade dos sujeitos que ali viviam, sem que houvesse de fato um planejamento ou estudo para adoção de tais medidas. Creditam essa falha “ao período pandêmico que chegou de repente e instaurou o caos”, situação essa já vivenciada no nosso país e no mundo. Levando-nos a refletir qual seria o motivo para tantas mortes durante a pandemia? Segundo a OMS, são mais de 20 milhões de pessoas mortas por causa da covid, sem contar os grandes impactos gerados em todos os setores sociais, inclusive na educação. Trazendo para o recorte do nosso país, tais acontecimentos seriam resultados da falta de políticas públicas que tanto assolam a vida dos brasileiros diariamente? Ou o descaso dos governos Federais, Estaduais e Municipais com a educação em todos as modalidades? Ou ao fato de não cogitarem as pessoas como elas realmente são: pessoas, sujeitos, gente, ser humano e; não apenas uma forma de enriquecer e explorar? Possivelmente todas as motivações acima e muito mais.

O uso de apostilas visando a continuação do ensino não supriu e não ensinou, os sujeitos dos grupos participantes desta pesquisa perceberam isso, mas continuaram seguindo com o trabalho de forma paliativa, quando o cansaço físico e psicológico não reinava, produziam atividades extras, atividades que envolvessem a criança e o ajudassem aprender o conteúdo ali trabalhado. Como uma professora desabafou “estávamos dando murro em ponta de faca e pondo nossas vidas em riscos, mas era melhor aquilo do que nada. Estamos todos os dias na escola para mudar isso, ser professor nesse país nunca foi fácil, mas eu sigo acreditando que eu faço a diferença na vida dos meus alunos”. O ensino bancário e tradicional continuou

prevalecendo durante a pandemia e agora parece estar mais forte do nunca, pois é preciso ter boas notas nas avaliações que educacionais, caso contrário, as bonificações não chegam, e os projetos não vingam e sem as bonificações, fica tudo ainda pior.

Os professores se adaptaram como puderam e como foi possível. A carga horária duplicou, a frustração em não saber lidar com as ferramentas tecnológicas eram constantes, dependendo de terceiros para a execução de atividades que até ontem eram rotineiras. Sem mencionar no sentimento de medo ao saber que alguém próximo havia falecido pela doença, “mas não era só uma gripezinha” como o presidente falava? Talvez não. Alguns professores relataram que acham que pegaram covid, mas que não sentem quase nada. Outros, porém informaram que ficaram ruins e que a saúde nunca mais fora a mesma, de repente a pressão subiu, os esquecimentos se tornaram frequentes e o cansaço respiratório ficou, sem falar no incômodo na garganta que ainda perduravam em alguns. Se são sequelas da covid, não sabemos. O posto de saúde não possui tal serviço e a maioria dos professores da rede municipal não tem plano de saúde, somente os concursados do Estado.

O desafio imposto pela sociedade patriarcal fora evidenciado na pesquisa de campo após passar despercebido pela pesquisadora. Santos (2020, p. 15) relata que “a quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, em alguns casos, pode mesmo ser perigosa”, referindo-se as mulheres que atuam em cargos por serem consideradas “as cuidadoras do mundo”, predominando em áreas como da assistência social e enfermagem, profissionais esses que estavam presentes na linha de frente de combate ao covid. E atuam também, como cuidadoras de idosos e pessoas com a saúde vulnerável grupo de risco para o vírus, arriscando-se mais uma vez devido a profissão. Outro perigo relatado pelo autor é o da violência doméstica, uma vez que com a quarentena, as mulheres passam mais tempo com seus agressores, podendo serem vítimas de feminicídio. O autor relata sobre o aumento do estresse devido à sobre carga vivida pelas mulheres durante a quarentena, tendo que trabalhar de casa e cuidar dos filhos e afazeres domésticos. Fora observado que essa sobrecarga estava presente nas professoras entrevistadas que eram casadas e/ou que possuíam filhos. Em alguns casos, os maridos estavam em casa, mas quase não auxiliavam a esposa nos afazeres domésticos, devido a delicadeza do assunto, não fora aprofundado tais dificuldades.

O processo avaliativo ocorreu de forma adaptada, diferente para alguns. No início não possuíam familiaridade com esta ferramenta avaliativa, fazer relatórios não estava no cotidiano. Aos poucos, um ia ajudando o outro, auxiliando não somente na confecção das apostilas, como também na construção do relatório de acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno. Após o uso da ferramenta em dois anos, o recurso segue sendo utilizado como meio de debaterem e conversarem sobre o processo dos alunos nas salas de aula. As provas voltaram, faz parte do currículo escolar do país e método de verificação do rendimento escolar, “devendo ser contínua e acumulativa, prevalecendo aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9.394 de 1996. Nos levando a refletir o questionamento dos professores: como avaliar um aluno com fome? Que não dormiu direito ou que não conseguiu estudar em casa por não ter estrutura mínima para isso? Como exigir um rendimento escolar correspondente com o que é pressionado pelas Secretarias sem que esse aluno tão pequeno, não tem o direito de viver dignamente e confortavelmente? Foram questionamentos feitos durante as entrevistas, aos quais não tive a coragem de tentar respondê-los.

Por fim, concluo por hora que os desafios enfrentados pelos professores da Escola José Salvador foram inúmeros e continuam sendo, a covid-19 influenciou não somente na forma de perceber o aluno e sua realidade, como também em suas vidas pessoais. Os desafios podem ser listados em variáveis de cunho emocional, perante o receio da perda de um ente querido ou pela contaminação do vírus; de cunho psicológico devido ao esgotamento mental e estresse constante; de cunho geográfico devido o deslocamento para entrega das apostilas; desafio de cunho Econômico, pois não possuíam recurso financeiro para aquisição de materiais básicos que ajudasse na produção das atividades; de cunho comunicativo visto que era difícil incentivar a participação dos alunos na realização das atividades pedagógicas e desafio de cunho de educacional relacionado a formação dos pais e/ou responsáveis dos alunos, pois havia um grande quantitativo de pessoas analfabetas ou com baixa escolaridade, sendo empecilho no auxílio do preenchimento das apostilas escolares.

No Distrito do Araçá, a pandemia passou. Hoje, raramente vemos alguém utilizando máscaras de proteção ou evitando aglomerações. As perdas para a covid-19 na comunidade foram poucas, mas muito doloridas e até hoje não superadas pelos

moradores de lá. A adesão a vacinação contra a covid-19 continua baixa, mesmo com as constantes ações promovidas pelos profissionais de saúde da localidade visando a sensibilização e a adesão da população aos imunizantes disponíveis no posto de saúde. A sensação durante a pesquisa de campo foi a de que a covid-19 realmente havia passado, tendo a certeza de que os desafios existentes antes da pandemia voltaram ainda mais força, após o retorno presencial das aulas. A luta por uma educação libertadora e transformadora a luz dos escritos de Freire, são observados em uma minoria. E apesar de possuir características de uma escola do campo, a escola desta pesquisa segue permeada pelas raízes da educação rural, tendo as escolas da cidade como referência, entretanto, o desejo de transformação da realidade local e a crença no poder da educação seguem firmes e cultuados não somente pelos funcionários da escola, como também na maioria das pessoas que ali residem, pois, assim como a escola fora fundamental para a minha vida e minha formação enquanto profissional, ela com certeza é e sempre será nas vidas dos alunos.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Diário Oficial. **Decreto Nº 42.087, de 19 de março de 2020**. Disponível em: <http://www.defesacivil.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-42.087-de-19-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia – Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2012.

AMAZONAS. **Referencial Curricular Amazonense**. 2019. Disponível em: <https://www.sabermais.am.gov.br/pagina/gestao-do-curriculo>. Acesso em 22 mar. 2022.

ALMEIDA, Maria Rita. LABRONICI, Liliana. **A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIC contada pela história oral**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 12(1):263-374, 2007.

ARROYO, M. CALDART, Roseli. MOLINA, Mônica. **Por uma educação do campo**. 5 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica: Resolução Nº 3 de agosto de 2005**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003_05.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021. 70 p.: il. Acesso em: 18 fev. de 2021.

BRASIL Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2021**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2022. 102 p.: il. Acesso em: 18 fev. de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo do Ensino Superior 2021**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2022. 102 p.: il. Acesso em: 18 fev. de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 24 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus: como se proteger?** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>. Acesso em 03 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gripe (influenza)**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/g/gripe-influenza#:~:text=A%20gripe%20%C3%A9%20uma%20infec%C3%A7%C3%A3o,%2C%20B%2C%20C%20e%20D>. Acesso em 12 de jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HIV/aids**. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/hiv-aids>. Acesso em 28 de jan. 2023.

BRITO, T. N.; SANTANA, J.J.; FERNANDES, M. N. **Educação do Campo na conjuntura da pandemia**: alcances, impactos e desafios. Rev. Bras. Educ. Camp., Tocantinópolis, v. 5, e10278, 2020.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. **A TERRÍVEL MOLÉSTIA. Vacina, epidemias, instituições e sujeitos**: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre – 2014.

BEECH, Samantha. KWON, Jake. **Números de mortos por Covid-19 no mundo passa de 5 milhões**. Site oficial da CNN BRASIL. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mundo-passa-a-marca-de-5-milhoes-de-mortes-causadas-pela-covid-19/> Acesso em: 19 dez 2021.

CALAZANS, M. Julieta Costa. **Para compreender a educação do estado no meio rural**. Traços de uma trajetória. In: TERRIEN, Jaques; CALAZANS, M. Julieta Costa. Educação e Escola no Campo. Campinas: Papyrus, 1993.

CALDART, Roseli. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão, 2012. 788 p.

CALDART. **Sobre Educação do Campo**. In: Por uma educação do campo. Campo – Políticas Públicas – Educação. SANTOS, Clarice A. dos. (Org). Cad.7. Brasília: Incra; MDA, 2008.

CAMINI, Isabela. **Cartas pedagógicas**: Testemunhos de uma vida. Editora Acadêmica do Brasil – EAB Editora. 2022. Passo Fundo: Saluz. 239 p.

CAMPOS, Raimundo. **A educação do Campo na Amazônia**: Estudo sobre a compreensão de movimentos sindicais com atuação nos espaços das florestas e das águas. Anais III CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2016.

CASSAB, Roseane. **A municipalização do ensino fundamental e a valorização do trabalho docente**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. 2010.

CASTRO, Junior Vieira de. **Urbanização contemporânea na Amazônia e os fragmentos de cidade**: O caso do município de Careiro e as vilas Araçá, Purupuru e Sumaúma. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas. 2019.

CARVALHO, Habniesley. Et al. **O professor e o ensino remoto**: tecnologias e metodologias ativas na sala de aula. Revista Educação Pública – Desde 2001 a serviço da Educação. CECIERJ. 2021.

CELLARD, André. **A pesquisa documental**. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Editora Vozes Ltda. 3. Ed. Petrópolis, RJ. 2012.

DIAS, Érika. **A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro. V.29, n. 112, p. 565-573. 2021.

FRANCO, Sebastião; LOPES, André; FRANCO, Luiz. **Gripe espanhola no Espírito Santo (1918-1919)**: alguns apontamentos. Revista Dimensões, v. 36, jan.-jun. 2016. ISSN: 2179-8869. Universidade Federal do Espírito Santo – Programa de Pós-Graduação em História.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Cinco dias de fúria**: Revolta da Vacina envolveu mais do que insatisfação com a vacinação. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao>. Acesso em: 30 jan. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Covid-19**: Quais as diferenças entre isolamento vertical, horizontal e lockdown? Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/coronavirus/material-para-download>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GALHARDI, Cláudia; FREIRE, Neyson; MINAYO; Maria Cecília; FAGUNDES, Maria Clara. **Fato ou Fake?** Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. 2020. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 4201-4210.

GALHARDI, Cláudia; FREIRE, Neyson; MINAYO; Maria Cecília; FAGUNDES, Maria Clara; CUNHA, Isabel. **Fake News e hesitação vacinal no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. 2021. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 1849-1858.

GHEDIN, Evandro. **Educação do campo**: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2007. 448 p.

HAGE, Salomão. **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém, PA: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda.

KILLINGRAY, David. **A pandemia de gripe de 1918-1919**: causas, evolução e consequências. In: Jose Manuel Sobral, ed. A Pandemia Esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica 1918-19 (*Forgotten Pandemic: Comparative views on the Spanish 'Influenza: 1918-19*). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 41-61.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER Morgana; BONOTTO Danusa. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa**: conceitos e caracterização. Revista de Investigaciones UNAD. Volumen 14. Nº 2. Julio-Diciembre, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos e metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Sérgio Celani. **Urbanização do Processo Escolar Rural**. Educação e Filosofia, 10(20), 285-298. Jul/dez 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítica-social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LOUZADA, Camila de Oliveira. **O rio comanda a vida**: uma análise geocológica das paisagens do Arquipélago do Januário (município de Itacoatiara-AM) – 2020. 266 f. : il. Color.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.

MACHADO, Luanne C. T. **Da Educação Rural à Educação do Campo**: Conceituação e Problematização. In: EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação, 2017,

Curitiba. EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação: formação de professores: contextos, sentido e práticas.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. – (Coleção educação contemporânea. Série memória da educação).

MINAYO, Maria Cecília. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3): 621-626, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

NASCIMENTO, Dilene. Raimundo. **As Pestes do século XX**: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, 196 p. História e saúde collection. ISBN: 978-65- 5708-114-3.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA NETO, Thiago. NOGUEIRA, Ricardo J. B. **BR-319**: Os quarenta anos de uma rodovia na Amazônia. *Revista franco-brasileira de geografia. Open Editions Journals Confins*, nº 28, 2016.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books.

PIMENTA, Ana Cristina Tavares. **EDUCAÇÃO DO CAMPO**: Recorte das políticas públicas no município de Maués-AM. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas. 2015.

PIMENTA, Selma. **Formação de professores**: Identidade e saberes da docência. São Paulo: Cortez, 1999.

PINTO, Agnes; PINHEIRO, Patrícia; VIEIRA, Neiva; ALVES, Maria. **Compreensão da pandemia da AIDS nos últimos 25 anos**. *Brazilian Journal of Sexually Transmitted Diseases*, 19(1), 45–50. 2007.

REZENDE, J. M. **As Grandes Epidemias da História**. In: À sombra do plátano: crônicas de história da medicina [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, pp. 73-82. História da Medicina series, vol. 2. ISBN 978-85-61673-63-5.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Edições Almedina S.A. Coimbra. 2020.

SAVIANI, Demerval. **Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional**. *Revista Exitus*. 2020.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 31 ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, Iolete Ribeiro; SILVA, Camila Riberio da. **O projeto “Aulas em Casa” e a educação remota durante a pandemia do covid-19**: análise da experiência do Estado do Amazonas. Revista Educar Mais. Volume 5, nº 1. 2021.

SILVA, M. S. P.; CUNHA, A. L. M.; SANTOS, T. A. **Educação básica nas escolas do campo no contexto da pandemia**: ensino remoto para quem? Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 417-431, maio/ago. 2021.

SOARES. Lucas, COLARES. Maria Lília. **Educação e Tecnologias em Tempos de Pandemia no Brasil**. Debates em Educação. Universidade Federal de Alagoas. Vol. 12, Nº 28, Set/Dez. 2020.

SOARES, Murilo. SOLOSANDO, Aline. **Apontamentos acerca da luta contra a varíola**. Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan. Vol. 1. 2004.

TOCANTINS, Leandro. **O Rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Valer, 1964. 284 p.

TOLEDO JR. Antonio Carlos de Castro. **HISTÓRIA DA VARÍOLA**: Smallpox History. Revista Med Minas Gerais. 2005; 15(1):58-65.

UCHÔA. Iraci Carvalho. **Trabalho e Educação do Campo no contexto Amazônico**: um estudo em uma comunidade camponesa do Médio Rio Solimões. 2018. 133 f.: Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. 2018.

UJVARI. Stefan. **História das Epidemias**. São Paulo: Contexto, 2020. 320 p.: il.

UNAIDS. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. **Estatísticas Globais sobre HIV**. 2023. Disponível em: <https://unaid.org.br/estatisticas/>. Acesso em 02 fev. 2023.

UNAIDS. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. **Prevenção Combinad**. 2023. Disponível em: <https://unaid.org.br/prevencao-combinada/>. Acesso em 02 fev. 2023.

UNESCO. **Covid-19**: Como a Coalizão Global de Educação da UNESCO está lidando com a maior interrupção da aprendizagem da história. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/covid-19-como-coalizao-global-educacao-da-unesco-esta-lidando-com-maior-interruptcao-da#:~:text=2020%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20apenas%20o,em%20mais%20de%20190%20pa%C3%ADses>. Acesso em: 22 ago. 2021.

WAGLEY. Charles. **Uma Comunidade Amazônica – estudo do homem nos trópicos**. Companhia Editora Nacional – São Paulo. Vol. 290. 1957.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos; trad. Daniel Grassi – 2. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Educação no Campo: Uma análise dos desafios encontrados pelos docentes da educação básica durante a pandemia da Covid-19

Público-alvo: Docentes e equipe pedagógica da Escola Municipal do Distrito do Araçá e pais e/ou responsáveis de alunos do 1º Ano da Educação Infantil e do 6º Ano do Ensino Fundamental.

Data:

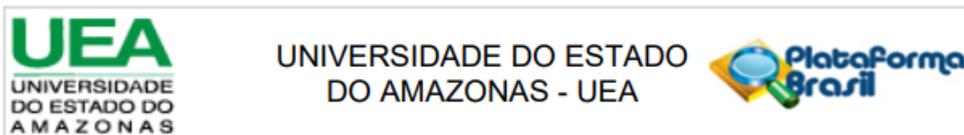
Horário:

TEMÁTICA	PERGUNTAS NORTEADORAS PROFESSORES
1. PESSOAIS	1.1 Codificação; 1.2 Idade; 1.3 Localidade onde reside; 1.4 Estado Civil;
2. SOCIOECONÔMICAS	2.1 Escolaridade; 2.2 Formação Profissional; 2.3 Vínculo atual com a escola; 2.4 Outras Fontes de Renda (Trabalho Informal);
3. NÚCLEO FAMILIAR	3.1 Divide a moradia com algum familiar; 3.2 Tem filhos;
4. DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE A PANDEMIA	4.1 Quantos anos atua como docente; 4.2 Qual foi a sensação quando soube que as aulas iriam parar; 4.3 Houve consulta para a formatação das medidas tomadas pela equipe pedagógica; 4.4 Possuía experiência com o ensino remoto antes da pandemia; 4.5 As horas trabalhadas aumentou; 4.6 Tinha familiaridade com a tecnologia antes da pandemia; 4.7 Possui estrutura física em casa para lecionar; 4.8 Houve recurso financeiro extra da prefeitura para custear o novo processo docente; 4.9 Como foi a experiência docente durante a pandemia
TEMÁTICA	PERGUNTAS NORTEADORAS EQUIPE PEDAGÓGICA
1. PESSOAIS	1.1 Codificação; 1.2 Idade; 1.3 Localidade onde reside; 1.4 Estado Civil;
2. SOCIOECONÔMICAS	2.1 Escolaridade; 2.2 Formação Profissional; 2.3 Vínculo atual com a Escola (função exercida);

3. DIFICULDADES VIVIDAS DURANTE O PERÍODO ESCOLAR NA PANDEMIA	<p>3.1 Quanto tempo a escola permaneceu fechada;</p> <p>3.2 Quais iniciativas foram tomadas para a continuação das aulas;</p> <p>3.3 Houve resistência dos professores;</p> <p>3.4 Houve orientações da Secretaria de Educação do Município;</p> <p>3.5 O número de desistência discente aumentou;</p> <p>3.6 Houve reclamações dos professores;</p> <p>3.7 Houve reclamações dos pais e/ou responsáveis;</p> <p>3.8 Qual a sua opinião sobre as medidas tomadas para a continuação do período escolar;</p> <p>3.9 Como foi a experiência de atuar na equipe pedagógica durante a pandemia;</p>
--	---

TEMÁTICA	PERGUNTAS NORTEADORAS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS
1. PESSOAIS	<p>1.1 Codificação;</p> <p>1.2 Idade;</p> <p>1.3 Localidade onde reside;</p> <p>1.4 Estado Civil;</p> <p>1.5 Vínculo com o aluno;</p>
2. SOCIOECONÔMICAS	<p>2.1 Escolaridade;</p> <p>2.2 Formação Profissional;</p> <p>2.3 Trabalho Atual;</p> <p>2.4 Outras Fontes de Renda (Trabalho Informal);</p> <p>2.5 Auxílio Financeiro do Governo;</p> <p>2.6 Tipo de Moradia;</p>
3. DIFICULDADES VIVIDAS DURANTE O PERÍODO ESCOLAR NA PANDEMIA	<p>3.1 Possui acesso à internet;</p> <p>3.2 Possui equipamentos tecnológicos próprios;</p> <p>3.3 O aluno tinha um local adequado para assistir às aulas ou realizar as atividades;</p> <p>3.4 Era afetado pela falta de energia elétrica;</p> <p>3.5 Conseguia auxiliar o aluno na realização das atividades escolares;</p> <p>3.6 Como foi a experiência de ser pai e/ou responsável de aluno durante a pandemia;</p>

ANEXO A - ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



Continuação do Parecer: 5.585.995

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO. Salvo o melhor juízo é o parecer

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1900582.pdf	19/04/2022 22:25:10		Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	19/04/2022 22:23:15	CARLA KIANE DA SILVA MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2022.pdf	19/04/2022 22:07:34	CARLA KIANE DA SILVA MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa2022.pdf	19/04/2022 22:07:18	CARLA KIANE DA SILVA MARTINS	Aceito
Cronograma	CronogramaProjetoPesquisa2022.pdf	19/04/2022 19:05:26	CARLA KIANE DA SILVA MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto2022.pdf	08/03/2022 22:36:53	CARLA KIANE DA SILVA MARTINS	Aceito
Declaração de concordância	CartaAnuencia2022.pdf	17/02/2022 18:48:41	CARLA KIANE DA SILVA MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 16 de Agosto de 2022

Assinado por:
ELIELZA GUERREIRO MENEZES
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada CEP: 69.050-030
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 Fax: (92)3878-4368 E-mail: cep.uea@gmail.com

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **“EDUCAÇÃO NO CAMPO: uma análise dos desafios encontrados pelos docentes da educação básica durante a pandemia do Covid-19”**, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Carla Kiane da Silva Martins, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade do Estado do Amazonas, sob a orientação da Prof^ª Dra. Edilza Laray de Jesus.

A principal motivação para a realização desta pesquisa é compreender como o setor educacional tem enfrentado o período pandêmico, quais as metodologias criadas e o processo de adaptação em meio as restrições frente à nova realidade educacional.

A pesquisa tem como objetivo geral identificar os principais desafios encontrados pelos professores de uma Escola Municipal da zona rural durante a pandemia do Covid-19. Através dos objetivos específicos, almeja-se pesquisar as metodologias educacionais definidas pela coordenação pedagógica para a continuação do ensino durante o período de quarentena; registrar o processo de adaptação dos professores e dos pais/responsáveis dos alunos frente à nova realidade educacional e identificar os processos de resiliência dos professores na Educação do Campo, das Águas e da Floresta.

Os procedimentos para coleta de dados se darão por meio da realização de entrevistas semiestruturadas aos participantes de forma individual em local aberto, com duração aproximada de 01 hora cada, respeitando todos os protocolos de segurança estipulados pela Organização Mundial de Saúde como distanciamento de 1,5 metro, uso de máscaras, uso de álcool em gel. Será utilizado para registro das informações coletadas um gravador de voz para possibilitar consulta posterior durante a fase de análise dos dados. Todos os cuidados serão tomados para que não haja a identificação do participante, as informações coletadas serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade, e os resultados poderão ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, destaca-se nesta pesquisa como possíveis riscos: cansaço, aborrecimento ou a falta de tempo para responder os questionamentos, é possível que sinta desconforto ou constrangimento em responder determinado questionamento ou relatar determinado acontecimento. É possível que ocorra também, danos relacionados a aspectos físicos, morais, intelectuais, culturais, psíquicos,

sociais ou espirituais dos participantes desta pesquisa.

Visando minimizar os riscos de aborrecimento, cansaço ou falta de tempo, a entrevista será direcionada de forma amigável e compreensiva, respeitando a decisão do participante em não responder determinadas perguntas ou adiar para outro dia (ou horário) a continuação da entrevista. Procurar-se-á proporcionar um clima de conversa e respeito durante a realização das entrevistas, visando a diminuição dos danos referentes a aspectos físicos, morais, intelectuais, culturais, psíquicos, sociais ou espirituais dos participantes desta pesquisa. Contudo, caso seja observado o desconforto do participante, a pesquisadora solicitará a remarcação da entrevista ou o cancelamento, caso seja necessário. Como forma de diminuir as chances de contaminação dos participantes e da pesquisadora pelo novo coronavírus, a pesquisadora utilizará máscaras de proteção modelo PFF2 recomendado pela Organização Mundial de Saúde.

São esperados como benefícios após a finalização desta pesquisa com as informações coletadas por meios das entrevistas, auxiliar no desenvolvimento de metodologias educacionais que visem a continuação do ensino em tempos de quarentena, contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para a educação do campo e suas particularidades, além de promover a valorização do professor atuante em períodos pandêmicos.

A participação na pesquisa não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional, porém caso aconteça, asseguramos ressarcimento total destas. Asseguramos o direito a indenizações e cobertura material para reparação de danos gerados comprovadamente pela pesquisa aos participantes da pesquisa. Caso ocorra danos materiais ou psicológicos diretos/indiretos e imediatos/tardios, atestamos o direito de assistência integral gratuita decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

O sigilo e a privacidade de sua participação na pesquisa, bem como seus dados são garantidos e nenhum resultado será divulgado com identificação de pessoas, caso se torne imprescindível a identificação do participante, haverá substituição de nomes e função exercida na instituição. Caro participante, você é livre para retirar seu consentimento e interromper sua participação a qualquer momento, assim como é livre para recusar-se a participar. Destacamos que a sua participação é voluntária e, caso não deseje participar, não haverá retaliação ou penalidades.

Para obtenção de qualquer outra informação, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Carla Kiane da Silva Martins, no telefone (92) 3878-

4405, e-mail: ckdsm.mic21@uea.edu.br. Em caso de dúvidas sobre a ética da pesquisa, você deverá ligar para o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas no telefone fixo (92) 3878-4368, e-mail: cep.uea@gmail.com, ou se dirigir ao endereço: Avenida Leonardo Malcher, nº 1728, Praça 14, Manaus - Amazonas – Brasil, CEP: 69020-070. O CEP/UEA é um colegiado interdisciplinar e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) contém duas vias, que devem ser rubricadas em todas as suas páginas e assinadas na última página pelo convidado a participar, pesquisadora responsável e orientadora, devendo as páginas de assinatura estar na mesma folha.

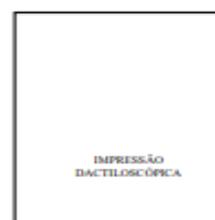
CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que fui verbalmente informado(a) e esclarecido(a) sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pela pesquisadora principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

() Concordo voluntariamente na minha participação, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos.

_____(Local)_____, ____/____/____

Assinatura do(a) Participante



Assinatura da Pesquisadora Responsável

ANEXO C – DECRETO N.º 42.061, DE 16 DE MARÇO DE 2020 DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS



DECRETO N.º 42.061, DE 16 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), e **INSTITUI** o Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV e XI, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, na última quarta-feira, dia 11 de março de 2020, a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO a confirmação do primeiro caso de coronavírus no Estado do Amazonas, na última sexta-feira, 13 de março de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas preliminares e temporárias, a fim de evitar a circulação do vírus, no território do Estado do Amazonas;

DECRETA:

Art. 1.º Fica decretada situação de emergência na saúde pública no Estado do Amazonas, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, tendo em vista a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV), nos termos da Portaria n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro de Estado da Saúde.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado, em caso de comprovada necessidade.

Art. 2.º Para o enfrentamento inicial da emergência de saúde, decorrente do Coronavírus, ficam suspensos:

I – pelo prazo de 15 (quinze) dias:

a) todos os eventos promovidos pelo Governo do Estado do Amazonas, de quaisquer natureza, incluída a programação dos equipamentos culturais públicos;

b) as aulas, no âmbito da rede estadual pública de ensino na capital do Estado, integrada pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto, bem como do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, da Universidade do Estado do Amazonas e da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade – FUNATI;

c) visitação a presídios e a centros de detenção para menores; e

d) a participação de servidores ou de empregados em eventos ou em viagens internacionais ou interestaduais;

II – a visitação a pacientes internados com diagnóstico de coronavírus;

III - o gozo de férias dos servidores da Secretaria de Estado de Saúde e das entidades que integram o Sistema Estadual de Saúde, até 15 de maio de 2020.

Art. 3.º Fica recomendado às instituições da rede privada de ensino que suspendam suas atividades, pelo prazo estipulado no inciso I do artigo anterior.

Art. 4.º Os servidores públicos estaduais ativos acima de 60 (sessenta) de idade, bem como as gestantes, lactantes e os portadores de doenças crônicas, devidamente comprovadas, que compõem risco de aumento de mortalidade por COVID-19, poderão exercer suas atividades por meio de *home office*, pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo da integralidade de sua remuneração.

Parágrafo único. Excetuam-se da regra prevista no *caput* deste artigo, os servidores que integram o Sistema Estadual de Saúde e de Segurança Pública do Estado do Amazonas, ficando a cargo do titular do órgão em que o servidor está lotado, a decisão acerca de seu afastamento.

Art. 5.º Qualquer servidor público que apresentar febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaléia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), deverá entrar em contato telefônico com o setor de pessoal do órgão em que está lotado, e enviar a cópia digital do atestado médico, por e-mail, para fins de afastamento do ambiente de trabalho, e desempenho de suas funções, atribuições e atividades de trabalho, por meio de *home office*, pelo prazo de 15 (quinze) dias, caso esteja apto.

Parágrafo único. Caso a circunstância de afastamento do servidor público, prevista no *caput* deste artigo, persista além do prazo de 15 (quinze) dias, deverá ser adotado o procedimento previsto na forma da legislação aplicável.

Art. 6.º Aos servidores públicos e aos empregados públicos que tenham regressado ao Estado, nos últimos 05 (cinco) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de locais em que há transmissão comunitária do vírus da COVID 19, conforme boletim epidemiológico da Secretaria de Estado de Saúde, bem como aqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I – os que apresentem sintomas (sintomáticos) de contaminação pelo COVID-19, deverão ser afastados do trabalho, sem prejuízo de sua remuneração, pelo período mínimo de quatorze dias ou conforme determinação médica; e

II – os que não apresentem sintomas (assintomáticos) de contaminação pelo COVID-19 deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de *home office*, pelo prazo de 07 (sete) dias, a contar do retorno ao Estado, as funções determinadas pela chefia imediata, respeitadas as atribuições do cargo ou do emprego, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito da repartição pública.

Art. 7.º Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual, em caso de omissão:

I - adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constantes deste Decreto;

II - conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do COVID-19 e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência dos sintomas da doença.

Art. 8.º Fica suspenso, até ulterior deliberação, o cadastramento e prova de vida dos servidores inativos do Regime Próprio de Previdência do Estado do Amazonas, junto à Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV.

Art. 9.º Em razão do previsto neste Decreto, o Estado do Amazonas adotará, entre outras, as seguintes medidas administrativas, necessárias para enfrentar a situação de emergência:

I - dispensa de licitação para a aquisição de bens e serviços, de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - requisição de bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, com justa indenização, conforme inciso XIII do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990;

III - determinação, nos termos do artigo 3.º, inciso III, da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, da realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos; e

IV – contratação, por prazo determinado, de pessoal, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação específica.

Art. 10. Os Secretários de Estado de Saúde e de Segurança Pública editarão atos complementares a este Decreto, disciplinando as medidas administrativas a serem adotadas durante a vigência da situação de emergência.

Art. 11. A autoridade portuária do Estado do Amazonas, responsável pela administração do porto de Manaus, poderá suspender as operações de atracação de cruzeiros e outras embarcações de passageiros de grande porte, nos termos dos incisos VIII e X do 1º do art. 17 da Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2015.

Art. 12. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, sob orientação da Secretaria de Estado de Saúde e da Fundação de Vigilância em Saúde, poderão, no âmbito de suas competências, adotar medidas progressivas de remoção, transporte e isolamento de pessoas presas ou de adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa, respectivamente, conforme normatização das autoridades sanitárias.

Art. 13. A tramitação dos processos sobre assuntos relacionados à matéria tratada neste Decreto se dará em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades da administração pública do Estado do Amazonas, com o dever de comunicar todos os atos administrativos aos órgãos de controle.

Art. 14. Fica instituído o Comitê Intersectorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19, integrado pelos titulares dos seguintes órgãos e entidades:

- I** – Casa Civil;
- II** – Secretaria de Estado de Saúde;
- III** – Fundação de Vigilância em Saúde;
- IV** – Secretaria de Estado de Comunicação Social;
- V** – Secretaria de Estado da Fazenda;
- VI** – Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- VII** – Secretaria de Estado de Educação e Desporto;
- VIII** – Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
- IX** – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária;
- X** – Empresa Estadual de Turismo;
- XI** - Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias;
- XII** - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas.

Art. 15. Caberá ao Comitê instituído no artigo anterior instituir diretrizes gerais para a execução das medidas a fim de atender as providências determinadas por este Decreto, podendo, para tanto, propor à Secretaria de Estado de Saúde a edição de normas complementares.

Art. 16. Compete à Secretaria de Estado de Saúde a edição do plano de contingência para a epidemia do novo coronavírus.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de março 2020.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

RODRIGO TOBIAS DE SOUSA LIMA
Secretário de Estado de Saúde

DECRETO N.º 42.061, DE 16 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), e **INSTITUI** o Comitê Intersectorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19.

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Secretário de Estado de Educação e Desporto, em exercício

CEL QOPM LOUISMAR DE MATOS BONATES

Secretário de Estado de Segurança Pública

DANIELA LEMOS ASSAYAG

Secretária de Estado de Comunicação Social

CAROLINE DA SILVA BRAZ

Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

CEL QOPM MARCUS VINÍCIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

INÊS CAROLINA BARBOSA FERREIRA SIMONETTI CABRAL

Secretária de Estado de Administração e Gestão

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB

Diretor-Presidente do Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas

ALEX DEL GIGLIO

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO D – PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020 DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/03/2020 | Edição: 53 | Seção: 1 | Página: 39

Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e considerando o art. 9º, incisos II e VII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

§ 1º O período de autorização de que trata o caput será de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.

§ 2º Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput.

§ 3º Fica vedada a aplicação da substituição de que trata o caput aos cursos de Medicina bem como às práticas profissionais de estágios e de laboratório dos demais cursos.

§ 4º As instituições que optarem pela substituição de aulas deverão comunicar ao Ministério da Educação tal providência no período de até quinze dias.

Art. 2º Alternativamente à autorização de que trata o art. 1º, as instituições de educação superior poderão suspender as atividades acadêmicas presenciais pelo mesmo prazo.

§ 1º As atividades acadêmicas suspensas deverão ser integralmente repostas para fins de cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidos na legislação em vigor.

§ 2º As instituições poderão, ainda, alterar o calendário de férias, desde que cumpram os dias letivos e horas-aula estabelecidos na legislação em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

ANEXO E – DECRETO Nº 003, DE 18 DE MARÇO DE 2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DO CAREIRO



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO
Gabinete do Prefeito



DECRETO Nº 003 DE 18 DE MARÇO DE 2020

“Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na Saúde Pública no Município de Careiro e das medidas preventivas necessárias para enfrentamento para conter a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19) e institui o Comitê de Enfrentamento e Combate ao COVID-19 e dá outras providências”

O Prefeito Municipal do Careiro, Estado do Amazonas, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

Considerando, que a saúde é direito de todos e dever do Poder Público, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços por sua promoção, proteção e recuperação, na forma ao art. 196 da Constituição Federal;

Considerando, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional exarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), indicando alteração no padrão epidemiológico de ocorrência da doença causada pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando, a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS) que estabeleceu como pandemia o novo Coronavírus (COVID-19), em razão do seu alto risco de contágio a população, inclusive de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificados como de transmissão interna;

Considerando, a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando, a confirmação do primeiro caso do novo Coronavírus (COVID-19) no Estado do Amazonas no dia 13 de Março de 2020;

Considerando, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença na cidade de Careiro.

DECRETA

Art. 1º. Ficam estabelecidas as medidas temporárias de prevenção descritas a seguir, a serem adotadas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal, para enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º - Fica criado o Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), sob a coordenação do Prefeito, com o objetivo de estabelecer e divulgar ações de prevenção à transmissão do vírus, composto por representantes dos seguintes órgãos:

- I – Secretaria Municipal de Saúde;
- II – Secretaria Municipal de Educação e Esportes;
- III – Secretaria Municipal de Assistência Social;

Avenda Mário Jorge Guadalupe de Siqueira 281 - Centro - CEP: 69250-000
E-mail: emcar@careiro.am.gov.br

reto N. 003 de 18 de março página 01



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO
Gabinete do Prefeito



- IV – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- V – Secretaria Municipal de Finanças;
- VI – Procuradoria Geral;

reuniões ou eventos coletivos, inclusive dos equipamentos culturais públicos, realizados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal que impliquem em aglomeração de mais de 100 (cem) pessoas;

III – a participação de agentes públicos, no exercício de sua função, em eventos, treinamentos, reuniões ou qualquer atividade com participação de mais de 100 (cem) pessoas;

IV – o gozo de férias dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e das entidades que integram o Sistema Municipal de Saúde, até 15 de maio de 2020.

V – as viagens oficiais.

§ 1º Fica recomendado às instituições da rede privada de ensino que suspendam suas atividades, pelo prazo estipulado no inciso I deste artigo.

§ 2º As exceções de que tratam este artigo serão avaliadas de forma individual pelos Secretários das Pastas ou dirigentes de entidades da Administração Pública Municipal que, mediante relatório fundamentado, submeterão à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, para autorização, se for o caso.

Art. 4º - Os agentes públicos que estiverem afastados das atividades laborais e que tenham se ausentado do município devem, antes de retornar ao trabalho, informar a chefia imediata a localidade que visitou, apresentando documentos comprobatórios da viagem, quando possível.

Parágrafo Único – os agentes públicos que tiverem contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado do COVID-19 também devem informar o fato à chefia imediata.

Art. 5º - Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 5 (cinco) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de país em que há transmissão comunitária do COVID-19, conforme boletim epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde, bem como aqueles que tenham contato ou convívio direto devidamente comprovado com caso confirmados, serão aplicadas as seguintes medidas:

I- os que apresentam os sintomas de contaminação pelo COVID-19, devidamente comprovados por laudo médico devem ser afastados do trabalho, sem prejuízo de sua remuneração, pelo período mínimo de 14(quatorze) dias ou conforme determinação médica; e

II- ao que apresentam sintomas de contaminação pelo COVID-19 deverão desempenhar em domicílio, em regime excepcional de teletrabalho, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, a contar do retorno ao Município, as funções determinadas pela chefia imediata, respeitadas as atribuições do cargo ou do emprego, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito da repartição pública.

Avenida Hélio Jorge Queiroz da Silva nº 261 - Centro - CEP: 08250-000
E-mail: entasaerouarinho2017@gmail.com



Parágrafo Único. A caracterização do efetivo exercício da função do agente público a que tenha sido aplicado o regime de trabalho de que trata o inciso II deste artigo dependerá do cumprimento das atividades estabelecidas pela chefia imediata, que será ratificado pelo Secretário da pasta, dirigente da entidade ou autoridade competente.

Art. 6º - Fica vedada, pelo prazo de 14(quatorze) dias ou enquanto permanecerem a suspeita de contaminação ou sintomas, a participação em reuniões ou realização de tarefas no âmbito de reparação pública a todo e qualquer agente público, remunerado ou não, que mantenha ou não vínculo com a Administração Pública Municipal, bem como estagiário ou empregado de prestadoras de serviços, que:

I-tenha regressado, nos últimos 5 (cinco) dias, ou que venha a regressar, durante a vigência deste Decreto de países em que há transmissão comunitário do COVID-19, conforme boletim epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde; e

II-apresente sintomas de contaminação pelo COVID-19.

Art.7º-Os gestores dos contratos de prestação de serviço devem notificar as empresas contratadas, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão, para que:

I-Adotem todos os meios necessários ao cumprimento das determinações constantes neste Decreto, em especial quanto ao disposto no seu art.6º; e

II-conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do COVID-19 e quanto a necessidade de reportarem a ocorrência dos sintomas estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Art. 8º - Ficam recomendados a iniciativa privada:

I - a não realização de eventos de qualquer natureza com público superior a 50 (cinquenta) pessoas;

II - Reforço das medidas de higienização, bem como, o estímulo de práticas educativas de etiqueta respiratória para o público e seus empregados;

III - Aumento da frequência da limpeza de banheiros, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de grande circulação.

Art.9º- os casos omissos e as eventuais exceções à aplicação deste Decreto serão definidos pelo Chefe do Poder Executivo.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO CAREIRO/AM, em 18 de Março de 2020.

NATHAN BRACENA DE SOUZA
Prefeito

Publicado na Portaria desta Municipalidade na data supra, conforme Art. Nº 007, I, II, III e parágrafo 4º da Lei Orgânica Municipal.

GISELY LISBOA DA SILVA DE SOUZA
Secretária de Adm. e Planejamento
Port. 284, de 18/06/2018

ANEXO F – DECRETO Nº 42.087, DE 19 DE MARÇO DE 2020 DO GOVERNO DO AMAZONAS



DECRETO N.º 42.087, DE 19 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE sobre a suspensão das aulas da rede pública estadual de ensino, em todos os municípios do Estado do Amazonas, bem como das atividades das academias de ginástica e similares, e do transporte fluvial de passageiros em embarcações, à exceção dos casos de emergência e urgência, na forma que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV e XI, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a edição do Decreto n.º 42.061, de 16 de março de 2020, que "*DISPÕE sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), e INSTITUI o Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19.*";

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de novas medidas temporárias, por recomendação do Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19, a fim de evitar a circulação do vírus, no território do Estado do Amazonas,

CONSIDERANDO a necessidade de resguardar o interesse da coletividade, na prevenção e no contágio do coronavírus,

DECRETA:

Art. 1.º Sem prejuízo de todas as determinações constantes dos Decretos n.ºs 42.061, de 16 de março de 2020, 42.063, de 17 de março de 2020 e 42.085, de 18 de março de 2020, ficam suspensas, pelo prazo de 15 (quinze) dias:

I - as aulas, no âmbito da rede estadual pública de ensino em todos os Municípios do Estado, integrada pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto, bem como do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas e da Universidade do Estado do Amazonas;

II - as atividades de todas as academias e centros de ginástica, bem como outros estabelecimentos similares, no âmbito do Estado do Amazonas;

III - os serviços de transporte fluvial de passageiros, operados por embarcações de pequeno, médio ou grande porte, de qualquer natureza, dentro dos limites territoriais do Estado do Amazonas, ressalvados os casos de emergência e urgência, a serem definidos pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas – ARSEPAM.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 19 de março 2020.

WILSON MIRANDA LIMA

Governador do Estado do Amazonas

ANEXO G – COMPÊNDIO DE NORMAS – CORONA VÍRUS

